

RITA JOANA BASÍLIO DE SIMÕES

A VIOLÊNCIA CONTRA
AS MULHERES
NOS *MEDIA*

LUTAS DE GÊNERO NO DISCURSO DAS NOTÍCIAS (1975-2002)



RITA JOANA BASÍLIO DE SIMÕES

NCIA CONTRA AS MULHERES NOS MEDIA

esign.pt | 2007



A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES
NOS *MEDIA*

LUTAS DE GÊNERO NO DISCURSO
DAS NOTÍCIAS (1975-2002)

RITA JOANA BASÍLIO DE SIMÕES

A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES
NOS *MEDIA*

LUTAS DE GÊNERO NO DISCURSO
DAS NOTÍCIAS (1975-2002)



ALVARO ALVES

Coimbra Editora

2007

Composição e impressão
Coimbra Editora, Limitada

ISBN 978-972-32-1475-8

Depósito Legal n.º 253 740/2007

Junho de 2007

AGRADECIMENTOS

As primeiras palavras de agradecimento são dirigidas à Orientadora Científica da dissertação de mestrado (*) que aqui se reproduz, Maria João Silveirinha, com quem muito tenho aprendido e de quem sempre recebi apoio e estímulo insuperáveis. Outro agradecimento especial é devido a José de Faria Costa, ao Professor e ao Amigo: «ambos» despenderam o seu tempo em uma leitura crítica do manuscrito, a partir da qual foi aprofundada a reflexão nele contida. Merecem também aqui menção particular em sinal do meu reconhecimento Isabel Nobre Vargas e Ana Rita Alfaiate que, muito embora a partir de visões diferentes, abraçaram com o mesmo entusiasmo a revisão final do texto que ora se publica.

Agradeço à minha mãe, Clara, ao meu pai, Américo, à Patrícia, ao Ricardo e ao Quim que me encorajaram de infinitas formas, em particular auxiliando-me na recolha das peças de jornal que haveriam de constituir o *corpus* de análise — tarefa árdua mas indispensável para levar a cabo a pesquisa de campo; aos amigos, sempre disponíveis para ouvir e discutir este estudo, em especial ao Carlos e ao João Paulo; finalmente, não por último, ao Jorge que me acompanhou, sempre.

(*) Dissertação de mestrado na área de Comunicação e Jornalismo, defendida na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, em Janeiro de 2006.

ABREVIATURAS

CM — *Correio da Manhã*
CP — Código Penal
DL — Decreto-Lei
DN — *Diário de Notícias*
RC — Registos Criminais

INTRODUÇÃO

O que é a mulher? Assim se interrogava Simone de Beauvoir em o seu clássico tratado sobre a condição feminina — *O Segundo Sexo* (1949). Para a ensaísta, exemplo de independência que perdura na memória de várias gerações de mulheres, só uma resposta era possível: uma pessoa não nasce, torna-se mulher, por força das dinâmicas sociais e, em particular, por oposição àquilo que a sociedade espera e confia ao masculino.

Ao fixar no lastro social as fronteiras da feminilidade, a hipótese de Beauvoir remete-nos para a natureza do discurso público, verbal e imagético, acerca dos modos de ser feminino e masculino na sociedade. A identidade de género, tal como qualquer outra identidade, é uma construção intrinsecamente social e dialéctica cuja matriz se há-de encontrar nos discursos culturais dominantes. Não surpreende, por isso, que os movimentos sociais feministas tenham procurado inscrever a reflexão sobre o tema no campo mais vasto da discussão em torno dos *media* e do «espaço público» — conceito primeiramente articulado por Jürgen Habermas (1989), a partir da descrição da emergência, no século XVIII, de correntes de opinião provenientes da burguesia esclarecida.

Se existe, no mundo electronicamente mediado em que vivemos, uma arena potencialmente capaz de se aproximar do ideal de esfera pública proposto pelo modelo habermasiano — uma instância deliberativa e legitimadora do poder político —, essa arena integra e prospera a partir dos fluxos comunicacionais gerados pela comunicação mediática.

Sendo os principais obreiros do espaço público, os *media* são determinantes para a formação das identidades. Fornecem um quadro referencial capital para a criação de sentidos sobre «si» e sobre os «outros» através não apenas das imagens que difundem, como também da criação e reconfiguração de comunidades culturais e da articulação dos seus interesses e pretensões.

Mas mesmo quando o espaço discursivo mediatizado promete ser permeável ao pluralismo de valores nele disputados, os *media*, defende Maria João Silveirinha, desempenham papéis contraditórios na estruturação da identidade moderna. Circulam nos seus fluxos, escreve a autora (2004: 293), «mensagens, símbolos e representações com funções claramente ideológicas, mascarando convicções seccionais como visões gerais. Por isso é tão fundamental manter um sentido crítico sobre eles.»

Não obstante o reconhecimento do potencial inclusivo e democrático do discurso mediático, a pesquisa feminista em comunicação tem apontado os seus limites e contradições. A vertente interessada no impacto dos *media* nas relações sociais de género contesta, por exemplo, a articulação da imagem feminina nas mensagens transmitidas. A sub-representação das mulheres na informação noticiosa e a sua representação tendencialmente negativa e estereotipada nos formatos de entretenimento são algumas das problemáticas trabalhadas por esse corpo de estudos.

A representação mediática da violência contra as mulheres também tem merecido a atenção desta corrente de pesquisa. Existe, na investigação dedicada ao tema, consenso em admitir que o papel dos *media* foi crucial para a transformação da violência em preocupação pública, mas o êxito da intervenção, manifestamente democrática, é ensombrado pelas debilidades do discurso mediático construído sobre o problema.

O criticismo adquire um renovado significado se aceitarmos que o modo como os diferentes conflitos aparecem representados no espaço público mediatizado pode fechar ou abrir caminhos para a sua superação. Nessa medida, analisar e questionar a acção dos *media* no debate público sobre a violência contra as mulheres é, porventura, o melhor exercício para compreender as dimensões sócio-cultural e jurídico-política de um dos maior maiores paradoxos das sociedades contemporâneas.

Muito embora permaneça como um objecto de estudo incómodo para a generalidade da investigação em ciências sociais, a violência contra as mulheres tem estado no cerne das preocupações do pensamento feminista e dos chamados estudos de género, cujas práticas desencadearam estimulantes rupturas conceptuais. Tais rupturas conduziram a visões alternativas sobre esta forma particular de violência, conseguindo-lhe expressão pública quer como causa, quer como efeito das relações sociais de poder.

No Capítulo I, examinaremos alguns dos contributos do activismo e do pensamento feminista. A contestação de práticas científicas tradicionalmente insensíveis à diferenciação dos sexos conduziu à elaboração de novos modelos teóricos — como a categoria do género (construção cultural do sexo) — capazes de reverem a produção existente, acusada de ser predominantemente sexista. Ao centrar as desigualdades na distribuição desequilibrada do poder entre os géneros, o movimento político e científico adoptou ainda novas formas de compreender e superar o sistema social. É, por exemplo, a partir de uma concepção patriarcal de poder que o pensamento feminista problematiza a violência contra as mulheres, denunciando a sua dupla face: a violência resultará não só da acção directa dos indivíduos, como também da violência estrutural decorrente dos modos de funcionamento e de organização das sociedades.

No Capítulo II, revisitaremos os movimentos políticos que situaram os conflitos e os problemas vividos pelas mulheres nos discursos culturais, especialmente no discurso dominante dos *media*. A visibilidade política e social da violência contra as mulheres, a que também nos referiremos como violência de género, deve-se, efectivamente, à intervenção feminista. Problema central nesta matéria é a incapacidade política para erradicar a violência, mau grado o número crescente de medidas jurídico-sociais. O próprio direito internacional tem fracassado. O enquadramento do problema na moldura dos direitos humanos das mulheres, desviando o tema da questão pouco consensual dos conflitos entre sexos, foi insuficiente. A reflexão sobre essas dificuldades conduzir-nos-á, inevitavelmente, a um questionamento das noções tradicionais de público e de privado.

A resistência do problema da violência contra as mulheres será ainda analisada a partir de um ponto de vista liberal. Os *media* desempenham um papel fundamental ao tornar socialmente pertinentes as experiências mais ou menos complexas vividas pelas mulheres em privado. Mas os desenvolvimentos, locais e globais, das indústrias dos *media* — introdução de rigorosos critérios de eficiência financeira, concentrações e estratégias corporativas — transformaram o ambiente mediático. A lógica comercial começou por estimular a exploração do espaço privado da feminilidade, mas cedo conduziu ao aproveitamento das matérias acometidas ao reduto da intimidade. O corpo, a sexualidade e a sexualização feminina invadiram a imprensa popular, os programas

de entretenimento e a generalidade dos conteúdos mediáticos, pelo que procuraremos indagar os efeitos da relevância pública desses temas na politização da violência contra as mulheres.

No Capítulo III, faremos uma incursão pelos modelos teóricos e metodológicos que emergiram sob a égide dos estudos feministas da comunicação mediada. Construída a partir da assunção de que os *media* sociabilizam os públicos, convidando-os a aceitar os estereótipos de papéis sexuais como normais, óbvios e naturais, a pesquisa da presença de estereótipos de género nos textos mediáticos surge no início dos anos de 1970. As análises textuais vieram iluminar aspectos específicos da representação da mulher, mas não permitiram examinar a estrutura das organizações que produzem os conteúdos estudados. Surge, assim, em paralelo com estes estudos, uma outra área de investigação dedicada ao papel dos emissores. Esses trabalhos têm permitido, como veremos, examinar a estrutura dos *media* e revelar o contexto cultural e ideológico em que as mensagens difundidas são criadas. Como o processo de construção de sentido envolve não apenas emissores, mas também receptores, foi sendo ainda desenvolvida a pesquisa centrada no comportamento das audiências. Os chamados estudos de recepção, de que também nos ocuparemos, reconhecem, em primeiro lugar, que o discurso dos *media* não é estanque e valorizam o papel das audiências na interiorização selectiva dos valores que circulam no espaço público mediatizado.

No Capítulo IV, debruçar-nos-emos sobre a representação da violência contra as mulheres no discurso jornalístico. Os trabalhos desenvolvidos neste campo também associam a perspectiva sociológica dos agentes envolvidos à análise da linguagem como processo pautado por escolhas que condicionam a forma como a violência é representada e recebida. Não nos ocuparemos da investigação sobre eventuais efeitos directos da violência no comportamento individual dos indivíduos. Daremos, ao invés, conta do que a pesquisa sobre os efeitos cognitivos dos *media* tem vindo a documentar. Numerosos conceitos são articulados. São estudadas as formas através das quais mitos e crenças sobre a violência contra as mulheres são incorporados, confirmados e desafiados no discurso dominante. Entram em cena processos de construção da realidade, noções sobre o circuito da noticiabilidade da violência e do crime, distorções de cariz sexista e práticas de reforço e de resistência às ideologias dominantes, em particular à ideologia masculina.

Finalmente, no Capítulo V, averiguaremos a forma como dois jornais portugueses de grande circulação representam a violência contra as mulheres, testando, ao mesmo tempo, as assunções feministas mais proeminentes. Face à ausência de estudos sobre a matéria em contexto português, a investigação visa, em primeiro lugar, indagar sobre a forma como a imprensa diária, de âmbito nacional, tem vindo a representar a violência de género ao longo das últimas três décadas. Simultaneamente, pretende criar um quadro referencial contemporâneo através do qual seja possível comparar a representação do tema na imprensa portuguesa de referência e na de tendência popular.

CAPÍTULO I

FEMINISMO, VIOLÊNCIA E CONTROLO SOCIAL

1.1. O género como campo de conhecimento

O pensamento feminista que se desenvolveu a partir dos anos 60, apoiado nos movimentos políticos de mulheres da chamada segunda vaga feminista, procurou, simultaneamente, prosseguir dois objectivos. Por um lado, conferir visibilidade à mulher e à sua condição social de subalternidade; por outro, denunciar o androcentrismo (literalmente, o homem no centro) presente nos vários domínios da vida e do saber, sobretudo por via da associação constante entre o masculino e o universal. Ao longo desse percurso, desafiou duplamente o pensamento ocidental. Contestou práticas científicas até então insensíveis à diferenciação dos sexos e elaborou novos modelos teóricos capazes de enquadrar um objecto de estudo marginalizado (as próprias mulheres) e, por isso, fora do espectro dos modelos conceptuais tradicionais.

Desenvolvida a par dos movimentos políticos que lhe deram origem, a teoria feminista chegou, no entanto, até nós visivelmente fragmentada. Além de reflectir a influência de diversas correntes ideológicas — liberal, radical e socialista ⁽¹⁾ —, aglutina uma tal diversidade de posi-

⁽¹⁾ São três as principais correntes ideológicas que marcaram o feminismo de segunda vaga: o feminismo liberal, o radical e o socialista. Herdeiro directo do movimento sufragista, o feminismo liberal procurou combater a desigualdade social entre homens e mulheres; o feminismo radical bateu-se por uma verdadeira revolução que pusesse um fim à opressão da população feminina; e, finalmente, o feminismo socialista, desenvolvido sob a égide do marxismo, articulou a questão da opressão feminina com a desigualdade entre classes sociais.

ções que algumas, situadas no limite das aspirações emancipatórias, propõem mesmo a própria extinção do feminismo. A investigadora espanhola Victoria Camps (2001), por exemplo, defende que a intensa participação das mulheres na vida pública não deve mantê-las «amarradas» a temas que, aparentemente, são do seu exclusivo interesse. Cumprido o desígnio feminista — a igualdade entre homens e mulheres em todos os campos da vida social —, só resta a esta forma de pensar o mundo desaparecer. A heterogeneidade que a caracteriza foi, no entanto, incapaz de destruir o princípio que sempre a distinguiu de outras perspectivas. Como teoria crítica da sociedade, singularizou-se por conceber o género como um mecanismo decisivo para a forma como nos relacionamos e entendemos o universo que nos rodeia. Segundo a teoria feminista, não existirá esfera ou nível da vida humana que não seja susceptível de uma análise de género. O conceito acabou convertido, como nota a filósofa francesa Françoise Collin (1991), numa grelha de leitura da diferença dos sexos.

A associação natural entre os seres humanos deixou, há muitos séculos, de estar unicamente centrada na esfera privada e da família. A organização política da vida social originou duas ordens de existência diferentes (privada e pública), mas só aos homens foi reconhecida autoridade para usufruírem de ambas. Mesmo as primeiras noções de democracia excluía pelo género o acesso ao espaço público e ao poder. Na Grécia Antiga, a participação na vida pública era negada aos escravos e às mulheres que, na acepção da filósofa alemã Hannah Arendt (1958), viram negada a sua condição como *zoon politikons*.

Através da categoria do género, o pensamento feminista pôde explicar a razão de homens e mulheres possuírem os mesmos atributos para intervir e participar no espaço público e, ainda assim, como diz a especialista inglesa em teoria política Judith Squires (1999: 55), as dinâmicas sociais teimarem em não o reconhecer. Seria, finalmente, clarificada a separação entre a natureza biológica dos indivíduos e a socialização dos papéis feminino e masculino nas sociedades. A identidade de sexo passaria a traduzir os aspectos biológicos dos indivíduos e a identidade de género, elucida Virginia Maquieira (2001: 168), a descrever «o complexo processo elaborado a partir das definições sociais recebidas e as autodefinições dos sujeitos. Entram em jogo sentimentos, atitudes, modelos de identificação ou de diferenciação que se incor-

poram através de todo o ciclo vital e que supõem um processo de afirmação *frente* a ou de *distinção* em relação aos outros». Com efeito, o género, prossegue a autora, actua «como um critério de diferença entre homens e mulheres e de pertença ou adequação aos modos de sentimentos e comportamentos que numa sociedade concreta se definiram como femininos ou masculinos».

Além de ter criado um marco teórico, o novo esquema conceptual acabou por ser decisivo para a evolução da prática e teoria feministas. As rupturas desencadeadas contribuíram para conferir visibilidade e importância ao movimento político feminista, que nunca usou da violência para se afirmar no espaço público. Contrariamente a outros movimentos sociais, anti-globalização, por exemplo, que «manipulam» a seu favor os *media* dominantes, o activismo feminista, muito embora não descure o potencial mediático, sempre privilegiou o controlo interno da sua mensagem, porventura por receio de ela ser corrompida (Steiner, 2005). Por outro lado, a crítica à excessiva focalização da pesquisa na condição da mulher conduziu à adopção de uma designação menos particularizada para os trabalhos deste campo: «estudos de género». Assim se reforçava a ideia de que o pensamento feminista não cometia o mesmo erro praticado pela investigação tradicional, que delimitara as suas fronteiras em uma parte (masculina) da humanidade.

A nova ferramenta de análise veio também permitir caracterizar a mulher como colectivo social sem fazer assentar a definição na sua condição biológica, que desde sempre, a manteve cativa do papel de reprodutora. Desencadeia-se, deste modo, uma série de rupturas epistemológicas. Na sociologia, descreve a socióloga Virgínia Ferreira (2001: 12), fortaleceu-se «o entendimento do sistema social como um sistema global, e as relações sociais de sexo como transversais a todo o sistema social».

O cruzamento da pesquisa feminista com o estudo da comunicação de massas conduziu, por outro lado, ao aparecimento de um campo de investigação relativamente autónomo dentro da disciplina da comunicação. Os trabalhos de enfoque feminista sobre os *media* não resultaram, como observa a investigadora holandesa Liesbet van Zoonen (1994), na aceitação das questões do género como fundamentais para o desenvolvimento da pesquisa no seu todo. Contudo, conferiram importância a, pelo menos, duas das preocupações basilares da teoria femi-

nista: a transmissão de estereótipos e a sociabilização dos géneros e a reprodução de sistemas ideológicos dominantes, em particular da ideologia patriarcal.

1.2. Poder e ideologia

A teoria feminista inscreve a questão da desigualdade de poder entre os géneros nas estruturas de pensamento patriarcais. Historicamente, a supremacia do masculino sobre o feminino nunca necessitou de ser afirmada. Faltava sim fundamentar os factores que condicionariam a situação social de inferioridade das mulheres. É assim que a teoria sobre o patriarcado, como forma de organização social que origina e reproduz a dominação da mulher pelo homem, se converte em parte da ideologia feminista.

A partir do século XIX, com o surgimento do sufrágio, a luta das mulheres adquire características de um movimento social com cunho político. Orientado para a conquista do direito ao voto, o movimento lutava pelo acesso das mulheres ao mundo público. Nos séculos XVIII e XIX, respectivamente, assistimos ao reconhecimento dos direitos civis e políticos. Mas esse reconhecimento não se processou de forma igual. Tratou-se de conquistas do mundo Ocidental e, no seio deste, houve diferenças entre países e categorias sexuais. A ausência feminina na vida pública condicionou a sua ascensão a sujeito efectivo de direitos. A concretização real de conquistas entretanto alcançadas é a primeira reivindicação do movimento dos anos 60 do século XX. O discurso feminista passa, então, a falar não apenas de desigualdade, mas também de opressão e subalternização da mulher e a considerar as relações sociais entre os sexos como relações de poder.

A ênfase colocada no tema «poder» foi fundamental. Permite sondar o processo através do qual se enraizou uma concepção patriarcal de poder, o patriarcado, como forma de dominação masculina, como este durou vários séculos e se apoiou em transformações ideológicas, políticas, económicas e sociais que consolidaram a soberania do homem.

A primeira autora a utilizar o conceito de patriarcado para definir o sistema social opressor das mulheres foi Kate Millet (1969) na obra *Política sexual*. Para Millet, uma sociedade patriarcal organiza-se segundo dois princípios: os homens devem dominar as mulheres e os homens mais velhos devem dominar os mais jovens. Neste sentido, as relações entre

os dois sexos são um exemplo do que Max Weber chamava de «relação de dominação e subordinação», o que as transformaria em relações políticas. Também existiria política no seio das relações pessoais entre sexos e essa componente de poder tornava as mulheres um grupo oprimido não apenas no espaço público, como também no espaço privado.

O estudo da génese do androcentrismo continua a ser um terreno árido, povoado de teorias tão enigmáticas quanto a própria divisão da humanidade em um escalonamento dessa natureza. Algumas teses falam de um começo igualitário; outras de primitivas sociedades matriarcais, onde o poder pertencia integralmente ao sexo feminino. Prevalcem, no entanto, formulações como a enunciada pela socióloga espanhola Judith Astelarra (1988: 54): «Deus destrona as deusas e converte-se em Deus Pai, o pai substitui a mãe na autoridade e controlo familiar, a mulher converte-se em filha e logo em esposa de um homem e passa das mãos de um a outro como se fosse um objecto de intercâmbio. Por último, os homens terminam detendo em forma absoluta o poder do mundo público, do político, do económico e do social».

Há vários séculos, de facto, que nos interrogamos por que motivo as sociedades distinguem hierarquicamente homens e mulheres. Mas foi preciso esperar pela morte dos deuses e pela modernidade para que as mulheres do Ocidente contestassem a imutabilidade de uma suposta ordem natural, cuja origem continua controversa. Consensual é apenas a ideia defendida pela feminista americana Kate Millet (1969) de que não há uma sociedade onde as mulheres tenham mais poder efectivo do que os homens. É de tal forma marcante a estrutura androcêntrica, defende a investigadora Luce Irigaray (2003: 54), que a mulher não tem acesso à linguagem se não pelo recurso a «sistemas de representações “masculinos” que a desapropriam da sua relação consigo própria e com outras mulheres». Neste sentido, sustenta o sociólogo francês Pierre Bourdieu (1998: 29), «a representação androcêntrica da reprodução biológica e da reprodução social vê-se investida pela objectividade de um senso comum, entendido como consenso prático, dóxico, sobre o sentido das práticas. E as próprias mulheres aplicam a toda a realidade, e, em particular, às relações de poder nas quais se encontram tomadas, esquemas de pensamento que são o produto da incorporação dessas relações de poder».

A teoria da sociedade patriarcal viria a ser desenvolvida ao sabor das diferentes correntes ideológicas do feminismo que, apesar de assentes

em pressupostos diferentes, a aceitaram como fundamento essencial. Simultaneamente, a noção de patriarcado penetra no seio das ciências sociais, provocando a revisão da investigação existente.

Foi, sobretudo, através da acção de grupos dedicados aos «estudos de género» que a utilização do conceito de patriarcado se alastrou à investigação levada a cabo no âmbito de um vasto número de disciplinas. Em alguns casos, o sistema patriarcal conduziu a novas investigações, capazes de comprovar hipóteses de trabalho à luz da sua existência. A pesquisa feminista em comunicação, por exemplo, tem procurado compreender a forma como os *media* contribuem para a reprodução dessa ideologia. Uma das áreas de grande interesse é o estudo do envolvimento das mulheres na produção de sentido a jusante e a montante do discurso mediático. A pesquisa tem-se dedicado à análise da presença feminina nas profissões dos *media* e ao estudo do consumo das mensagens mediáticas que reforçam a superioridade do homem em relação à mulher (Ross e Byerly, 2004: 3).

A necessidade de superar o carácter androcêntrico da investigação em ciências sociais conduziu, por outro lado, à revisão de métodos utilizados e de teorias formuladas. A investigação feminista empenhou-se na tarefa partindo da perspectiva da divisão sexual do trabalho, operacionalizando o conceito de «sistema de género». Uma das primeiras autoras a utilizar a ideia de sociedade patriarcal para reexaminar as principais teorias antropológicas existentes e a propor, em seu lugar, a noção de «sistema de género» foi a antropóloga americana Gayle Rubin (1975). Para a autora, as necessidades humanas ligadas à sexualidade e à reprodução não se satisfazem de forma natural. A prática sexual está culturalmente determinada, pelo que, a partir da existência de um sexo biológico, reconstrói-se um género social, que necessita de um sistema de organização da sociedade apropriado para se desenvolver e manter.

No que toca à pesquisa feminista em comunicação, uma das faces visíveis da revisão de teorias existentes coincide com a crítica feminista à pesquisa dos efeitos dos *media*. Com mais de 60 anos de história, o estudo dos efeitos da comunicação de massas é acusado de ignorar integralmente a questão do género e de favorecer uma visão androcêntrica da realidade (Boyle, 1999, 2005).

Em resposta ao crescimento da importância da televisão na vida social e à preocupação com os seus efeitos «perigosos», assiste-se ao desenvol-

vimento da investigação da relação entre os *media* e a violência. Essencialmente dominada pela chamada «abordagem dos efeitos», filiada em diversas correntes teóricas e conduzida a partir de diferentes metodologias — análises de conteúdo, estudos experimentais em laboratório e pesquisas de campo sobre as atitudes e comportamentos das audiências —, a investigação acabou, contudo, transformada em fonte de posições radicais. Encontramos, nesse corpo de estudos, trabalhos que consideram a violência mediática um modelo importante de aprendizagem de comportamentos agressivos e pesquisas que a isentam dessa responsabilidade.

O debate sobre os efeitos dos *media* opõe, portanto, as teorias que defendem o seu elevado poder persuasivo sobre o comportamento dos indivíduos e o poder e autonomia das audiências de resistir a essa persuasão. Defensor do poder das audiências, John Fiske formulou o princípio da «intertextualidade vertical e horizontal» para explicar a forma como os públicos recebem as mensagens que consomem. Para o autor (1987), os *media* organizam e criam uma intertextualidade sincrónica e diacrónica, por via de fluxos individuais e em relação com outros *media*. Essa intertextualidade tem origem em um primeiro texto, cena ou imagem, que dá origem a referências e citações, directas ou indirectas, noutros programas. Qualquer mensagem é, segundo esta perspectiva, interpretada pelos indivíduos no contexto específico das fontes culturais existentes e da sua própria experiência pessoal. Nesta linha de pensamento, outros autores defendem que, independentemente do poder simbólico dos *media*, alguns utilizadores, pelo menos, disporão sempre de um mínimo de autonomia que lhes permitirá agir activa e criticamente perante os conteúdos mediáticos (Gauntlett, 1997, 2002; Barker e Julian, 1997).

Não são, no entanto, nem a desvalorização do papel das audiências no processo comunicacional, nem os insatisfatórios resultados empíricos do estudo dos efeitos dos *media* que a crítica feminista contesta. A própria pesquisa feminista recorreu ao estudo dos efeitos para explorar a relação entre a pornografia e a violência sexual contra as mulheres (Dworkin, 1981). O criticismo prende-se com o facto de a investigação ter marginalizado as mulheres e, por conseguinte, ter contribuído para reforçar a ideologia patriarcal. Para a pesquisa feminista em comunicação, as teses que defendem uma relação causal entre a violência representada pelos *media* e o comportamento agressivo individual são particularmente pro-

blemáticas pela sua carga de desculpabilização do agressor. A investigadora Karen Boyle (2005: 7) identificou, na imprensa britânica dos anos 90, 92 casos de violência — entre eles, disparos, assaltos à mão armada e abusos sexuais — atribuídos à influência de textos mediáticos «perigosos». A análise não conduziu a uma sobrevalorização da percepção da influência directa das mensagens mediáticas nos comportamentos violentos, mas permitiu à autora formular a hipótese de que a teoria dos efeitos directos da violência mediatizada contribui para reforçar a organização social patriarcal. Tendo em conta que a grande maioria dos agressores envolvidos nos casos examinados são jovens rapazes brancos pertencentes à classe média, Boyle sugere que a explicação do crime culpando os *media* é usada para desresponsabilizar os indivíduos dos seus actos. O sentido da culpabilização é redireccionado porque se trata de cidadãos que pertencem à classe dominante, cuja supremacia pode e deve ser reforçada.

Não obstante os conceitos de «poder» e de «ideologia» continuarem a ser fundamentais para a avaliação crítica da visão socialmente construída das indidentidades de género, os movimentos feministas contemporâneos têm privilegiado novos enquadramentos conceptuais dessas entidades. Se tradicionalmente o poder foi concebido como factor determinante das relações dicotómicas entre opressores e oprimidos, o chamado feminismo pós-estruturalista, condenando as visões do poder como entidade monolítica, passou a entendê-lo como elemento constitutivo de relações de subordinação. A experiência das feministas negras foi crucial para esta evolução (Zoonen, 1994: 4). Pode ocupar-se um lugar de subordinado em uma relação — mulheres face aos homens — e, simultaneamente, de dominador em outra — mulheres brancas face a mulheres negras.

Esta nova dimensão do projecto feminista, através da qual são realçadas as diferenças entre grupos marginalizados e obscurecida a concepção da opressão como entidade universal, conduziu a novas leituras da categoria do género. Centrando-se na multiplicidade de relações que enformam o espaço social, a perspectiva pós-estruturalista desloca a atenção da pesquisa para as subjectividades das mulheres e para a teia de subordinações que a articulação desses elementos distintivos pode originar. Nessa medida, um dos desafios feministas contemporâneos é superar a distribuição desigual do poder pela diversidade de identidades

sociais em que a identidade do género se desdobra (classe, etnia, orientação sexual, entre outras).

Além de tornar evidente que a realidade não é apreensível através de um sistema de análise binário, o pensamento pós-modernista privilegiou conceitos como o de «ambiguidade» e «fluidez» para descrever, por exemplo, as práticas e as opções sexuais. Ao fazê-lo, salienta a este propósito a investigadora Virginia Maquieira (2001: 173), acabou por tornar irrelevantes as normativas de género. Por outro lado, apesar do contributo da teoria feminista dos últimos 30 anos para a introdução e evolução, no pensamento ocidental, das concepções de sexo e género, os conceitos continuam a ser utilizados como termos sinónimos em grande parte da pesquisa em Psicologia Social ⁽²⁾.

Acresce ainda o facto de a tentativa de isolamento da identidade de género de outras identidades, como sejam a raça ou a classe, ter acabado por colaborar na própria fragmentação da teoria feminista. Nos anos 80, as feministas negras acusaram os trabalhos das feministas brancas em torno do género e da opressão de apresentarem marcas profundas de etnocentrismo. Similarmente, as feministas lésbicas protestaram contra a evolução do pensamento ao sabor das experiências das mulheres heterossexuais (Young, 2003: 114). Para Barbara Arneil (1999), esses trabalhos não reflectem meramente a heterogeneidade do pensamento feminista. Muito mais do que representar a fragmentação da teoria, traduzem o surgimento de uma terceira vaga de feminismo(s), desencadeada através da crítica das feministas negras e lésbicas ao projecto das feministas brancas heterossexuais. Em qualquer dos casos, saiu abalado o princípio de que os atributos distintivos e específicos de género podem ser identificados independentemente da raça, classe ou orientação sexual e de que

(2) Contra o uso indiscriminado do termo «género» se tem insurgido, entre nós, Conceição Nogueira (2000: 226). «Apesar da sua evidente ambiguidade nas ciências sociais, o certo é que independentemente da perspectiva de "género" que se adopte, este termo é sempre utilizado para nos referirmos a características sociais, culturais e psicológicas associadas à categoria social». Exemplo de que tal nem sempre acontece é o livro de José Manuel Leite Viegas e de Sérgio Faria, *As mulheres na Política* (1999), obra na qual, observa a autora, o conceito é utilizado «de forma aleatória conjuntamente com termos como mulheres e sexo feminino, raramente dizendo respeito às características sociais, culturais ou psicológicas associadas à categoria social».

a opressão de que as mulheres são vítimas resulta exclusivamente da sua subalternidade em relação aos homens e não de tiranias de outra natureza existentes na sociedade.

A evolução dos conceitos de género e de poder é bem visível na forma como os estudos feministas em comunicação diversificaram abordagens ao longo das últimas três décadas. Em meados dos anos 70, Laura Mulvey (1975) recorria à teoria psicanalítica para demonstrar como o cinema norte-americano posicionava os espectadores de uma maneira inerentemente masculina ao privilegiar a visão do homem sobre todos os assuntos. Segundo esta perspectiva, a visão masculina da «câmara» molda a forma como as audiências vivem a experiência do filme. As mulheres serão levadas a aceitar os estereótipos de género transmitidos e a ideologia patriarcal que reproduz a sua condição de subalternidade.

Já nos anos 90, Elizabeth Hadley Freyberg (1995) analisa, não a visão masculina e as suas implicações sociais, mas, sobretudo, o impacto das representações sexualizadas de diferentes identidades femininas no cinema de Hollywood. Freyberg sustenta que, em contraste com a representação das mulheres brancas (puras e castas), as mulheres afro-americanas e latinas são apresentadas como parceiras de sexo, concubinas ou prostitutas ao serviço dos homens brancos. Em última análise, a mudança de perspectiva tem permitido sondar diferentes implicações políticas e novos desafios às representações patriarcais.

1.3. Violência e domínio

A investigação feminista foi particularmente bem sucedida na produção de análises teóricas e de estudos empíricos aptos a rever ou mesmo a substituir a pesquisa existente, acusada de ser predominantemente sexista, sobre o campo específico da violência contra as mulheres.

Fazendo eco da acção de grupos empenhados desde o início dos anos 70 em colocar na agenda política a incidência de casos de coacção sexual, de violação, de agressões físicas e psíquicas cometidas contra as mulheres, especialmente no âmbito doméstico, a pesquisa contribuiu, em primeiro lugar, para transformar o que sempre fora um conflito privado em problema social (Maynard, 1993; Ferrer e Bosch, 2000; Kitzinger, 2004a).

O movimento de criação de instituições de protecção de mulheres vítimas de violência, de campanhas de sensibilização para o terrorismo praticado no lar e de intervenção dos Estados, através, sobretudo, de alterações legislativas, conduziu, por sua vez, ao incremento do interesse pelo estudo das causas, consequências e soluções para o problema da violência, descrito, em 2002, pelo Conselho da Europa como a maior causa de morte e invalidez entre mulheres dos 16 aos 44 anos, ultrapassando o cancro, os acidentes de viação e até a guerra ⁽³⁾.

A proximidade entre o movimento social e a pesquisa académica não conferiu apenas visibilidade pública à violência contra as mulheres. Ao cooperarem intimamente, a acção política e a investigação feminista beneficiaram da criação de novos conceitos, capazes de enquadrar a violência e o seu domínio de forma substancialmente diferente das abordagens tradicionais. Com efeito, nunca esteve em causa o surgimento de uma nova realidade. Tal como lembra a investigadora espanhola Ana Alvarez (2004), já no século XIX, John Stuart Mill e Friedrich Engels contestavam a gravidade e a impunidade legal deste tipo de violência. O contributo decisivo da acção política e da reflexão feminista foi a atribuição de novos significados à prevalência do problema.

As estatísticas criminais demonstram que a autoria dos crimes violentos pertence, maioritariamente, a indivíduos do sexo masculino. Os homens são ainda o grupo social mais susceptível de ser vítima de crimes dessa natureza. A vitimização masculina é, no entanto, escassamente estudada. O facto de os Estados não se absterem de intervir nessa multiplicidade de conflitos pode ajudar a entender a omissão. O maior interesse político e científico pela vitimização feminina deve ligar-se ao reconhecimento da complacência social e cultural de que beneficia.

A acção feminista começou por situar, semântica e pragmaticamente, a violência contra as mulheres no quadro da violência de género, articulando as identidades de género com as dinâmicas da violência. Com efeito, as mulheres têm uma parca representação no universo dos autores de crimes violentos, à excepção do infanticídio e da mutilação genital feminina (Boyle, 2005: XIV).

⁽³⁾ Recomendação 1582/2002 do Conselho da Europa.

As mulheres são, igualmente, o grupo social menos presente no universo das vítimas desses tipos de crimes. Mas os crimes violentos que atingem as mulheres são, maioritariamente, cometidos por homens. Apesar das dificuldades inerentes à recolha de dados, devido à sua ocultação por não percepção ou obstáculos à denúncia, verifica-se que uma parte significativa desses agressores são seus parceiros na vida. Em 2002, a Organização Mundial de Saúde admitiu que, em todo o mundo, cerca de 70% das mulheres vítimas de homicídio foram mortas pelo seu companheiro. Em 1999, o Lobby Europeu das Mulheres estimou que uma em cada cinco mulheres na Europa sofreu alguma forma de violência às mãos do seu parceiro. Em Portugal, em 1999, Ano Europeu Contra a Violência sobre as Mulheres, 3.358 pessoas, na sua maioria do sexo feminino, foram maltratadas dentro das suas próprias casas (Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, 2000). Nos Estados Unidos da América, uma mulher é espancada a cada 15 segundos, normalmente pelo seu companheiro ou marido (ONU, 2000). Na Nova Zelândia, 20% das mulheres assumem ter sido fisicamente agredidas pelo seu parceiro (UNICEF, 2000). No Egipto, 35% das mulheres admitem que, em determinada altura do seu casamento, foram espancadas pelos seus maridos (UNICEF, 2000). Na Bolívia, 17% das mulheres com mais de 20 anos passaram por alguma experiência de violência física nos últimos 12 meses (OMS, 2002).

Além de ter demonstrado que a nossa compreensão do género e da violência está necessariamente interligada, a investigação feminista desafiou as tradicionais explicações do problema, arregadas tanto na academia quanto na sociedade. De inspiração biológica, psicológica ou individualista, as abordagens convencionais da violência contra as mulheres, na esfera familiar ou fora dela, encaram-na como um acontecimento anormal e extraordinário. A violação, a coacção sexual ou os maus tratos são, segundo essas perspectivas, comportamentos meramente excepcionais e irracionais. Em contraste, a investigação feminista vem defendendo que a agressão do homem sobre a mulher, seja qual for a sua natureza, é uma faceta aceitável da masculinidade na cultura Ocidental e que, por isso, deve ser entendida no contexto do patriarcado.

Entre as concepções mais enraizadas encontramos a de que a violência contra as mulheres resulta da experiência de determinados factores externos, como sejam a pobreza, os conflitos armados, uma transformação económica e política rápida ou uma situação de desemprego.

Para a feminista Francine Pickup e as suas colaboradoras da agência de desenvolvimento humanitário Oxfam GB (2001: 19), tal apenas significa que a violência é utilizada como forma de manter a dominação no momento em que é perdido o controlo sobre determinados aspectos da vida social.

Outra das explicações popularizadas aponta no sentido de que os indivíduos que nascem e crescem em ambientes violentos são particularmente propensos a resolver conflitos através da violência. Modelos agressivos de conduta são frequentemente transmitidos de uma geração a outra, sustenta o psicólogo americano Leonard Berkowitz (1993: 267). Nesta linha de pensamento, um indivíduo que foi violado em criança será um potencial violador na idade adulta. Um grupo de investigadores liderado pela socióloga inglesa Liz Kelly (*et al.*, 1995) documentou, porém, que as raparigas correm três a seis vezes mais riscos do que os rapazes de passarem por uma experiência de abuso sexual, mas a grande maioria dos crimes dessa natureza são cometidos por homens e não por mulheres.

Amplamente popularizada é também a ideia de que um homem pode transformar-se em um agressor se estiver mentalmente perturbado, doente ou sob o efeito do álcool ou de outras substâncias psicoactivas. Tal como mostram os resultados do inquérito à forma como os europeus vêem a violência doméstica contra as mulheres, o alcoolismo continua a encabeçar a lista de causas avançadas pela opinião pública para justificar o fenómeno, logo seguido da dependência de drogas (4).

A simplificação psicanalítica de tornar o parceiro cúmplice ou mesmo responsável por uma relação violenta, desresponsabilizando o agressor, é outra das convicções popularizadas. O «síndrome da mulher maltratada» conseguiu atravessar os anos 90 sem perder a liderança dos expedientes mais utilizados, incluindo em tribunal, para justificar a permanência das mulheres em relações abusivas, como sustenta a socióloga americana Bess Rothenberg (2002). Mas assentou em uma concepção de vitimização ligada a uma figura de mulher paralisada frente aos ciclos de violência, ciclos esses que incluem fases de auto-culpabiliza-

(4) Eurobarometer 51.0 «Europeans and their views on domestic violence against women», European Commission Directorate-General X «Information, Communication, Culture and Audiovisual Media», June 1999.

ção da vítima. Os seus efeitos dominantes, como, por exemplo, o medo e a vergonha, poderão conduzir à diminuição progressiva da capacidade de a mulher reescrever a sua história pessoal.

Assim se explica a relutância de alguns autores em utilizar o conceito de «vítima» para definir as mulheres maltratadas, abusadas sexualmente ou que, de alguma outra forma, viram ser atacados os seus direitos de pessoa humana. Segundo este entendimento, a violência de género carece de um leque diversificado de estratégias públicas dirigidas não a mulheres «vítimas», mas a mulheres «sobreviventes», tal como defende a investigadora inglesa Jenny Kitzinger (2004a), na medida em que o discurso de sobrevivência apela a uma desejável transformação.

Fora do reduto das relações íntimas, a carga de culpabilização feminina pela violência sofrida é, claramente, visível nos mitos associados à violação. Prevaecem as ideias de que este tipo de violência ocorre, geralmente, fora do lar, em locais suspeitos, e que são, muitas vezes, as próprias mulheres as responsáveis pela ocorrência de crime, na medida em que o provocam pela sua maneira de vestir ou de agir. Assim entendida, a violação aparece como uma prática que pode, perfeitamente, ser prevenida. Isto é, se as mulheres forem «bem-comportadas», não provocarem o sexo oposto e evitarem a frequência de certos espaços, salvaguardar-se-ão desse tipo de experiências (Pickup *et al.*, 2001: 84).

Na prática, uma tal concepção da violação convoca ainda duas ideias distintas, mas interrelacionadas. A violação é algo que não vale a pena contestar, porque faz parte do nosso mundo — cabe às mulheres precaver-se — e o violador é alguém que não tem controlo sob o impulso de satisfação das suas necessidades sexuais. A pesquisa feminista tem, por isso, concebido a violação não como um acto sexual, mas como uma forma de «crime de ódio sexista» (Kitzinger, 2004b: 17). A clara separação entre sexo e violência permite sustentar que o abuso sexual não resulta de um comportamento sexual anormal, mas sim do exercício de uma forma cruel de poder social (Fernández Díaz, 2004). Ao inscrever a violação no quadro da desigualdade estrutural entre homens e mulheres, esta perspectiva realça ainda a divisão entre sexo e submissão. Onde não há consentimento só pode haver violência e não sexo. Contudo, tal como nota a teórica feminista Carole Pateman (2003: 35), fica por esclarecer por que é tão complicado distinguir o consentimento da mulher da sua sujeição forçada e por que conti-

nuam os homens a querer «comprar a submissão sexual das mulheres no mercado capitalista».

Ao posicionar-se em um campo oposto ao das explicações psicológicas tradicionais, a pesquisa feminista não atribui as agressões, os maus tratos ou os abusos sexuais a uma abstracta lógica patriarcal, que contaminará as relações de género. Pioneiras deste campo de investigação, Rebecca e Russell Dobash (1998) descrevem a violência contra as mulheres como funcional, intencional e padronizada, mas não subvalorizam o contexto. Parte da sua pesquisa assenta em entrevistas aos agentes envolvidos na agressão para melhor compreenderem o contexto e as motivações dos comportamentos violentos.

Por outro lado, o novo enfoque sobre um problema ancestral não considera todos os homens violentos, nem negligencia a análise da violência praticada por mulheres. Mas enquanto as explicações da psicologia tradicional limitam as suas teses aos factores de desestabilização pessoal que conduzem à violência, a investigação feminista enquadra-a nas estruturas basilares da sociedade, marcadas por relações de poder.

Leonard Berkowitz (1993: 252) defende, por exemplo, que as mulheres que agridem o companheiro respondem, frequentemente, a insultos e brutalidade. Debruçando-se sobre o mesmo assunto, a feminista Liz Kelly (1996) inscreve a violência perpetrada por mulheres na esteira das normas e valores que presidem às relações sociais. Para a autora, uma melhor compreensão do tema passará, necessariamente, pelo estudo da violência no contexto da homossexualidade feminina.

Como vimos, as explicações tradicionais consideram a violência contra as mulheres uma manifestação rara e excepcional, provocada por um grupo minoritário de homens psicóticos ou afectados por condições externas. Neste sentido, como advoga o sociólogo americano Richard Felson (2000), a violência é anti-normativa, na medida em que os agressores violam normas de protecção das mulheres. A sua impunidade é tanto mais garantida, quanto mais forem capazes de perpetrar as agressões na privacidade do lar, longe da vista de terceiros e evitar a denúncia das vítimas. Contrariamente, a reflexão feminista encara a violência como a expressão de uma conduta normativa, tolerada e mantida pela sociedade patriarcal. Para tal, contribuem um processo de socialização diferenciado dos sexos e a manutenção de relações sociais de géneros como relações de subordinação.

1.4. Definindo violência contra as mulheres

A violência contra as mulheres despertou, de forma transversal, a atenção de diversas correntes feministas, embora tenha sido o chamado feminismo radical que mais se ocupou do tema. De inspiração diversa, a investigação desencadeada partilha a ideia de que a cortina de silêncio erguida em torno do problema é a primeira grande forma de violência contra as mulheres. Impede o estudo aprofundado do fenómeno, induz em conclusões incorrectas e perpetua a própria tolerância face às agressões. Assim se explica que a teoria feminista tenha pretendido captar a natureza, a extensão e o impacte do fenómeno através das experiências das mulheres agredidas.

Uma tal abordagem não é, contudo, pacífica entre os membros do activismo feminista internacional, na medida em que é admitido que a exposição pública possa conduzir as mulheres a mais sofrimento se as sociedades onde vivem não entenderem as experiências que relatam como sendo manifestações de violência (Pickup *et al.*, 2001: 16). As entrevistas em profundidade aos actores envolvidos continuam, no entanto, a ser uma metodologia utilizada pela pesquisa deste campo (Eliasson, 2002: 393).

Foi justamente através de entrevistas que Jenny Kitzinger procurou reflectir sobre as implicações da cobertura mediática de casos de abusos sexuais ocorridos no Reino Unido ao longo da década de 1980. O seu trabalho (2004b) mostra como era então difícil para os sobreviventes de abusos sexuais no espaço doméstico articular o discurso sobre as suas experiências de violência. Em primeira instância, porque a reacção natural era ignorar o problema, uma vez que o seu simples reconhecimento consistiria num atentado à integridade familiar. Até meados dos anos 80, a ideia de que uma criança poderia sofrer abusos sexuais cometidos por parentes e amigos era, como sustenta a autora, «literalmente “incredível”». A ausência de «ferramentas culturais» que facilitassem a percepção do que estava em causa tornava o crime não só inenarrável, como também inconcebível. Uma das mulheres ouvidas por Kitzinger (2004b: 19-20) reconheceu, por exemplo, que só quando viu a sua filha ser abusada sexualmente pelo marido admitiu a existência do problema. Outra entrevistada, sobrevivente de abusos sexuais praticados anos antes pelo seu

padrasto, transmitiu a ideia de que não sentira o abuso como sendo «real», pois não sabia como o nomear. Perante os poucos recursos culturais para lidar com os abusos, as entrevistas conduzidas por Kitzinger acabaram por funcionar como uma arena para a construção discursiva.

Mau grado a omnipresença do discurso mediático sobre a violência e a protecção crescente dos direitos de personalidade nas desenvolvidas sociedades do Ocidente, a definição de «violência contra as mulheres» continua a ser uma tarefa complexa. Até mesmo para as organizações empenhadas em libertar as mulheres do fenómeno. Uma das dificuldades prende-se com a delimitação da matéria que a expressão possa contemplar. Se a definição demarca a violência física de outros tipos de violência e a elege como prioridade, exclui os abusos verbais e psicológicos, que podem ser tão cruéis para as vítimas como as agressões físicas. Se, por outro lado, é abrangente, enfatizando quer a violência física, quer a sexual, quer a psicológica, quer a ameaça dessas práticas, corre o risco de diluir o poder da expressão «violência contra as mulheres» (Pickup *et al.*, 2001: 11-14).

É, no entanto, através de fórmulas abrangentes que as Nações Unidas e o Conselho da Europa definem este tipo de violência. A Declaração sobre a Eliminação da Violência contra as Mulheres, adoptada pelas Nações Unidas a 20 de Dezembro de 1993, define o fenómeno como: «Todos os actos de violência dirigidos contra o sexo feminino e provocando ou podendo provocar-lhe prejuízos ou sofrimentos físicos, sexuais ou psicológicos, considerando-se incluída a ameaça de tais actos, o constrangimento ou privação arbitraria da liberdade, quer seja na vida pública ou na vida privada». Similarmente, para o Conselho da Europa (2002), a violência contra as mulheres consiste em: «Qualquer acto, omissão ou conduta que serve para infligir sofrimentos físicos, sexuais ou mentais, directa ou indirectamente, por meio de enganos, ameaças, coacção ou qualquer outro meio, a qualquer mulher, e tendo por objectivo e como efeito intimidá-la, puni-la ou humilhá-la, ou mantê-la nos papéis estereotipados ligados ao seu sexo, ou recusar-lhe a dignidade humana, a autonomia sexual, a integridade física, mental e moral, ou abalar a sua segurança pessoal, o seu amor próprio ou a sua personalidade, ou diminuir as suas capacidades físicas ou intelectuais».

A terminologia utilizada para designar o problema da violência contra as mulheres também não é consensual. No quadro da violência praticada na intimidade, as expressões vulgarizadas «violência na família» e «vio-

lência doméstica» são contestadas, na medida em que, como argumenta a investigadora americana Marian Meyers (1997: 7), ofuscam a relação entre género e poder ao não identificarem o sexo dos agressores e das vítimas. O mesmo sucede com as expressões «violência conjugal» ou «violência marital» que encontramos com frequência na pesquisa portuguesa em psicologia. São designações que excluem a violência ocorrida em relações de intimidade fora do casamento, assim como a de «abuso de esposa».

O nosso estudo incide sobre a forma como os *media* representam as agressões praticadas sobre as mulheres no quadro das relações privadas e fora dele. Designações do tipo «violência doméstica» e «violência familiar», independentemente da carga associada à indiferenciação de géneros, são insuficientes, pois dizem apenas respeito a uma parte do tema que queremos analisar. Simultaneamente, compreendem um universo que excluimos: o dos maus tratos a menores e a idosos. Adoptámos, ao invés, a expressão «violência contra as mulheres» por nos parecer aquela que melhor capta a extensão dos diversos tipos de violência cuja construção social nos interessa analisar. Outra das razões que motivaram a escolha da designação «violência contra as mulheres» prende-se com o facto de a expressão não enclausurar os actores envolvidos em relações de conhecimento e de proximidade. Parecem-nos igualmente adequadas as expressões «violência sexista» e «violência de género» por nelas estarem implícitas relações de poder assimétricas entre os dois grupos sociais que constituem a humanidade.

Matéria sensível no plano dos discursos sobre a violência contra as mulheres é a tensão existente entre a percepção individual e a identificação sócio-jurídico-legal das agressões sexuais. É, sobretudo, na esfera das relações de intimidade que a problemática se agudiza. Ainda que ultrapassados os constrangimentos de há duas décadas, associados à incapacidade de verbalizar um assunto desconhecido, outros problemas pairam sobre o reconhecimento da violência em um plano tão delicado. As definições das ofensas sexuais, em geral, são complexas e essa complexidade, diz o investigador britânico Chris Greer (2003: 191), aumenta à medida que se problematizam as fronteiras que separam os comportamentos sexuais da vitimização sexual e dos abusos.

Ao conferirem legitimidade e autoridade a um universo particular de elementos valorativos, as definições legais da violência são um quadro referencial importante. O ordenamento penal determina o discurso

e as fronteiras de actuação das autoridades policiais e das instâncias judiciais, criando consensos em torno do crime e do seu controlo. Mas o processo de construção das categorias legais de crimes, social e historicamente determinado, não satisfaz plenamente as expectativas feministas. Mary Maynard (1993) atribui uma das tensões existentes ao facto de as avaliações dos actos violentos articuladas pelas ofendidas não terem, em muitos casos, correspondência na axiomática legal. No mesmo sentido apontam os autores do primeiro estudo realizado em Portugal sobre a violência contra as mulheres (Loureço *et al.*, 1997: 7) quando afirmam que muita dessa violência se esvai por entre «as redes de malha larga da lei».

A actividade criminalizadora deve pensar-se no quadro mais vasto e complexo da dogmática criminal. O carácter de *ultima ratio* do direito penal e as diferentes densidades axiológicas dos bens jurídicos enformarão alguns aspectos de clivagem. A intervenção penal deve ser de *ultima ratio*. Escreve o penalista Faria Costa (2005: 89-90) que «só quando, de todo em todo, os outros ramos do direito não conseguem responder às necessidades de tutela dos bens jurídicos necessitados de protecção é que, então, se devem empregar os mecanismos de tutela repressiva que cabem ao direito penal». Mas, ainda assim, o direito penal não protege o bem jurídico de maneira monolítica. Peguemos, por exemplo, na liberdade sexual. Aqui, o direito penal pune comportamentos que manifestamente violem a liberdade sexual, como a cópula, o coito anal ou oral, ou os chamados «actos sexuais de relevo», conceito referido, designadamente, nos artigos 167.º — Fraude Sexual, 169.º — Tráfico de Pessoas, e 170.º — Lenocínio do Código Penal (para diante utilizaremos a forma abreviada CP). Todavia, outros actos existem de tonalidade sexual que, pela sua menor gravidade, não lhes vêm reconhecida a densidade penal suficiente para convocar este ramo do direito como forma de tutela dos bens jurídicos. Porquê? Porque o direito penal, no seu desígnio de *ultima ratio*, tem ainda uma função fragmentária, na medida em que não protege todos os bens jurídicos e ao proteger um bem jurídico fá-lo de modo diferenciado, «sendo que apenas algumas condutas susceptíveis de o ofender são penalmente relevantes», sustenta Faria Costa em um outro texto (2004: 54).

Contudo, também é possível vislumbrar na evolução da lei penal a acção político-discursiva do movimento feminista. Com raízes no direito

penal norte-americano, o crime de assédio sexual, introduzido em algumas legislações europeias, não pode desligar-se do empenho do movimento no reconhecimento penal daquela prática. Embora a doutrina continue a questionar os contributos da inovação para uma mais eficaz protecção da liberdade sexual das pessoas (Dias, 1999: 460-461), o assédio sexual constitui, em Portugal, uma modalidade do crime de coacção sexual desde a década de 1990. A sua tipificação como crime de «assédio sexual» chegou a ser discutida na Assembleia da República por iniciativa do Partido Socialista, aquando da revisão de 1995 do CP. A ideia foi rejeitada pela maioria parlamentar de então, para quem o art. 163.º (Coacção Sexual) já era suficientemente maleável para abarcar todos os casos de constrangimento sexual de outrem por meio de ameaça. A Lei n.º 65/98, de 2 de Setembro, sem recorrer ao elemento normativo «assédio», introduziu o assédio sexual como tipo de crime menos grave de coacção sexual (n.º 2 do art. 163.º), incriminando quem, abusando da autoridade resultante de uma dependência hierárquica, económica ou de trabalho, constranja outrem à prática de «acto sexual de relevo».

Logrados foram ainda os esforços desencadeados no sentido de inscrever em alguns ordenamentos jurídicos do Ocidente a violação marital. Em 2003, a violação do cônjuge era crime em 51 países ⁽⁵⁾. Criminalizada em alguns estados norte-americanos nos finais da década de 1970 e princípios dos anos de 1980, integra a lei penal inglesa em 1991 (Kitzinger, 2004b: 18). Em Portugal, a penalização da violação marital ocorre com a entrada em vigor do CP de 1982 (DL n.º 400/82, de 23 de Setembro).

Mesmo quando os interesses do movimento se achem representados na norma legal, não significa que as tensões se dissipem, sendo, neste caso, os conflitos deslocados para a esfera do exercício do poder judicial. Um dos critérios de aplicação da lei penal é a gradação da culpa do agressor em função do comportamento da vítima. O tribunal pode, deste modo, atenuar especialmente a pena na circunstância em que a conduta do agente tenha sido determinada por «forte solicitação ou tentação da pró-

⁽⁵⁾ «Factos e Números da Violência sobre as Mulheres», Amnistia Internacional [<http://www.amnistia-internacional.pt/agir/campanhas/violencia/estatisticasinter.php>] (1-04-2005)

pria vítima» (n.º 2 do art. 72.º). A título de exemplo, no que diz respeito ao crime de violação, o comportamento da mulher «que dá a entender que consente na cópula, acabando por não consentir, ou cuja especial ligação com o agente (casamento, união de facto) pressupõe relacionamento sexual», justifica, defende Maia Gonçalves (2004: 574), uma pena especialmente atenuada. Mas se para a doutrina, tal como descreve Figueiredo Dias (1999: 475-476), a imposição de regras de atenuação especial da pena se conforma com «um pensamento vitimológico ou vitimodogmático que procura dar expressão prática à (co)responsabilidade da vítima pela preservação dos bens jurídicos de que é portadora», para o pensamento feminista, tais preceitos podem funcionar contra os interesses das mulheres ofendidas (Maynard, 1993: 101).

1.5. Opressão e controlo social

Como vimos, é na esteira do desenvolvimento da pesquisa feminista e dos estudos de género que a violência contra as mulheres é pensada a partir de uma concepção patriarcal de poder e inscrita no sistema de domínio e opressão dominante. Assim concebido, este fenómeno decorre da postura assimétrica que homens e mulheres ocupam na teia de relações estabelecidas entre uns e outras, à margem da igualdade que a lei foi reconhecendo. Segundo esta concepção, a violência contra as mulheres ostenta uma dupla face: resulta não só da acção directa dos indivíduos, como também da violência estrutural decorrente dos modos de funcionamento da sociedade.

Uma vez que os homens dominam, em número e em poder, as instituições sociais, da família ao Estado, as políticas e práticas dessas instituições tendem a reproduzir e a legitimar o domínio masculino. Serão as próprias rotinas de socialização que levarão os indivíduos a aceitar ou a infligir sofrimentos, segundo o papel que lhes corresponda, de forma naturalizada. O que significa que as relações de poder são a malha basilar sobre a qual se estabelecem as posições sociais. Sendo invisível e nem sempre reconhecido, esse emaranhado de relações conduz as mulheres a perpetuarem o seu papel e o dos homens, cuja identidade concebem por oposição à sua, num processo a que Pierre Bourdieu (1998) chamou de «violência simbólica».

Por outro lado, a denúncia e consequente investigação e punição da violência contra as mulheres resistem a um freio constituído por poderosas convicções sociais. Através de um estudo sobre o homicídio no contexto da violência doméstica em Portugal, a socióloga Elza Pais (1996) mostrou que os valores socioculturais ligados à identidade do género feminino contribuem de forma decisiva para inibir as mulheres agredidas de denunciar o autor da violência. A preservação da ideia ancestral de que a violência doméstica é uma componente necessária à educação dos filhos, ao relacionamento conjugal e a determinadas interacções familiares é outra das vertentes desses processos, defende o investigador americano Richard Gelles (1997). A percepção de algumas comunidades das agressões no seio do lar, apontam no mesmo sentido outros estudos, é a de que possuem um carácter de fatalidade, até pelo facto de terem conseguido resistir à passagem dos séculos (Stark e Evoy, 1970; Silva, 1995).

A violência sexista tem, nesta perspectiva, a convicção de normas sociais que reforçam uma valorização diferenciada dos papéis masculino e feminino, além de ser uma arma à disposição dos homens para assegurar a continuidade do seu poder sobre todas as esferas da sociedade.

Ainda que a violência de género não seja a chave para a compreensão das relações entre homens e mulheres, é, contudo, decisiva na abordagem da diferença entre uns e outras. A questão da vitimização, por exemplo, é paradigmática. Embora os homens tenham maior probabilidade de ser vítimas de crimes violentos, são as mulheres que mais temem passar por experiências dessa índole (Pain, 1997; Yodanis, 2004).

De acordo com a teoria feminista, é justamente através do medo que os homens são capazes de controlar os comportamentos das mulheres, limitando a sua participação pública e mantendo o controlo das instituições sociais. Claro que nem todos os homens são violentos. Mas o conhecimento da ocorrência de crimes horripilantes contra as mulheres será, segundo esta perspectiva, suficiente para manter uma cultura do medo ao serviço do domínio masculino (Stanko, 1995).

Diversos estudos têm revelado um desfasamento entre as percepções da violência e a ocorrência de actos violentos. Enquanto as estatísticas criminais mostram que a violência contra as mulheres, ocorre maioritariamente, no espaço doméstico, a percepção dos crimes violentos situa-os fora do lar, o que não só contribui para a desvalorização e silencia-

mento das agressões sofridas em casa, como também para alimentar a «cultura do medo» (Lourenço *et al.*, 1997: 121).

A partir do cruzamento de dados constantes das estatísticas da Justiça, do Instituto Nacional de Estatística e do Inquérito de Vitimização de 1994, Eduardo Viegas Ferreira (1998) mostrou que existe uma notável discordância entre os crimes ocorridos e a percepção dos indivíduos da probabilidade de vitimização pessoal em Portugal. O receio de ser agredido por desconhecidos foi manifestado por 29% dos portugueses inquiridos, quando as hipóteses reais de se sofrer uma agressão são mais prováveis se esta for infligida por alguém pertencente ao mesmo núcleo de relações. Cerca de 70% das agressões identificadas nos anos de 1993 e 1995 ocorreram entre pessoas que se conheciam, pelo menos, relativamente bem. Por conseguinte, a probabilidade de um residente em território nacional ser morto, agredido, ameaçado ou injuriado é muito baixa se o autor da agressão não for um familiar, um vizinho ou um conhecido (Ferreira, 1998: 27).

Paradigmática desta não coincidência entre os factos e a noção que deles existe é a percepção da violação. Um dos mitos associados a este tipo de crime é o de que os agressores são sempre indivíduos desconhecidos da vítima e estão à espreita em locais ermos ou becos escuros. Na realidade, mais de metade dos casos registados à escala mundial revelam não apenas que vítimas e agressores são conhecidos, como também que a maioria das violações ocorre dentro de casa (Pickup *et al.*, 2001: 84). Inevitavelmente, ao considerar o lar como o local mais seguro, o mito contribui simultaneamente para esvaziar a percepção da violência que transpira de determinados acontecimentos ocorridos no espaço doméstico e para afastar as mulheres da esfera pública, território, esse sim, bastante suspeito.

A hipótese de uma mulher portuguesa passar por uma experiência de violação, ainda que remota, é sempre assustadora para a população feminina. É possível estimar, pese embora com uma elevada margem de erro, fruto do baixo índice de participação de crimes sexuais, que cerca de uma em cada 100 mulheres residentes em Portugal terá sido, segundo as estatísticas da Justiça, vítima de violação em cada um dos anos de 1993 e 1995. Contudo, o Inquérito de Vitimização de 1994 mostrou que 29% das inquiridas vive «permanentemente» com o receio de passar por essa experiência (Ferreira, 1998: 27).

Não supreende, pois, que a violação seja considerada uma tática de repressão e tortura usada pelos Estados em diversas ocasiões, sobretudo em conflitos armados. As violações sistematicamente praticadas, por exemplo, na ex-Jugoslávia, especialmente no quadro dos combates sérvios pela purificação étnica, são, para a feminista francesa Sylviane Agacinski (1998: 88), reveladoras quer da «purificação racial do conflito», quer do «estatuto das mulheres no espaço público».

Merece ainda referência a comprovada hipótese de que quanto maior for o nível de desigualdade entre homens e mulheres, maior será a probabilidade de a população feminina ser vítima de actos violentos. Combinando os resultados do Inquérito Internacional sobre Vítimas de Crime com estatísticas das Nações Unidas, Carrie Yodanis (2004) examinou a relação entre a condição feminina e os níveis de violência contra as mulheres, mostrando que existe uma correlação entre ambos os aspectos. A condição educacional e ocupacional das mulheres está directamente relacionada com a prevalência da violência contra elas: quanto mais elevada for a posição da mulher, menos provável será a ocorrência de crimes. Outros autores têm, por outro lado, sugerido que a incidência de agressões na esfera doméstica é mais elevada em regiões pobres. Eduardo Viagas Ferreira (1998: 67) apontou as regiões portuguesas menos densamente povoadas e menos urbanizadas e, simultaneamente, com maiores níveis de desemprego, como aquelas onde a prevalência do crime de maus tratos a mulheres é mais elevada. Analizando a violência contra as mulheres espanholas ocorrida no espaço doméstico, a investigadora Eva Espinar Ruiz (2003) mostrou não só que os processos de empobrecimento são um contexto privilegiado para a ocorrência de violência, mas também que a violência é um factor de empobrecimento.

Apesar do seu papel determinante na transformação da violência contra as mulheres em preocupação pública, os *media* também têm sido acusados de contribuírem para o receio infundado de certos tipos de crime e para a desvalorização da violência que constitui uma verdadeira ameaça. O estudo do conceito de pânico moral tem documentado a forma como os agentes e as instituições de controlo social, entre eles, os *media*, exageraram perigos para justificar a intervenção em certos comportamentos (Hall *et al.*, 1978; Glassner, 1999). Muitos medos são ainda construídos, defende Barry Glassner (1999: 307), para desviar a atenção das audiências de ameaças tão sérias quanto complexas de explicar.

No capítulo IV debruçar-nos-emos sobre a forma como a violência contra as mulheres aparece no discurso mediático. É, no entanto, oportuna a referência a alguns trabalhos interessados em sondar o impacto do tema nos públicos femininos. Kay Weaver (1998), por exemplo, defende que as audiências tendem a adquirir visões distorcidas dos fenómenos da criminalidade. Combinando análises textuais com o exame dos consumos do popular programa televisivo britânico «Crimewatch UK», o autor demonstrou que a maneira como os crimes contra as mulheres são apresentados conduz ao reforço e encorajamento da cultura do medo. Segundo Weaver (1998), a população feminina é levada a acreditar que é sua responsabilidade individual restringir comportamentos e actividades de forma a evitar ser vítima de crime. Se algumas mulheres questionam a sua responsabilidade nessa prevenção, sobretudo aquelas que já experimentaram algum tipo de violência, a maioria não contesta a necessidade de se precaver por não lhe serem apresentadas formas alternativas de «escapar» aos crimes.

Outro estudo, conduzido por Philip Schlesinger (*et al.*, 1992), fornece uma análise das respostas a filmes e conteúdos televisivos violentos articulados por diferentes comunidades de mulheres. Baseado em entrevistas de grupo e inquéritos a audiências pertencentes a diversas faixas etárias, classes e níveis culturais, o trabalho sugere que a relação entre os *media* e a cultura do medo não é linear. A pesquisa mostrou que, para algumas mulheres, os conteúdos violentos são um estímulo para se recordarem de experiências pessoais violentas. Entre estas, há as que consideram que a violência nos *media* contribui para o medo de ser atacada e há as que rejeitam essa forma de pensar. Outras, sem experiências pessoais de violência, encaram as agressões como algo abstracto e distante do seu quotidiano. A etnicidade, a classe social e a experiência de violência tenderão, assim, a diferenciar as mulheres na sua relação com a violência mediatizada.

CAPÍTULO II

ESPAÇO PÚBLICO *VERSUS* ESPAÇO PRIVADO

2.1. Prioridade feminista: «o pessoal é político»

A visão de Michel Foucault (1970) do conhecimento como processo de construção discursiva contínua e de uma «ordem de discurso» marcada pelos discursos quotidianos e pelos discursos culturais afigura-se estimulante para introduzir a ideia de uma certa eficácia da intervenção feminista. O projecto do movimento foi bem sucedido, pode dizer-se, em situar os conflitos e os problemas pessoais das mulheres nos discursos culturais. A viragem está directamente ligada às mudanças ocorridas na forma de negociar as relações entre os domínios público e privado. E essa «desestabilização», como lhe chama John Thompson (1995), fica em tudo a dever-se à onipotência mediática cujo potencial o projecto feminista tem procurado explorar.

O slogan feminista dos anos 60, «o pessoal é político», é uma referência útil a partir da qual se poderá explorar a reconfiguração, as dicotomias e ambiguidades do público e do privado no liberalismo capitalista. A pretensão do movimento de integrar no campo da actividade política assuntos tradicionalmente inscritos no âmbito pessoal, como a violência doméstica contra as mulheres e a igualdade na divisão sexual do trabalho, problematizou o carácter ideológico das fronteiras entre as duas esferas (Muñoz *et al.*, 2001: 75). As circunstâncias pessoais são indissociáveis do contexto político. A própria condição da mulher resulta da incorporação de concepções normativas nos ordenamentos jurídicos ⁽⁶⁾. Por outro lado, a esfera privada não é um domínio apo-

⁽⁶⁾ À semelhança de outros ordenamentos jurídicos europeus vigentes na década de 60, a versão originária do Código Civil português de 1966 atribuía à mulher um

lítico, votado à capacidade e à sorte individual. Público e privado são domínios interrelacionados, muito embora a sua separação conceptual tenha servido o projecto feminista.

Ao iniciar o debate sobre o trabalho, o movimento contestou o clássico entendimento liberal e marxista de que a actividade económica é uma realidade cujos contornos estão inteiramente separados da orla que envolve a actividade doméstica não remunerada feminina (Pateman, 1996: 47). Era, por isso, defendido que a integração perfeita da mulher no mercado de emprego exigia uma reordenação do espectro económico da sociedade. Isto é, a mudança convocava o abandono da tradicional divisão dos papéis sexuais nas esferas pública e privada, passando a encarar-se as duas esferas como co-responsabilidade de ambos os sexos.

Curiosamente, alguma da reflexão desenvolvida dignificou um território que parecia estrangular as pretensões do ideal de mulher emancipada. No seu balanço crítico dos movimentos feministas, Betty Friedan (1983) defendia que era necessário passar a uma segunda etapa, onde não deveria apenas ser prosseguida a batalha pela igualdade, como também encetada a luta pela valorização das actividades tradicionalmente femininas. No plano oposto, outras vertentes do movimento preocupavam-se em assinalar como só através da maior libertação do trabalho doméstico as mulheres se afirmariam no mundo público (7).

estatuto inferior ao do homem. O art. 1674.º reconhecía ao marido a qualidade de chefe de família, outorgando-lhe o poder de decisão sobre a generalidade dos assuntos da vida conjugal. Nos termos do art. 1678.º, n.º 1, cabia-lhe, em regra, a administração dos bens do casal, incluindo os bens próprios da mulher. Por outro lado, de acordo com o art. 1677.º, à mulher incumbia o governo doméstico. À luz do estipulado no art. 1881.º, ao homem competia, especificamente, e como chefe de família, defender, representar e emancipar os filhos, bem como orientar a sua educação e administrar os seus bens.

(7) A título de exemplo, em Portugal, no início dos anos 90, a participação masculina nas tarefas domésticas era significativamente inferior à feminina. Apenas em cerca de 20% dos lares a partilha de actividades era real (Costa, 1991). À escala europeia, de acordo com o inquérito de 2003 aos usos do tempo (Aliaga e Winqvist, 2003), os homens gastam, em média, pelo menos mais uma hora por dia do que as mulheres em actividades ligadas ao trabalho ou à sua formação. Por seu lado, elas dedicam, no mínimo, mais uma hora do que eles ao trabalho no lar. Por outro lado, na realização de trabalho igual, as mulheres ganham em média apenas 76,9% do salário/hora bruto pago aos homens na União Europeia (Eurostat - Structure of earning statistics, 1995).

Embora mais tardia e essencialmente estimulada pelo Ano Internacional da Mulher, em 1975, a acção feminista em Portugal foi igualmente decisiva para fazer emergir no espaço público os problemas quotidianos das mulheres. Manifestações como a queima de símbolos da opressão feminina (vassouras, panos do pó, *soutiens*, entre outros objectos) (8) e o cortejo a favor da interrupção voluntária da gravidez, em solidariedade com as mulheres italianas que aguardavam julgamento por crime de aborto (9), são exemplos de algumas das primeiras actividades organizadas de forma concertada e que alcançaram, através da imprensa da época, visibilidade pública. Em ambos os casos, tratou-se de iniciativas do Movimento de Libertação das Mulheres, entretanto implantado em território português. Movimento internacional desenvolvido no espaço anglo-saxónico na década anterior, a sua projecção no país teve, obviamente, de esperar pelo fim do regime autocrático e começo, ainda que tímido, da democracia para cumprir o seu desígnio de nascença: pressionar a modificação da condição feminina.

Um dos efeitos mais consequentes do movimento português gerado em torno do Ano Internacional da Mulher foi, efectivamente, a intensa colaboração de organizações empenhadas em realizar um plano comum de actividades. Desse envolvimento surgiu a criação, na esteira do Ministério dos Assuntos Sociais, da Comissão da Condição Feminina, cuja missão foi, sobretudo, liderar a compilação das denúncias de discriminação das mulheres e a análise dos instrumentos jurídicos internacionais, dado o vazio legal português em matéria de direitos femininos. Institucionalizada pelo Decreto-Lei n.º 485/77, de 17 de Novembro, a Comissão, mais tarde designada de Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, teve um papel activo na adopção de medidas conducentes à igualdade entre homens e mulheres, pressionando a criação de medidas legislativas. Nesta matéria, foi também relevante a actividade do então surgido Movimento Democrático das Mulheres.

(8) Cfr: «O M.L.M. Promove uma queimada de Símbolos da Opressão da Mulher», *Diário de Notícias*, 13 de Janeiro de 1975; «Símbolos "salvos" da fogueira», *Diário de Notícias*, 14 de Janeiro de 1975.

(9) Cfr: «Condenada a reacção "selvagem e violenta" à manifestação feminista no Parque Eduardo VII», *Diário de Notícias*, 15 de Fevereiro de 1975.

No ano seguinte, a Constituição da República Portuguesa de 1976 veio alterar, definitivamente, a condição legal da mulher. O seu artigo 13.º consagra o princípio por que todos os movimentos de mulheres lutaram, mais ou menos ruidosamente: «Todos os cidadãos têm a mesma dignidade social e são iguais perante a lei. Ninguém pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão de ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica ou condição social.» O passo seguinte foi lutar pela adaptação da legislação ordinária à Lei fundamental ⁽¹⁰⁾.

Deste modo, também em Portugal se terá verificado aquilo a que a investigadora italiana Chiara Saraceno (1988: 134) chama de «auto-consciencialização pessoal» da condição de oprimida. Esse estado tende a evoluir para uma consciência de grupo e a conduzir as mulheres na procura de um efectivo alargamento dos seus direitos.

⁽¹⁰⁾ A partir de 1977, após a revisão do Código Civil (DL n.º 496/77, de 25 de Novembro), a mulher deixa de ter um estatuto de dependência e adquire um estatuto de igualdade em relação ao homem. Em 1979, é publicado o DL n.º 392/79, de 20 de Setembro, que visa garantir às mulheres a igualdade de oportunidades e tratamento no trabalho e no emprego. Em 1984, o ordenamento jurídico vigente acolhe a Lei da Protecção da Maternidade e da Paternidade (Lei n.º 4/84, de 5 de Abril). Nesse mesmo ano, é excluída a ilicitude em alguns casos de interrupção voluntária da gravidez (Lei n.º 6/84, de 11 de Maio). Em 1986, é aprovado o II Programa Comunitário sobre a Igualdade. Dois anos mais tarde, são garantidos legalmente os direitos das Associações de Mulheres (Lei n.º 95/88, de 17 de Agosto). Em 1990, é aprovado o novo Código da Publicidade (DL n.º 330/90, de 23 de Outubro), que proíbe os anúncios que contenham formas de discriminação com base no sexo. O III Programa de Acção Comunitário sobre a Igualdade de Oportunidades entre Mulheres e Homens arranca em 1991. Em 1993, é uniformizada a idade de reforma, passando a ser, para ambos os sexos, aos 65 anos (DL n.º 329/93, de 25 de Setembro). Em 1996, é criado o Alto Comissário para as Questões da Promoção da Igualdade e da Família (DL n.º 3-B/96, de 26 de Janeiro). Nesse mesmo ano, é aprovado o IV Programa Comunitário sobre Igualdade de Oportunidades entre Mulheres e Homens (1996-2000). Em 1997, a Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/97, de 24 de Março, aprova o I Plano Global para a Igualdade. Também em 1997, a Lei Constitucional n.º 1/97, de 20 de Setembro, considera como tarefa fundamental do Estado a promoção da igualdade entre homens e mulheres e estabelece o princípio da não discriminação em função do sexo no acesso a cargos políticos. Simultaneamente, a Lei n.º 90/97, de 30 de Julho, alarga os prazos de exclusão da ilicitude nos casos de interrupção voluntária da gravidez. Em 1999, é criado o Ministério da Igualdade, extinto, no entanto, no ano seguinte.

Ao debaterem as suas experiências pessoais em torno da sexualidade, da família, da maternidade, dos sentimentos e da violência, ao declararem as suas ideias e ao organizarem-se para as defender, as mulheres portuguesas encetaram ainda o que Sanches Muñoz (*et al.*, 2001: 82-83) caracteriza de novas formas de entender a prática política. Da politização de questões pessoais resultou uma ampliação, pelo menos formal, das fronteiras da cidadania e, por conseguinte, a linha divisória entre o espaço público e o privado sofreu uma considerável erosão. E não causa estranheza que as tensões geradas tenham surtido um tal efeito. A investigadora Maria João Silveirinha (2001: 65) lembra que o movimento de mulheres, «como outros movimentos identitários, na luta pelo reconhecimento público dos seus direitos e necessidades, joga-se na esfera pública e daí que o próprio reordenamento do entendimento dessa esfera tenha, sem dúvida, feito parte da luta feminista».

2.2. Politizando a violência contra as mulheres

A par da luta pela igualdade entre homens e mulheres em todas as esferas da vida humana, os movimentos feministas dos anos 60 elegeram como prioridade o combate à violência contra as mulheres. O sétimo mandamento do Movimento de Libertação das Mulheres diz justamente respeito a essa prioridade: «Liberdade de não ser intimidada por ameaças ou uso de violência ou coacção sexual, apesar do estatuto marital. Um fim às leis, assunções e instituições que perpetuam a dominação masculina e a agressão do homem contra a mulher» (Kitzinger, 2004b: 16).

Apesar de exposto o antagonismo entre o conjunto de direitos inerentes à pessoa humana ⁽¹¹⁾ e a violação sistemática desses mesmos direitos, as respostas dos Estados foram, na generalidade, tardias. Quando, no princípio dos anos 70, a acção feminista procurou colocar na agenda política a prevalência da violência sexual e doméstica contra as mulheres, a comunidade médica e as autoridades policiais tenderam a desvalorizar a sua importância e a denegrir a imagem de quem se empenhara na missão (Maynard, 1993: 115). Face à ausência de pron-

⁽¹¹⁾ A nível internacional, no quadro das Nações Unidas, já em 1945 a Carta da Organização reafirmava no seu preâmbulo a dignidade da pessoa humana, sem excepção.

tidão no estabelecimento de mecanismos legais e sociais de protecção das vítimas, as organizações feministas empenharam-se elas próprias na criação de linhas telefónicas de apoio, de refúgios para mulheres maltratadas e de centros de crise. Paralelamente, lançaram diferentes tipos de campanhas, exigindo mudanças de comportamento, fundos estatais para projectos anti-violência e inovações legais (Maynard, 1993: 117-118).

O projecto feminista acabou por ser bem sucedido também ao nível da abertura de novos caminhos em direcção à esfera de decisão política formal. A evolução da legislação portuguesa em matéria de violência contra as mulheres na esfera doméstica principia com a entrada em vigor do Código Penal de 1982 (DL n.º 400/82, de 23 de Setembro). São introduzidas importantes alterações, nomeadamente no que diz respeito à violência doméstica. Mais tarde, em 1995, a revisão da lei penal (DL n.º 48/95, de 15 de Março) agrava as penas do crime de maus tratos e de alguns crimes contra a liberdade sexual. Já em 2000, através da Lei n.º 7/2000, de 27 de Maio, a violência doméstica cometida contra o cônjuge ou contra quem conviva em condições análogas às de cônjuge passou a ter natureza de crime público, não sendo necessária a apresentação de queixa por parte da vítima. Passou ainda a ser prevista a possibilidade de, nos casos referidos, ser aplicada ao arguido uma pena acessória de proibição de contacto com a vítima, incluindo a de afastamento da residência desta pelo período máximo de dois anos. No que diz respeito ao apoio social, em 2004, existiam 25 casas abrigo e 13 comunidades de inserção, que ofereciam cerca de 580 camas a mulheres e crianças ⁽¹²⁾.

À evolução enunciada não serão alheias a criação de instrumentos jurídicos internacionais e a promoção de eventos à escala global, que funcionaram como arenas de discussão pública multifacetada. No quadro das Nações Unidas, ao Ano Internacional da Mulher, celebrado em 1975, seguiu-se a Década das Nações Unidas em favor da Mulher (1976-1986) e a organização das Conferências Mundiais sobre a Mulher (Cidade do México em 1975, Copenhaga em 1980, Nairobi em 1985, Pequim em 1995). Paralelamente, são aprovadas medidas de prevenção e combate

⁽¹²⁾ Intervenção do Ministro de Estado e da Presidência no lançamento da Campanha e Programa de Comunicação sobre Violência Doméstica, 22 de Novembro de 2004.

à violência. O VIII Congresso das Nações Unidas para a Prevenção do Crime e o Tratamento dos Delinquentes aprova, em 1990, uma Resolução sobre Violência Doméstica. Em 1992, o Comité para a Eliminação da Discriminação Contra as Mulheres adopta uma *Recomendação* sobre Violência contra as Mulheres, no quadro da aplicação da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres, de 1979, ratificada por Portugal em 1980. Em 1993, a Conferência Mundial de Direitos Humanos, segunda na história das Nações Unidas, reitera a importância de eliminar as situações de violência contra as mulheres e a Assembleia Geral aprova, sob proposta inicial da Comissão sobre o Estatuto da Mulher, uma Declaração sobre a Eliminação da Violência contra as Mulheres. Em 1994, a Comissão de Direitos Humanos, reunida em Genebra, estabelece um Relator Especial sobre Violência contra as Mulheres, as suas causas e consequências. Em 1998, o Estatuto do Tribunal Penal Internacional reconhece como crimes contra a humanidade a violação, a gravidez forçada e a escravatura sexual. Em 1999, o Protocolo Opcional à Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres atribui ao Comité para a Eliminação da Discriminação contra as Mulheres competência para apreciar participações que lhe sejam apresentadas, bem como para intervir junto dos Estados.

O enquadramento da violência contra as mulheres na moldura dos direitos humanos surtiu efeitos a vários níveis. Veio criar um quadro de referências normativas inspirador da acção dos Estados; veio promover uma forma alternativa de encarar a violência, desviando-a da questão pouco consensual dos conflitos entre sexos; veio ainda permitir reclamar da comunidade internacional uma intervenção semelhante à reivindicada em face da violação dos direitos humanos de grupos sociais marginalizados, como os grupos étnicos (Ferreira, 2005: 20).

A acção do movimento feminista, dos Estados e das instâncias internacionais contribuíram para os anos 90 serem de viragem neste contexto. À escala europeia, o inquérito sobre a percepção dos europeus da violência doméstica contra as mulheres, apresentado no final da década, dá conta da visibilidade alcançada pelo problema. Apenas 4% dos inquiridos afirmaram nunca ter ouvido falar deste tipo de violência ⁽¹³⁾. Em Portugal,

⁽¹³⁾ Eurobarometer 51.0.

no ano de 1995, é desenvolvida uma primeira tentativa de sistematizar o reconhecimento social da problemática através da realização do inquérito sobre «Violência Contra as Mulheres», desenvolvido no quadro de um protocolo celebrado entre a Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres e a Universidade Nova de Lisboa.

A visibilidade da violência contra as mulheres como problema social e a intervenção sócio-política dos Estados e da comunidade internacional não têm, contudo, evitado a sua prevalência. Várias teses têm sido convocadas para justificar o aparente paradoxo, sendo a difícil politização das questões privadas um denominador comum a todas elas.

O feminismo radical dos anos 70 acreditava que a violência contra as mulheres — maus tratos, violações, pornografia, prostituição, entre outras práticas — estava condenada a ser entendida como fenómeno externo à esfera política. Por um lado, porque a violência ou ocorria em casa (violência doméstica ou agressão sexual contra a mulher no lar) ou no mercado privado (prostituição e pornografia); por outro, porque, mesmo ocorrendo em território público (violação, por exemplo), era descrita como um acto criminal individual. Em ambos os casos se tratava, nota Barbara Arneil (1999: 181), de práticas que não necessitavam de ser trazidas para o discurso público, uma vez que ou estavam sob a alçada da esfera privada e, por isso, fora do espectro das preocupações políticas, ou estavam sujeitas a leis criminais.

A especialista em ciência política Kristin Kelly (2003) concebe a barreira invisível que dificulta a intervenção no problema como uma construção social resultante da forma como estruturamos o nosso pensamento de acordo com dois modelos de liberalismo político. Com John Locke, predecessor do Iluminismo, a família começa a ser vista como um grupo não político e, por isso, fora da alçada das preocupações estatais; com John Stuart Mill, influente pensador liberal do século XIX, santificamos as relações privadas e a liberdade pessoal, pelo que as protegemos a todo o custo da interferência do Estado.

Desenvolvimentos positivos nesta matéria terão sempre que ver com a erosão das esferas do público e do privado. Mas foi justamente através da concepção das esferas separadas que a teoria feminista pôde mostrar como a desigualdade de géneros se deve às posições diferentes que homens e mulheres ocupam na sociedade. Os homens têm podido circular entre as diferentes esferas: política, económica, da sociedade civil e da priva-

cidade; às mulheres coube organizar, cuidar, ocupar-se de e simbolizar a esfera privada. As que não o fizessem, nota Chiara Saraceno (1988: 133), adquiririam o rótulo de mulheres de segunda categoria. A expressão «mulher pública» representa a imagem da mulher que publicitou a sua esfera privada até ao último reduto: o corpo e a sexualidade.

Uma tal separação do espaço público e do espaço privado convocou uma «rígida segregação» entre os dois planos. E essa dicotomia, com as suas respectivas qualidades masculinas e femininas, tem consistido em um verdadeiro obstáculo à politização das questões privadas.

O feminismo tem procurado revelar as formas através das quais essa divisão de planos é politicamente construída e os efeitos dessa construção. Público e privado, afirma a este propósito a investigadora inglesa Elizabeth Frazer (2000: 32), «são termos que, no discurso, contêm invariavelmente cargas morais».

A exclusão da vida privada do âmbito público e a forma como essa separação reduz o leque de escolhas aberto à discussão e decisão políticas tem captado a atenção da chamada corrente feminista construtivista. Ao ligarem directamente o poder opressivo ao discurso, académicas feministas como Nancy Fraser ou Iris Marion Young defendem que as fronteiras entre o político e o que de mais acontece na vida pessoal servem para obscurecer a manutenção das relações de poder existentes na sociedade. Desde logo porque a inibição da exposição pública de experiências e identidades diversificadas pressupõe uma exclusão, agravada pelo facto de se tratar de uma exclusão de quem melhor estaria habilitado para desafiar as relações de poder de que é vítima. Uma das tarefas da teoria feminista é justamente expor as formas através das quais a apresentação de algumas questões como sendo privadas limita a extensão dos problemas, que podem ser pública e amplamente discutidos e contestados (Fraser, 2003).

Diferentemente da teorização dominante no século XIX, que encara o discurso público como um recurso para mobilizar os indivíduos no interior da esfera política, a tradição construtivista lembra que o espaço político é um território coincidente com o espaço público, separado artificialmente do privado. Isto é, quer as famílias, quer as actividades culturais, quer até o estilo de vida, eminentemente privados, são políticos, na medida em que perpassam relações de poder por todos esses âmbitos. Segundo esta perspectiva, a violência contra as mulheres ocor-

rida na esfera doméstica é um típico exemplo de uma manifestação de poder que tende a escapar à protecção política enquanto permanecer acometida a assunto do foro privado.

Sendo uma forma de opressão remetida à fachada dos bastidores e protegida como prática não política, a violência consiste, em si mesma, em uma violação do direito à publicidade, no sentido habermasiano, isto é, no sentido de tornar público. Simultaneamente, constitui uma violação do direito à autonomia privada das mulheres, pelo que a académica americana Lisa McLaughlin (1998: 77-78) a concebe como um problema de falta de privacidade.

2.3. Questionando a dicotomia público-privado

Apesar de ocupar um papel fulcral ao longo de dois séculos de investigação e de luta política feminista, a dicotomia entre espaço público e espaço privado é altamente problemática no seio do próprio movimento (Pateman, 1996: 31). E é-o quer pela aparente ambiguidade dos conceitos, quer pela artificialidade da divisão entre as práticas individuais, as colectivas e as estatais (Saraceno, 1988). Boa parte da investigação procurou mostrar que essa dicotomia não é universal, nem tão pouco pré-existente. A sua emergência radica, pelo contrário, em um contexto histórico determinado, associado às transformações da economia política, sendo, por isso, concebida, em muitos casos, como uma «representação ideológica» das sociedades de classes (Maquieira, 2001: 153).

Como a par das relações de produção existem relações de reprodução, que convertem a reprodução biológica em uma actividade social, é esperado que os homens ocupem o espaço público da produção e as mulheres o doméstico, ligado à reprodução da espécie. A sujeição da mulher ao domínio doméstico poderá ter sido contemporânea da constituição da propriedade privada e da família. A sedentarização em povoações de agricultores terá instigado o homem a confinar a mulher ao papel reprodutivo no domínio doméstico, porque precisava de garantir uma prole a quem passar as suas posses.

É sobretudo da separação que a teoria liberal operou sobre as duas esferas e, inclusivamente, se essa distinção deveria realmente ter lugar,

que a crítica feminista se ocupa com particular incidência. Na verdade, a distância entre o liberalismo e o feminismo é extremamente reduzida. Ambas as doutrinas encontram as suas raízes na emergência do individualismo como teoria geral da vida social, na medida em que são ambas inconcebíveis sem uma concepção dos indivíduos como seres livres e iguais (Pateman, 1996: 31). Todavia, evoluíram em planos diferentes.

A estruturação da experiência humana em torno das esferas autónomas do público e do privado constitui um dos factores principais de afirmação da modernidade. Diferentemente da Antiguidade grega, nota João Pissarra Esteves (2003: 189-190), «onde o público e o privado se apresentavam em directa oposição, no mundo moderno, a diferenciação destes dois domínios da experiência tem por pressuposto a sua articulação».

Tal como a generalidade dos direitos de personalidade, a «invenção» do direito natural à reserva da vida privada costuma situar-se no contexto das lutas do Homem contra a onipotência do soberano absoluto da Idade Moderna. À medida que a burguesia assume um papel fundamental na organização social, a privacidade, observa Adriano Duarte Rodrigues (2001: 38), transforma-se no direito de o cidadão livre «assegurar a defesa da sua autonomia perante a ingerência do Estado soberano, tanto no domínio das suas ideias como na esfera doméstica, tanto na esfera político-ideológica como na esfera económica». A própria intimidade só é possível, lembra Anthony Giddens (1994: 84), no momento em que existe uma privacidade substancial.

É, assim, a partir do desenvolvimento da autonomia privada que o espaço público moderno se constitui. Da afirmação individual dos cidadãos, comentando e debatendo publicamente as suas ideias mais ou menos controversas em relação às ideias do Estado, emerge a opinião pública iluminada, essencial ao funcionamento da Democracia. Na sua célebre teorização sobre a sociedade comunicativa, Jürgen Habermas (1989) mostra como, no século XVIII, a burguesia, detentora de poderes no domínio oposto ao do Estado, se serviu dessa sua primazia para constituir na sociedade, primeiro nos clubes privados e, mais tarde, nos cafés, correntes de opinião na esfera pública, que a imprensa se apressou a divulgar. Neste sentido, o domínio político é associado ao poder do Estado e a liberdade concebida como liberdade face ao poder político. A sociedade civil é identificada como dizendo respeito ao domí-

nio privado, isto é, como esfera da vida onde os indivíduos expressam as suas ideias livremente, fora da alçada do poder público estatal.

Mas uma tal concepção de esfera social, livre de constrangimentos políticos, acaba, diz Judith Squires (1999: 25), por não abarcar um terceiro espaço, igualmente constitutivo das relações humanas: o doméstico, íntimo, ou familiar. Para a autora, a concepção liberal de político e de privado cria uma divisão tripartida e não dual das relações sociais: por um lado, o Estado, por outro, a sociedade civil e, por outro ainda, o âmbito doméstico. Se é certo que não oferece dúvidas a identificação do Estado com o domínio público e a do doméstico com o privado, o mesmo não acontece em relação ao reconhecimento do lugar ocupado pela sociedade civil. Ela acaba por ocupar um e outro espaço consoante seja oposta ao Estado ou à vida pessoal. Por essa razão, a distinção público/privado operada pelo liberalismo é considerada confusa pelo pensamento feminista e por muitas correntes da teoria política contemporânea (Delanty, 2001: 42).

Na verdade, o modelo liberal oferece duas distinções diferentes do público e do privado. Uma entre o político e o social; outra entre o social e o pessoal. A mais tardia divisão entre o social e o pessoal representa o reconhecimento dos constrangimentos da liberdade individual impostos não apenas pelas manifestações de poder do político, como também do social (Squires, 1999: 25). A teoria liberalista clássica concebe a sociedade como o espaço onde os indivíduos podem agir livremente. Com base nesse princípio de autonomia, a esfera pública habermasiana foi, com o tempo, sendo entendida como um fundamento do modelo democrático de formação de opinião e de exercício da cidadania. Contudo, tornou-se evidente que a própria sociedade limita a actuação dos indivíduos, uma vez que implica conformidade com determinados aspectos.

Por outro lado, nem a distinção entre o político e o social, nem a separação entre o social e o pessoal invocam explicitamente a família. A família não é necessariamente privada no sentido implicado em ambas as divisões, ainda que a teoria liberal a tenha representado frequentemente dessa maneira. Por conseguinte, a teoria feminista formula uma terceira distinção entre público e privado: entre o público e o doméstico, sendo o público o Estado e a sociedade civil e o doméstico as actividades pessoais e a intimidade (Squires, 1999: 26).

São vários os argumentos avançados pela teoria feminista para explicar a depreciação do doméstico e do seu papel nos domínios público e privado operada pela teoria liberal. Uma das explicações possíveis para esta exclusão é a de que, despojada de aspectos singulares respeitantes ao âmbito familiar, a sociedade civil serve mais adequadamente o propósito liberal, na medida em que usufrui de uma maior autonomia e vitalidade (Squires, 1999: 25).

Outra das razões encontradas para justificar a desvalorização do plano doméstico assenta na concepção subjectivista liberal do sujeito. A formulação moderna de público produz «uma concepção de cidadania que exclui da atenção pública muitos dos aspectos particulares das pessoas» (Silveirinha, 2001: 73). A universalidade da cidadania liberal sugere a existência de um indivíduo privado de conotações particulares: ideológicas, culturais, de classe ou de sexo. A primeira consequência desta concepção é a de que só os sujeitos que conseguirem evitar a interferência das suas diferenças e particularidades individuais podem realmente ser considerados cidadãos.

Assim se explica que a teoria liberal seja acusada de conceber uma noção de sociedade civil que não leva em linha de conta as formas de dominação e de exclusão que oculta. O discurso da ideologia liberal ignora os grupos de género, de raça e de religião a pretexto de que, ao dizerem algo sobre as pessoas e as suas qualidades sociais, essas categorias são opressivas e injustas. Isto é, reduzir-se-ão desvantagens e exclusões se se obedecer ao preceito de considerar os indivíduos, independentemente das suas particularidades subjectivizadas.

Para a investigação feminista, esta lógica obscurece a opressão, não apenas pelas suas pretensões de universalidade, mas também pelos argumentos que convoca para explicar as exclusões. Só há dois caminhos para as justificar: ou se culpam as vítimas, que se tornam menos competitivas fruto das suas capacidades individuais; ou se atribui a sua desvantagem à atitude dos outros, que rejeitam pessoas menos privilegiadas. Em qualquer dos casos, defende Iris Marion Young (2003: 118), «as formas estruturais e políticas de abordar e rectificar a desvantagem estão fora do discurso, deixando os indivíduos a lutar no vazio. Ser capaz de falar da desvantagem e da opressão em termos de grupos é importante para os grupos oprimidos tanto pela raça, classe, etnicidade, idade, orientação sexual, etc., como pelo género».

Público e privado são, deste modo, espaços marcados pelas tensões de género, sendo o público uma esfera masculina cujas normas e práticas reflectem formas de excluir modos femininos de participação. Por um lado, porque a cidadania é uma construção eminentemente masculina; por outro, porque é desvalorizado o que acontece na esfera privada para a prática da cidadania na esfera pública. Isto quando, como sustenta a académica inglesa Ruth Lister (2002: 167), a própria divisão de género do trabalho na esfera privada «molda o acesso tanto das mulheres como dos homens à esfera pública e aos direitos políticos, económicos e sociais de cidadania, que derivam desse acesso».

Naturalmente, as teóricas feministas atribuem, tal como Jürgen Habermas, grande importância à mobilização entre o espaço privado e o espaço público, na medida em que só publicitando e discutindo os assuntos livremente na esfera pública o projecto feminista se concretiza. Contudo, discordam da formulação original de esfera pública elaborada pelo filósofo, como espaço onde as ideias e as opiniões privadas dos indivíduos adquirem unidade e formam um corpo público (Habermas, 1989: 136). De forma diferente, as académicas feministas concebem a esfera pública como um espaço comunicacional plural, povoado de vozes e de identidades diferentes.

O modelo habermasiano de esfera pública apresenta, na verdade, vários problemas para o pensamento feminista. Ao consistir em um espaço onde emerge a voz do cidadão idealizado pelo liberalismo, marginaliza certos grupos e as suas experiências, empobrecendo o discurso público. O trabalho do filósofo é também contestado por ignorar a diferenciação de género do cidadão e por omitir a separação entre o trabalho feminino privatizado e o trabalho remunerado e cidadania eminentemente masculinos, ocultando que o estatuto de cidadão está intrinsecamente ligado ao papel atribuído ao homem (Fraser, 2003: 87).

Contudo, a investigação feminista partilha com a generalidade da reflexão política um interesse conceptual na esfera pública de Habermas. Essa noção, como domínio onde a comunicação e a contestação cívica têm lugar, foi um ponto de partida para as teóricas empenhadas na legitimação da linguagem do mundo da vida e da veiculação do conhecimento experimental através de narrativas desenvolverem o seu próprio discurso (Ferree *et al.*, 2002).

A articulação habermasiana das relações entre público e privado nas sociedades capitalistas clássicas sugere, tal como nota Nancy Fraser (2003),

que há que fazer duas separações diferentes, mas interrelacionadas. «Uma opera ao nível dos “sistemas”, nomeadamente, a separação entre o sistema estatal ou público e a economia capitalista (oficial) ou sistema privado. Há uma outra separação público-privado ao nível do “mundo da vida”, nomeadamente, a separação entre a família ou esfera privada do “mundo da vida”, por um lado, e o espaço de formação e de participação da opinião pública da esfera pública do “mundo da vida”, por outro» (Fraser, 2003: 71). Mas, ao «não conseguir tematizar o subtexto de género que subjaz aos papéis de trabalhador e de consumidor, Habermas não consegue compreender precisamente como é que o local de trabalho capitalista está ligado à família nuclear, moderna, restrita e chefiada pelo homem» (Fraser, 2003: 75). Similarmente, a abordagem de Habermas não distingue a capacidade do homem para exercer a sua cidadania, participando no debate público e dialogando com os outros, e a incapacidade da mulher para falar e consentir, manifestada, por exemplo, na opinião popular e, frequentemente, judicial, de que, mesmo em um caso de violação, quando uma mulher diz «não», ela pode querer dizer «sim» (Fraser, 2003: 74).

Ao explorar a incapacidade da esfera pública burguesa de ser universalmente acedida, a teoria feminista localiza o potencial emancipador das mulheres no espaço público contemporâneo, entendido, tal como o concebe o sociólogo da comunicação Dominique Wolton (1995), como um espaço mediatizado e, por isso, funcional e normativamente indissociável do papel dos *media*. Nesse espaço circulam grupos, ideias e interesses que adquirem representação graças aos meios de comunicação social. Com efeito, não parece sequer possível existirem se não através da acção dos *media*. Em contraste, os trabalhos mais recentes de Habermas, ao descreverem o fenómeno da erosão da esfera pública iluminista, como instância de exercício crítico da razão e de legitimação de decisões de poder, atribuem à industrialização da actividade dos *media*, através do capitalismo organizado, a génese de toda a «má publicidade» (McLaughlin, 1998: 78).

2.4. Mediatizando o privado

Se a industrialização da actividade informativa acabou por gorar algumas expectativas feministas, se a mercantilização da imprensa foi pro-

gressivamente transformando a notícia em produto e o sensacionalismo adoptado como estratégia de venda, o capitalismo agressivo trouxe a público realidades ainda mais perturbantes, que Habermas não poderia antecipar.

A criação de grandes grupos de comunicação dizimou a pluralidade, favorecendo a emergência do pensamento dominante e defraudando o funcionamento de um espaço público heterogéneo e amplamente participado (Wolton, 1995; Ramonet, 1999). A concorrência e a procura do lucro estimularam as intrusões no espaço próprio do indivíduo, apesar de o respeito pela vida privada dos cidadãos estar no cerne dos códigos deontológicos da imprensa mundial (Cornu, 1999: 93).

Com a irrupção da sociedade da comunicação, o encontro entre os agentes sociais, partilhando o mesmo espaço físico, foi complementado ou mesmo substituído pela «quase-interacção» que se estabelece através de um contacto tecnologicamente mediado. O que significa não apenas que as relações sociais se estabelecem independentemente da partilha de um mesmo contexto espaciotemporal, mas também que os indivíduos, tal como os acontecimentos, podem adquirir publicidade, independentemente da circunstância de serem observados directamente, como defende o sociólogo inglês John Thompson (2000). Espaço público e privado são, naturalmente, afectados pelas possibilidades inerentes à comunicação mediada.

Erving Goffman (1959) mostrou que a estrutura da interacção no seio de um processo comunicacional tem regiões delimitadas. O autor classifica-as como a da fachada, onde os indivíduos se comportam de acordo com as imagens que querem projectar de si; e a dos bastidores, onde podem agir contrariamente ao modo como actuam em público, já que tais acções permanecerão, em princípio, em um reduto difícil de penetrar. Mas essas regiões demarcadas só a custo serão mantidas no espaço da «quase-interacção». Se num cenário de comunicação interpessoal, os indivíduos escondem facilmente comportamentos, já o mesmo será difícil no quadro da comunicação mediada. Com a agravante de as revelações circularem rápida e instantaneamente, em direcção a uma audiência potencialmente infinita.

É assim que alguns escândalos sexuais se convertem em acontecimentos mediáticos nacionais, como aconteceu em Portugal, em 2002, com o caso de pedofilia na instituição Casa Pia, envolvendo membros da

classe política. Por força da globalização da informação, também nos são familiares escândalos internacionais, à imagem do que sucedeu, em 1998, após a revelação do relacionamento extraconjugal do então presidente norte-americano, Bill Clinton, com uma estagiária da Casa Branca. Uns e outros partilham a mesma origem. Eclodem após a divulgação pública de transgressões de normas morais praticadas em segredo por figuras de renome. Essas transgressões não têm, necessariamente, que constituir crimes. Os escândalos sexuais políticos, tal como os concebe John Thompson (2000: 40-50), não devem sequer ligar-se a preceitos legais. Os *media*, que os difundem e alimentam, revelam, frequentemente, aspectos da esfera íntima, zona de protecção jurídica total de cada indivíduo⁽¹⁴⁾. Por outro lado, se em face da lei todos os cidadãos são iguais, o mesmo não acontece perante o «tribunal do escândalo», onde as celebridades são os alvos predilectos.

A obsessão de certos segmentos dos *media* pela vida privada e íntima das figuras públicas implica que estas percam o controlo da chamada área dos «bastidores» (Goffman, 1959). Mas são, muitas vezes, as celebridades que colaboram voluntariamente na publicitação de aspectos e acontecimentos do âmbito da sua esfera privada. A exposição nos *media* noticiosos traz notoriedade e a notoriedade é passível de ser transformada em contratos lucrativos. A morte da Princesa Diana alimentou a invasão da privacidade; em vida, a celebridade soube beneficiar da exposição nos *media*, cortejando a sua publicitação de modo a estabelecer e manter o seu papel mediático.

A relação entre as pretensões das figuras públicas, a protecção da sua privacidade e os interesses das organizações mediáticas pode, em muitos casos, ser pacífica. A investigadora inglesa Myra Macdonald (2003: 89) sustenta que, ao gerirem de forma cautelosa as suas vidas privadas, as celebridades constroem um cómodo «terceiro espaço» entre as esferas pública e privada, a partir do qual é oferecida uma ilusão de revelação aos

⁽¹⁴⁾ É comum recorrer-se ao método das três esferas para hierarquizar a informação, definindo o grau de protecção jurídica que cada nível exige. A formulação da jurisprudência alemã distingue, além da esfera pública, uma esfera privada, cuja extensão depende do estatuto do indivíduo e da sua exposição à publicidade, e uma esfera íntima coincidente com o chamado círculo de reserva do sujeito, que permanece sob um regime especial (Carvalho *et al.*, 2003: 202).

públicos consumidores. As capas das revistas prometem muitas vezes revelações que as páginas interiores não chegam a confidenciar.

O *voyeurismo* mediático que os *reality shows* vieram sedimentar vulgarizou-se, alterando duplamente a lógica do público e do privado. A curiosidade, observa o crítico de televisão Eduardo Cintra Torres (2002), estende-se não apenas à vida das figuras públicas, mas a toda a sociedade, mesmo aos grupos de anónimos que cobiçam a possibilidade de granjearem fama.

A normalidade da revelação pública da vida privada e íntima de pessoas comuns entronca no mesmo desejo pessoal de algumas celebridades: o ser-se (re)conhecido. O preço do reconhecimento público pode comportar a rejeição do direito à privacidade e intimidade e a aceitação da exposição mediática do próprio corpo. Mas nem por isso as estações de televisão cerciam o investimento em *reality shows* (15).

Activistas e académicas feministas continuam a encontrar nos *media* um imenso potencial. Apesar de os negócios da informação e do entretenimento explorarem o sensacionalismo, o discurso confessional e a vida privada e íntima dos cidadãos, são reconhecidas as oportunidades que o discurso mediático oferece quer aos indivíduos, quer às organizações feministas de difundirem diferentes entendimentos das relações entre os géneros. É ainda valorizado o papel que os *media* poderão desempenhar para a erradicação da violência sexista. Existe, pelo menos, um certo consenso em admitir que os *media* contribuíram para alcançar um desígnio fundamental: tornar visíveis e socialmente pertinentes as experiências mais complexas vividas pelas mulheres em privado.

Ao noticiarem os maus tratos ou as agressões sexuais a mulheres, por exemplo, os *media* incorporam-nos no discurso público. Dão voz às autoridades e especialistas na matéria, bem como às mulheres agredidas, encorajando outras vítimas a quebrarem os muros de silêncio.

(15) Depois de, em 2000, a estação privada de televisão portuguesa TVI ter apostado num *reality show* líder de audiências em alguns países da Europa, o *Big Brother*, a sua concorrente directa, a SIC, investiu em um programa semelhante, os *Acorrentados*. A SIC voltou nesse mesmo ano e no seguinte a apostar no formato televisivo, emitindo o *Bar da TV* e o *Masterplan*, mas foi a TVI que se rendeu declaradamente aos *reality shows*. A estação difundiu novas séries do *Big Brother*, como o *Big Brother Famosos* (2002), cuja receita aplicou a outros *reality shows* com pretensas figuras públicas.

Algumas pesquisas mostram que a acção dos *media* foi fundamental para o próprio entendimento da violência. Os trabalhos de Jenny Kitzinger (2004a, 2004b), a que nos referimos no Capítulo I, permitiram à investigadora concluir que existe uma relação directa entre a atenção dos *media* sobre a violência sexual, as preocupações do público e a habilidade das sobreviventes de abusos para identificarem as suas experiências. Segundo a autora, a apresentação das agressões pelos *media* tornou-se uma parte fundamental do processo de nomear e conferir sentido às situações dramáticas vividas pelas mulheres, à comunicação dessas experiências com os outros e à sua contestação.

A crítica feminista tem sido, contudo, severa com a forma como os *media* e, em particular, os órgãos de informação têm mediatizado o privado. A investigadora Patricia Holland (1998) traça um retrato possível desse desempenho. Segundo a autora, a industrialização da imprensa conduziu à circulação massiva de assuntos previsivelmente do interesse do público feminino. Notícias «leves», histórias de interesse humano e temas ligados ao lar, à educação dos filhos e à vida doméstica em geral alimentaram as páginas femininas das revistas e jornais e, mais tarde, programas de rádio e de televisão. A partir dos anos 70, com o exacerbar da competição pelas audiências, a apresentação do espaço privado da feminilidade dá lugar à difusão de aspectos relacionados com a intimidade. O sexo invade a imprensa popular e os programas de entretenimento, transformando feminização em sexualização.

Desde os anos 80 que os jornais britânicos de grande circulação substituíram as *hard news* por *soft news*, convertendo-se em periódicos sexualizados. Assim aconteceu com o *Sun*, popularizado por apresentar mulheres seminuas na página três e conselhos sobre a vida sexual. Mas enquanto os editores do tablóide vêem na *sexualização* dos conteúdos um reforço da democratização sexual, autores como Patricia Holland (1998: 28) encaram essa sexualização como um freio do potencial democrático da imprensa britânica. Quando a diferença sexual é apresentada de um modo que reforça a desigualdade sexual, não é possível existir um discurso democrático.

Para algumas feministas, não é apenas o poder dos homens sobre as mulheres que afecta as relações de sexualidade. As relações de sexualidade determinam elas próprias a subalternidade da mulher. O feminismo radical, por exemplo, coloca a sexualidade no coração da

dominação masculina. A crença na submissão feminina durante a prática de sexo ou ainda a de que as mulheres não devem provocar sexualmente os homens até um ponto onde eles deixam de poder responder pelos seus actos, são, observa a investigadora Diane Richardson (1993: 84-85), expressões naturais da diferenciação sexual.

Se o sexo sempre ocupou um lugar de destaque no imaginário popular, o mesmo se pode afirmar da pornografia. Ambos satisfazem os requisitos necessários para se transformarem em objecto de comunicação massificada. A globalização dos *media* através, concretamente, da possibilidade de um mesmo canal de satélite difundir para todos os continentes, exige a transmissão de uma mensagem compreensível por todos os cidadãos, independentemente da língua. A pornografia, como nota a investigadora e consultora internacional dos *media* Margaret Gallagher (1995b: 202), cumpre exemplarmente o critério.

O movimento feminista que emergiu nos anos 70 nos Estados Unidos contra a pornografia opôs-se à natureza sexista e misógina da generalidade dos conteúdos produzidos. Apesar da diversidade de posições quanto ao papel desses conteúdos na opressão feminina, a maioria das feministas é unânime em considerar que a mulher circula no mercado pornográfico como objecto de consumo masculino, que gosta de ser dominado e humilhado (Richardson: 1993: 94).

A relação entre pornografia e violência contra as mulheres também tem sido analisada. Feministas radicais, como Andrea Dworkin (1981), defendem a existência de uma relação directa entre um aspecto e outro, enquanto outros autores consideram essa hipótese simplesmente inconfirmável. A investigadora Diane Richardson (1993: 95), por exemplo, prefere falar dos efeitos indirectos da pornografia, como o de moldar as atitudes masculinas sobre as mulheres e a sexualidade em geral. Os conteúdos pornográficos dizem aos homens que as mulheres querem ser usadas, que têm prazer em ser violadas, castigadas ou até mortas e ao fazê-lo, salienta a autora, já são suficientemente perigosos.

Na mesma linha de pensamento, Robert Jensen (1996) entende que a pornografia não necessita de ser violenta para reproduzir a opressão das mulheres e influenciar de algum modo actos de violência sexual. Analisando a pornografia na cultura americana e a sexualidade masculina (baseando-se na sua própria experiência e em entrevistas), o autor sugere que, para os homens heterossexuais, os conteúdos pornográficos estão

ligados à ideologia da dominação masculina. O uso da pornografia sexualiza e naturaliza o controlo masculino sobre as mulheres. Para os homens, esse controlo encerra uma carga de erotismo. Ora, se a dominação é erótica, então, a violência sobre a mulher, conjectura Jensen (1996), também o poderá ser.

CAPÍTULO III

OS *MEDIA* E A REPRESENTAÇÃO DO GÊNERO

3.1. O feminismo e os *media*

A omnipresença mediática aliada à convicção de que no espaço comunicacional circulam informações que influenciam de forma decisiva o modo como organizamos a vida colectiva e descodificamos os diferentes universos em que evoluímos colocou os *media* no centro da crítica social e, particularmente, no centro da crítica feminista. Sobretudo desde que, em 1963, a feminista norte-americana Betty Friedan escreveu sobre o sexismo no clássico *A Mística Feminina*.

Os *media* têm sido acusados de construírem o género feminino em consonância com as estruturas de pensamento patriarcais. Friedan, ela própria jornalista, atacou duramente a forma como os meios de comunicação, em especial as revistas femininas, associavam a felicidade da mulher ao casamento, à maternidade e à posse dos electrodomésticos necessários para facilitar o trabalho no lar e prestar um bom serviço à família. Tratava-se de uma construção estereotipada que, em última instância, condenaria as mulheres interessadas em outro tipo de realizações a um embaraçoso dilema existencial.

As imagens então transmitidas pela comunicação de massas não apareciam, contudo, do nada. Reflectiam as alterações sociais desencadeadas após a Segunda Guerra Mundial. Apesar do desmoronamento das barreiras legais, políticas e económicas que haviam impedido a igualdade social e de oportunidades até ao século XX, as mulheres pareciam rumar em direcção à segurança de uma vida em comum. A «mística feminina» assentava, assim, na ideia, reforçada pelos *media*, de que o maior valor da mulher era a realização plena da sua feminilidade, que não era mais, para as mulheres americanas, do que o ideal de mãe e doméstica. Em finais dos anos 50, só uma em cada três heroínas das

revistas femininas era uma mulher com carreira e, no entanto, era quase sempre apresentada no acto de renunciar à sua actividade profissional, visto ter descoberto que o seu verdadeiro desejo era ser dona de casa (Friedan, 1963: 36-37).

Fazendo eco das críticas de Friedan, a investigação feminista em comunicação, iniciada em princípios dos anos 70, começou por se debruçar sobre a identificação de estereótipos de género nos textos mediáticos (Zoonen, 1994: 16) ⁽¹⁶⁾. De cariz sobretudo quantitativo, esses trabalhos documentavam a escassez da presença feminina nos *media* dominantes e o reforço das noções de diferenciação dos papéis sexuais de homens e mulheres. Filmes, programas televisivos, jornais, revistas e mensagens de publicidade foram analisados por um filtro crítico preocupado com o impacte no público da representação mediática da mulher.

Pendeu sobre essa pesquisa a convicção de que as mensagens sociabilizam os públicos, encorajando-os a aceitar os estereótipos de papéis sexuais como normais, óbvios e naturais. Adaptando o conceito de «hegemonia» de António Gramsci, académicas e activistas feministas desenvolveram a hipótese de que os *media* e outros produtos culturais contribuem para manter o domínio masculino ao produzirem textos mediáticos pejados de definições hegemónicas sobre o que deve ser aceite como senso comum (Carter e Steiner, 2004: 2).

A palavra «hegemonia» traduz um processo através do qual o grupo dominante mantém o seu poder sobre as instituições sociais e os indivíduos que as integram granjeando o seu consentimento ou, pelo menos, o daqueles que pretendem viver em sintonia com as normas e práticas estabelecidas. Se os *media* favorecem sempre a hegemonia dos poderosos, através do seu papel decisivo no processo de aquisição de consentimento público, também favorecerão a hegemonia masculina, pelo que o conceito ofereceu uma análise conveniente do modo como homens e mulheres participam e reforçam um sistema intrinsecamente desigual (Ross e Byerly, 2004: 3).

⁽¹⁶⁾ Nesta perspectiva, estereótipo é, naturalmente, considerado uma generalização perigosa, negativa e reveladora de falta de conhecimento e não como uma construção sociocognitiva «neutra» (Amâncio, 1994).

A investigadora Gaye Tuchman (1978), associada a um número significativo de estudos dessa índole, elaborou duas das mais disseminadas hipóteses de trabalho da pesquisa académica feminista. Trata-se da «hipótese da reflexão» e do «aniquilamento simbólico», esta última elaborada a partir dos trabalhos de George Gerbner (1978). Enquanto a primeira sugere que os meios de comunicação de massas reflectem os valores socioculturais dominantes, a segunda indica que a ausência da mulher nas mensagens mediáticas, a sua condenação ou trivialização dirimem a importância do seu papel social e dos assuntos que lhe dizem directamente respeito.

Nas décadas que se seguiram, a investigação em comunicação diversificou ainda mais o objecto de estudo, trazendo a público análises da presença da mulher na arte, na literatura, na música, nos formatos televisivos que foram granjeando popularidade ou que foram criados especificamente para uma audiência feminina e, mais proximamente, no ciberespaço (Silveirinha, 2004: 13).

À medida que, por um lado, a pesquisa académica foi desafiando as normas de género dos *media* e, por outro, o activismo feminista foi disseminando as suas crenças e valores, a representação da mulher evoluiu, tornando-se mais plural e variada. Na verdade, contemporaneamente, se boa parte dos autores continua a atribuir aos *media* o poder de reforçar as relações desiguais entre homens e mulheres, também lhes é reconhecida a capacidade de estabelecer uma nova e mais igualitária teia de relações entre sexos quando fazem circular um discurso limpo de estereótipos e suplantam a estrutura de género que os sustenta (Pickup *et al.*, 2001; Kitzinger, 2004; Ross e Byerly, 2004; Carter e Steiner, 2004).

Com efeito, a origem das mudanças ocorridas tem sido atribuída à evolução do próprio tecido social e à intervenção feminista, exímia em identificar os problemas que os produtores dos *media* e os jornalistas originavam quotidianamente. O esforço de redefinição das normas de género da indústria dos *media* contribuiu, por sua vez, para diversificar e enriquecer a investigação desenvolvida, num ciclo virtuoso.

Todavia, em 30 anos de pesquisa, a teoria feminista não abandonou as suas preocupações originais. A compilação de alguns dos trabalhos mais significativos desenvolvidos nos últimos anos permitiu a Margaret Gallagher (2001) concluir que, apesar de serem visíveis mudanças um pouco por todo o mundo, pouco se alterou de forma substancial. A «aniquilação simbó-

lica» prevalece, fruto não apenas da invisibilidade mediática da mulher, mas também da manifesta ausência dos seus pontos de vista. Simultaneamente, a mulher é associada a papéis sexuais tradicionais, pelo que a representação feminina continua a reproduzir padrões sociais e culturais inerentes à dominação masculina.

Se em três décadas a crítica feminista não concretizou integralmente o seu projecto, já as práticas científicas desenvolvidas na esteira dos estudos de género sofreram uma considerável evolução. A pesquisa feminista contagiou a investigação em comunicação, instando certos grupos de trabalho a aderir aos seus quadros conceptuais, beneficiando, ao mesmo tempo, do desenvolvimento de metodologias e da diversificação de perspectivas no âmbito da pesquisa dos *media* e dos estudos culturais.

A perspectiva feminista não surtiu apenas efeito na forma como pelo menos uma parte dos investigadores, jornalistas e consumidores dos *media* passaram a encarar as questões do género. As consequências da relação entre um campo de estudo e outro são visíveis ao nível das imagens, das narrativas e dos próprios formatos mediáticos criados (Watkins e Emerson, 2000: 151).

Mais significativo ainda é o facto de a investigação ter somado ao esforço de análise das mensagens difundidas a pesquisa sobre os emissores e as audiências. Os estudos baseados em análises textuais iluminaram aspectos específicos da representação da mulher. Mas esses trabalhos não permitiram — nem permitem — examinar a estrutura das organizações que produzem os conteúdos estudados. Ora, entre as relações de poder existentes na sociedade e as mensagens ideológicas transportadas pelos textos mediáticos estão as organizações dos *media*: um importante sistema de produção que tem de ser compreendido para se poder revelar o contexto cultural e ideológico em que as mensagens são construídas e apurar de que forma a cultura patriarcal está presente na criação dos produtos que consumimos (Carter e Steiner, 2004: 15).

Por outro lado, sendo o processo de construção do sentido das mensagens mediáticas um processo que envolve não apenas emissores, como também receptores, a investigação da forma como a produção, distribuição e consumo dos *media* contribui para a construção social da realidade veio a abarcar o estudo das audiências.

Tal como sugere Stuart Hall (1980), no processo de produção de textos mediáticos, o sentido é codificado em formas discursivas que não

constituem um sistema ideológico fechado. Pelo contrário, essas formas abrem espaços discursivos que fomentam interpretações divergentes. No momento da recepção, as audiências «decodificam» o sentido codificado (lêem o texto a partir de perspectivas diversas), podendo atribuir às mensagens recebidas um sentido diferente do que pautou a fase da produção.

Esta assimetria entre duas fases simétricas do mesmo processo é, frequentemente, considerada uma «distorção» e as suas implicações são amplamente debatidas pela teoria feminista. Diferentemente das feministas radicais, para quem os textos mediáticos não ofereciam leituras ambíguas da ideologia patriarcal que presidiria à sua construção, as feministas contemporâneas reconhecem que o discurso dos *media* não é estanque e, embora o censurem por continuar a reproduzir preceitos sexistas, não negligenciam o papel das audiências na interiorização selectiva dos valores que circulam no espaço público mediatizado.

3.2. Comunicando estereótipos

Como vimos, a crítica feminista começou por apontar a subrepresentação das mulheres na indústria cultural e o papel dos *media* na normalização dos valores culturais dominantes e na legitimação da dominação masculina. A representação elaborada pelos *media* da diferença sexual tornava premente a análise do conjunto de representações efectuadas para compreender o modo como o discurso mediático constrói e faz circular ideias acerca do feminino e do masculino.

Durante os anos 70, diversos trabalhos analisaram a representação das mulheres nos *media* de massas, chegando, frequentemente, a resultados semelhantes. Tais estudos indicavam as formas através das quais os discursos eram produzidos, desocultando a ideologia patriarcal em que essas formas se inscreviam, os mecanismos institucionais que legitimavam a sua fabricação e as estratégias que conduziam a lógicas desvalorizadas da feminilidade (Valle *et al.*, 1996).

Os primeiros trabalhos que se debruçaram sobre os estereótipos de género centraram-se nos conteúdos da imprensa escrita. Em meados dos anos 70, Erving Goffman (1976) analisou a presença da mulher nos anúncios publicitários de revistas, categorizando essas imagens con-

soante a relação que teciam entre homens e mulheres e as expectativas de papéis sociais que sobre ambos recaíam. Expressões faciais, corporais, postura da cabeça e as acções constantes dos anúncios constituíam a matéria analisada.

Pouco tempo depois, as categorias de análise então ensaiadas sofreram uma considerável evolução. Foram sobretudo os trabalhos de Gaye Tuchman (1978a) que conduziram a um avanço exponencial nos estudos de estereótipos, ao cobrirem, igualmente, tópicos como a mulher nas notícias, impressas e televisivas.

As análises de Tuchman continham o elemento básico de uma teoria feminista e funcionalista dos *media*: os meios de comunicação reflectem os valores sociais dominantes da sociedade e denigrem a mulher ao não mostrá-la ou ao apresentá-la de modo estereotipado (Zoonen, 1994: 17). «Consideremos a representação das mulheres nos meios de comunicação de massas», escrevia Tuchman (1978b: 139-140) em finais dos anos 70. «Relativamente poucas são aí representadas, embora constituam 51% da população e bem mais do que 40% da força de trabalho. Estas mulheres trabalhadoras que são representadas são condenadas. Outras são trivializadas: são retratadas como ornamentos infantis que precisam de ser protegidas ou então são desvalorizadas dentro das fronteiras protectoras do lar».

Numerosos trabalhos desenvolvidos nos anos seguintes mostram como a mulher tende a ser apresentada, em diversos tipos de mensagens mediáticas, em posições de subalternidade — como dona de casa, por exemplo —, enquanto os homens assumem papéis de autoridade — são profissionalmente activos e bem sucedidos. Com efeito, a investigação foi documentando que as imagens mediáticas das mulheres as posicionam, frequentemente, na esfera doméstica, enquanto o trabalho e os assuntos de relevância pública são apresentados como territórios eminentemente masculinos (Gunter, 1995).

Um típico exemplo de discurso que, tradicionalmente, posiciona a mulher na esfera privada, relacionando-a com os electrodomésticos e os produtos para o lar ou ainda com os cosméticos, que a tornarão bela para os homens, é o discurso publicitário. Definindo-o como o «discurso do consumo», Myra Macdonald (1995: 41-42) sustenta que este discurso mediático singular tem desempenhado um papel de charneira na reprodução e reforço de um modelo de feminilidade desde o

fim da Primeira Guerra Mundial. Já então os anunciantes construíam múltiplas identidades para a mulher, reforçando o seu poder de consumo. Mas onde eles faziam questão de achar o potencial feminino, as feministas viam a criação de uma mística feminina diversificada, mas sempre artificial.

Por seu lado, a utopia da feminilidade do pós-feminismo, que retrata a mulher como uma super-mulher, capaz de combinar a carreira com os filhos e de cultivar a independência, bem como as relações familiares, voltou, mais uma vez, a responder ao projecto dos anunciantes. Tal como sugere Macdonald (1995), os empresários vêm na multiplicidade de papéis atribuídos à mulher numerosas necessidades para satisfazer.

Mau grado a evolução social e cultural, o discurso publicitário terá atravessado o século XX sem sofrer transformações de raiz. O que verdadeiramente distingue os «anúncios pós-modernos», como Macdonald (1995) os designa, dos seus antecessores é a forma humorística como abordam os papéis sexuais do passado e a sua maior disposição para eleger as mulheres como heroínas das suas mini-narrativas.

O criticismo não atravessa de igual forma a investigação desenvolvida. Em 1987, Janice Winship escrevia no texto *Inside Women's Magazines* que as revistas femininas foram, gradualmente, levando em conta as mudanças de posição social das mulheres. Mais recentemente, a mesma autora reconhece nas modernas campanhas britânicas de publicidade dirigidas a «mulheres vencedoras» uma saída para o sexismo. Winship (2004: 54) considera que, em contraste com a antiga publicidade, na comunicação publicitária criada a partir dos anos 90 são articuladas as tensas relações entre homens e mulheres e a contínua exigência de autonomia por parte destas. Quando os anúncios saem para fora das revistas, essa ruptura acentua-se: as fantasias femininas privadas e íntimas entram num espaço público de «acontecimento mediático», rompendo as alegadas fronteiras entre discurso comercial e cívico (e entre consumidores e cidadãos).

Tal como Winship, também David Gauntlett encara a década de 90 como um ponto de viragem na comunicação de massas. A tal ponto que, em *Media, Gender and Identity* (2002), estrutura a sua análise sobre a representação do género em duas partes: antes e depois dos anos 90. No que diz respeito ao discurso publicitário, o autor defende que os este-

reótipos são, regra geral, inexistentes nos anúncios contemporâneos. Quando são utilizados, são-no de uma forma humorística, na medida em que a procura do lucro é um motivo fortíssimo para as organizações não ferirem as susceptibilidades dos seus diferentes nichos de mercado. Reconhece, no entanto, que a indústria da beleza continua a fabricar necessidades e a propagandear a imagem da felicidade heterossexual e da família tradicional como instituição basilar.

Similarmente, para Gauntlett (2002: 64-73), a indústria cinematográfica está irreconhecível desde finais dos anos 80. Enquanto os homens tendem a não ser simplesmente os heróis-machos do passado que, invariavelmente, protegem e salvavam dos vilões as personagens do sexo feminino (a exemplo de *Superman*, de 1978, e das sagas de *Indiana Jones*, de 1981, 1984 e 1989), evidenciando um lado mais sensível e carinhoso (como em *What women want*, de 2000), as mulheres assumem papéis tradicionalmente masculinos (como em *Os Anjos de Charlie*, de 2000). O debate em torno das consequências desta evolução temática é, porém, controverso. Entre as excepções aos marcos temporais que Gauntlett utilizou para dividir a representação do género no cinema norte-americano encontramos, por exemplo, os filmes *Atracção Fatal* (1987) e *Baby Boom* (1987), ambos produzidos na década de 80. Neles, as personagens femininas aparecem inovadoramente associadas a comportamentos atribuídos, em regra, aos homens. A visibilidade conferida a mulheres agressivas e dispostas a exercer a sua sexualidade viria a ser apenas um ensaio de uma aposta séria da indústria cinematográfica actual. Contudo, se para algumas feministas, como Tania Modleski (apud Curran, 1998: 213), as descrições das vilãs da ficção americana transformam a debilidade tradicional feminina numa fonte de força, des- tronando os arquétipos patriarcais, outras questionam o lado positivo dessas representações.

Analisando a figura estilizada da *mulher fatal*, Karen Boyle (2005: 153) sugere que ela tem sido encarada não apenas como uma manifestação dos receios inconscientes dos homens relativamente à sexualidade feminina, mas também como uma resposta aos anseios masculinos de trocar papéis sexuais. Nesta linha, situações como as representadas nos filmes *Atracção Fatal* e, mais tarde, em *Instinto Fatal* (1992) e *Revelação* (*Disclosure*, 1994) são encaradas como contra-ataques ao activismo feminista.

O discurso da autonomia sexual da mulher legitima uma apresentação sexualizada do corpo feminino e a sua ligação ao prazer sexual. Uma tal imagem da sexualidade feminina activa dependerá sempre da capacidade de objectivação sexual da mulher e da objectivação do poder da mulher sobre o homem (Boyle, 2005: 153). Como sustenta Sherrie Innes (2004: 124), a equação entre a sexualidade feminina e a dureza do papel desempenhado por mulheres diminui o potencial que essa imagem tem de desestabilização da ordem social dominante. A dureza dos actos protagonizados pelas personagens acaba por não abalar a valorização da sua disponibilidade sexual e da sua atractividade física.

Assim se explica que o filme norte-americano *Revelação*, apropriadamente propagandeado com o slogan «sexo é poder», tenha causado uma intensa discussão não apenas sobre a competição feroz existente no local de trabalho e a prevalência do assédio sexual — tema nuclear do argumento —, mas também sobre a representação da mulher de forma antagónica à tradicional — na película, a *mulher fatal* Demi Moore assedia Michael Douglas.

A discussão gerada a partir do filme teve também algum eco em Portugal⁽¹⁷⁾. A opinião feminista veiculada através da imprensa, criticando o produto cinematográfico por apresentar uma situação excepcional como recorrente, antecipa o aparecimento de um conjunto de peças jornalísticas sobre a temática do assédio sexual⁽¹⁸⁾. Como veremos no Capítulo V, a análise que efectuámos, envolvendo todas as peças sobre violência contra as mulheres publicadas no título nacional de grande tiragem da imprensa portuguesa *Diário de Notícias*, mostra que o assunto adquire visibilidade pública na década de 90, durante a qual o assédio sexual é tipificado como crime, não tendo sido escrutinada qualquer notícia sobre o tema nem em 1975, nem 10 anos depois.

⁽¹⁷⁾ Cfr: «História do assédio em três actos» e «O misógino Michael Crichton», DN, 22 de Janeiro de 1995.

⁽¹⁸⁾ Cfr: «Demitido por assédio», DN, 1 de Janeiro de 1995; «Assédio a mulher árbitro», DN, 4 de Maio de 1995; «Pentágono: padrões de assédio sexual», DN, 14 de Maio de 1995; «Assédio sexual caro», DN, 5 de Julho de 1995; «Assédio ou sedução», DN, 17 de Dezembro de 1995; «Almirante acusado de assédio», DN, 10 de Dezembro de 1995.

No que se refere à representação do género na informação noticiosa, o desenvolvimento da crítica feminista, a evolução metodológica e a disseminação das pesquisas por todos os continentes não conduziu a um conjunto de resultados diametralmente opostos da hipótese de «aniquilação simbólica» feminina.

Próximo de nós, o inquérito internacional efectuado pela *Media-watch* ⁽¹⁹⁾ em 1995 veio mostrar como, apesar de serem maioritárias, as mulheres estão quase ausentes da informação difundida em 71 países e, quando estão presentes, estão-no de forma estereotipada, sendo directamente relacionadas com a esfera afectiva ou sexual, a família e os filhos.

Similarmente, a grande maioria das pesquisas levadas a cabo desde que Gaye Tuchman (1978b: 145) defendeu que a mensagem televisiva transmite a ideia de que as mulheres não são importantes na sociedade norte-americana, a não ser dentro de casa e mesmo aí com algumas reservas, continua a não contradizer substancialmente aquela tese.

A pesquisa sobre os estereótipos de género centrada na informação televisiva tem-na acusado não apenas de subrepresentar a mulher, como também de dirimir o peso da sua voz. Simultaneamente, documenta que as questões consideradas mais relevantes para o universo feminino — oportunidades de emprego e discriminação social, paridade ou violência doméstica — são geralmente marginalizadas ou mesmo ignoradas (Gallagher, 2001).

A investigação sobre a presença da mulher nos telejornais espanhóis elaborada em finais da década de 90 por Jordi Farré, Enric Saperas e Vicenç Navarro (1998) contribui para os resultados. As mulheres não têm uma presença destacada nas notícias, a exemplo da sua participação marginal na esfera pública. Por outro lado, a representação que delas é efectuada reflecte uma perspectiva masculina da realidade, que as associa a peças de interesse humano ou a aspectos estéticos, estilísticos e emocionais.

Publicado em 2005, um outro trabalho sobre a representação do género nos noticiários de rádio e televisão espanhóis dá conta de que somente 21% das pessoas mencionadas nos telejornais são mulheres. No que toca

⁽¹⁹⁾ Decorrente de resoluções tomadas aquando da Conferência Mundial de Pequim, o inquérito *Media-watch* foi realizado em 1995, em 71 países.

ao universo dos entrevistados, o cenário altera-se um pouco, uma vez que as mulheres atingem os 26%. Em ambos os casos, a diferença de representação de homens e de mulheres é abissal. Ora, como assinala Pilar López Díez (2005: 39), directora do estudo, a presença das pessoas e grupos no debate social é determinada pela sua difusão mediática. E é-o ao ponto de existir a convicção de que os grupos que não são representados são pura e simplesmente inexistentes.

A pesquisa de López Díez (2005), a segunda desde que, em 2002, o Instituto Oficial de Rádio e Televisão (IORTV) da RTVE assinou um convénio com o Instituto da Mulher espanhol com o objectivo de elaborar uma análise incisiva da representação do género, mostra também que as peças que têm a mulher como objecto central ou que tratam de temas do interesse das mulheres, como sejam o trabalho, a saúde, os direitos reprodutivos ou ainda a educação, estão patentes em apenas 14% da amostra utilizada. Por outro lado, a identidade feminina construída pelos telejornais apresenta mulheres cuja profissão não é declarada. Muitas vezes nem o seu nome e apelido são dados a conhecer. As que mais falam nos noticiários fazem-no através de breves declarações, frequentemente sob a forma de testemunho da sua experiência pessoal, sendo muito raro que lhes seja pedida a sua opinião ou comentário. A população feminina acaba, assim, por constituir apenas uma «ilustração» da notícia.

Diversos estudos têm comprovado a hipótese de que os homens têm muito mais probabilidades de serem seleccionados como comentadores do que as mulheres, pois a sua voz masculina é a «autorizada». Lana Rakow e Kimberlie Kranich (1991) sustentam, por exemplo, que o discurso das notícias televisivas constitui uma forma narrativa masculina na qual as mulheres não são sujeitos mas, sim, «sinais», representando feminilidade ou sexo e raramente assumindo o papel de especialistas.

A representação sexualizada da mulher não deixa de ser previsível para Pierre Bourdieu (1998), na medida em que a feminilidade se inscreve na relação com os outros, em particular com a masculinidade. O corpo feminino é, defende o sociólogo, socialmente determinado e, acima de tudo, está incessantemente condenado a ser objectivado pelo olhar e discursos dos outros. A análise de Catherine Louveau da representação televisiva das mulheres desportistas é, sob esse ponto de vista, exemplar. Louveau (2001) identifica duas vertentes na forma como as

notícias veiculadas pelos *media* apresentam as atletas. A vertente dita positiva, personificada na desportista que sorri, disfarçando o seu esforço, cujas formas, graciosidade e feminilidade são apreciadas; e a vertente dita como negativa, correspondente à mulher considerada excessivamente musculada e, por conseguinte, masculina. Em suma, fica-se sempre à espera da mesma mulher: a mulher «sedutora a quem é reservada antes de mais uma função “decorativa” e de objecto sexual».

Os trabalhos sobre a representação das mulheres políticas têm alcançado conclusões semelhantes. Karen Ross (2004), por exemplo, mostrou que os órgãos de comunicação social reduzem as mulheres políticas a pouco mais do que os seus corpos. Aspectos relacionados com o sexo são, frequentemente, incorporados nas «estórias», pelo que as mulheres são, em primeiro lugar, representadas como mulheres e só depois como estadistas.

Paradigmática desta representação foi a cobertura elaborada pelos *media* britânicos da eleição de 101 mulheres do Partido Trabalhista para o Parlamento inglês, em 1997. A fotografia conjunta das deputadas apareceu, no dia a seguir, nas primeiras páginas dos jornais, com Tony Blair em primeiro plano e sob o título «Blair's Babes». Tal tratamento noticioso, diz Ross (2004: 63), é paradigmático da tendência «perigosa» para denegrir e neutralizar o potencial feminino para intervir e liderar o espaço público e político.

A pesquisa desenvolvida por Karen Ross (2004), baseada nos *media* britânicos, australianos e irlandeses e envolvendo entrevistas a mulheres políticas, evidencia ainda que, apesar da insistência dos *media* num tratamento demolidor, também é seu apanágio exigir das mulheres com cargos políticos, padrões de comportamento muito superiores aos requeridos aos homens estadistas. Quanto mais alto for o cargo, mais vulneráveis ficam os seus comportamentos, gestos e atitudes perante o escrutínio dos jornalistas. As entrevistadas de Ross admitiram viver em permanente pressão, mesmo nos períodos de lazer.

As conclusões avançadas por Madalena Barbosa (1998), baseadas na análise das representações do género na cobertura efectuada pelo jornal *Público* da campanha eleitoral legislativa de 1995, não vão tão longe. Efectivamente, o *corpus* de análise que a investigadora utilizou no seu estudo *Invisibilidade e Tectos de Vidro* foi extraído de um diário português de referência e, como tal, com uma assumida vocação bem dife-

rente da declarada, por exemplo, pela imprensa tablóide britânica. A autora comprova a hipótese da «aniquilação simbólica» das poucas mulheres políticas que, à data, se moviam em Portugal, caracterizando a política portuguesa como um espaço de homens a todos os títulos. Os actores representados, observa Barbosa (1998: 120), são, maioritariamente, homens, líderes ou candidatos, enquanto as mulheres aparecem de forma marginal, quase sem direito a palavra e mesmo à sua subjectividade. «As mulheres que mais vezes aparecem nomeadas são-no mais pela sua situação do que pela sua individualização — são ex-ministras ou secretárias de Estado». Significativo para a autora (1998: 69) é o facto de a imprensa representar o espaço político como um campo eminentemente masculino, desvalorizando as mulheres que efectivamente nele marcam presença. Mais do que isso: os jornais promovem a auto-exclusão das que nunca chegam sequer a penetrar no campo, apesar do seu potencial.

A apresentação do mundo político como um mundo de homens, onde as vozes de mulheres e as suas perspectivas só poderão ser marginais é um sintoma da tradicional divisão entre as esferas do público e do privado, espaços, por excelência, masculinos e femininos, respectivamente. Mas as suas implicações vão mais além da mera subvalorização do papel da mulher como cidadã activa numa sociedade. Karen Ross (2004: 68) considera o tratamento marginal e desprestigiante das mulheres políticas um ataque à democracia, na medida em que desencoraja a participação feminina, anulando os seus contributos para o projecto democrático.

Quando aos *media* é outorgada uma função primordial na manutenção de uma esfera pública democrática e no funcionamento da democracia, seria de esperar que o acesso universal à participação efectiva e a difusão de uma multilateralidade de posições fizesse da participação/exclusão das mulheres nos textos mediáticos um foco de interesse capital da investigação em comunicação. A pesquisa sobre a forma como os *media* procedem à construção das identidades foi, no entanto, incapaz de afirmar a importância do género em todas as latitudes desta área de estudo. Tal como salienta Liesbet van Zoonen (1994: 15), no título líder de vendas de Denis McQuail's, *Introduction to Mass Communication Theory*, originalmente publicado em 1983, não existe qualquer referência ao género, à mulher, à sexualidade ou às preocupações feministas. Só na segunda edição revista da obra, editada em 1987, a investigação feminista teve direito a um parágrafo.

3.3. (Re)produzindo a ideologia masculina

A par da produção de análises quantitativas e qualitativas da presença feminina e de estereótipos de género nos textos mediáticos, a acção e reflexão feministas lançaram-se no estudo das próprias organizações dos *media*. A diversificação de abordagens afigurou-se imperiosa à medida que os textos mediáticos se revelavam mais ambíguos e passíveis de abrir espaços discursivos divergentes do que as feministas radicais supunham. Tornou-se claro que era preciso estudar os processos produtivos para combater as convicções ideológicas que lhes estão subjacentes (Carter e Steiner, 2004: 14).

A transmissão de estereótipos de género no discurso das notícias tem sido directamente relacionada com a cultura intrínseca das redacções. Paula Skidmore (1998), por exemplo, caracteriza o *newsgathering* — a produção de notícias — como uma cultura de machos, agressiva e dominadora, marcada pela camaradagem masculina e, neste sentido, excludente da mulher. Na mesma linha de pensamento, a holandesa Liesbet van Zoonen (1994) concebe um modelo linear de produção noticiosa em que os homens processam a informação introduzindo distorções de género e de outra natureza, criando uma mensagem estereotipada que irá, potencialmente, socializar os consumidores, inculcando-lhes normas e valores sexistas.

Estando os *media* implicados nas estruturas de poder dominantes da sociedade, é unanimemente aceite que reflectem os seus interesses, as suas prioridades e valores hegemónicos, pelo que se tornou urgente proceder à análise do envolvimento das mulheres na criação de mensagens que tendessem a reforçar a hegemonia masculina (Byerly e Ross, 2004: 3). Inicialmente, activistas e académicas feministas associavam ao aumento da participação feminina na produção mediática uma viragem nos conteúdos difundidos. Em 1983, no âmbito do I Programa de Acção Comunitário para a Igualdade de Oportunidades (1982-1985), foi levado a cabo o primeiro estudo aprofundado sobre a situação das trabalhadoras dos canais de televisão dos Estados-Membros da União Europeia. Uma das consequências do trabalho pioneiro foi a criação do Steering Committee for Equal Opportunities in Broadcasting, em 1986, cujo intuito foi a promoção do acesso de mais mulheres à indústria da televisão, missão continuada sob a chancela do

II Programa de Acção (1986-1990). Na verdade, desde os anos 70 que o número de mulheres nas organizações mediáticas não tem parado de crescer (Ross, 2004: 63). Em 1995, 33% da população empregada na rádio e na televisão da Comunidade pertencia ao sexo feminino, mais 3% do que em 1984 (Gallagher, 1995b). Em Portugal, se em 1974 apenas algumas mulheres exerciam a profissão, 13 anos depois a força trabalhadora feminina representava já 19.8% do universo dos jornalistas com carteira profissional. Em 1994, o índice de feminização não reflectia uma situação paritária, mas atingia os 30% (Oliveira e Garcia, 1994). Mais tarde, em 1997, a Comissão da Carteira Profissional de Jornalista dava conta de uma nova subida na percentagem, que se fixara nos 37%.

Mau grado a evolução quantitativa, as questões do género continuam a não integrar as preocupações das redacções. Depois de observar as rotinas enraizadas em quatro diários da imprensa espanhola (*El País*, *El Periódico de Catalunya*, *La Vanguardia* e *Avui*) e na delegação de Barcelona da *Agência Efe*, Juana Gallego (2002: 365) concluiu que a cultura profissional dos jornalistas se fidelizou a princípios universais nos quais o género não tem qualquer cabimento. O trabalho empírico de L. Leonie Huddy (1997) mostrou, por outro lado, que a classe jornalística, incluindo as jornalistas mulheres, é pressionada a limitar as fontes femininas e a simplificar as suas perspectivas nas «estórias».

O poder de desenvolver uma política alternativa dos *media* permanece nas mãos dos homens. O Comité Comunitário para a Igualdade de Oportunidades, cuja missão suplantou a luta pela paridade numérica, partiu desse pressuposto. O objectivo fulcral do seu programa foi o de aumentar o número de mulheres em lugares de decisão da indústria dos *media*, na expectativa de que as mensagens veiculadas pudessem ser quantitativa e qualitativamente diferentes. Cedo, porém, o propósito se revelou difícil de alcançar. O acesso das mulheres a cargos de topo é um processo lento e complexo. Em geral, a definição da natureza das organizações e a tomada de decisões permanece um privilégio masculino. Nos Estados Unidos, por exemplo, as organizações produtoras de notícias são, maioritariamente, o domínio de um conjunto de homens brancos e ricos, com apenas um reduzido envolvimento de mulheres. Elas representam cerca de um terço da força produtiva da imprensa, mas menos de um quarto detém posições de chefia (Byerly, 2004: 113).

Nos países do Norte da Europa, apontados, frequentemente, como modelos civilizacionais avançados, a percentagem de mulheres em posições de liderança não é muito diferente. Em 2001, na Suécia, apenas 26% das mulheres detinham cargos superiores na hierarquia das organizações dos *media* (Djerf-Pierre, 2005: 265).

Margaret Gallagher (2001: 8) defende que a questão crucial em matéria de produção de informação não é quem conta a «estória», mas a forma como ela é construída e contada. Por outro lado, de pouco adianta tentar inflacionar números que teimam em não subir quando o que importa é uma mudança política e social de escala, na qual os direitos das mulheres, e designadamente os direitos das mulheres de expressarem as suas ideias, sejam realmente compreendidos e respeitados, quer nas organizações dos *media*, quer na sociedade.

Partindo do pressuposto de que não basta apontar a desigualdade de género nas posições de poder para compreender as causas e os efeitos desse desequilíbrio, Monika Djerf-Pierre (2005) compara a participação de homens e de mulheres em cargos de topo das organizações mediáticas da Suécia. Uma das conclusões que a sua pesquisa, elaborada com base em inquéritos, avança é a de que o acesso das mulheres a posições de comando varia consoante os sectores. É maior na imprensa popular e no serviço público de rádio e de televisão e menor na rádio e na televisão comercial, bem como nas corporações dos *media*. O estudo de Djerf-Pierre (2005: 280) mostrou também que o exercício de cargos ligados à administração financeira das organizações está mais longe do alcance das mulheres do que os lugares de responsabilidade ao nível editorial. Estes resultados facilitam a compreensão das lógicas que passam pelo campo dos *media*: uma lógica política e uma lógica de mercado. Quanto mais forte for a lógica comercial, mais forte será a dominação masculina. Djerf-Pierre (2005: 280-281) apurou ainda que a liderança feminina é, normalmente, alcançada através de eleições, contrariamente à liderança masculina. Em todos os sectores analisados, os cargos sujeitos a escrutínio apresentam um nível mais elevado de participação de mulheres. Para a autora, tal resultado atesta que as políticas para a igualdade efectivamente praticadas pelo sistema político sueco influenciaram positivamente o campo dos *media* e que uma melhor representação da mulher em certos sectores é, em parte, o resultado do activismo político de género.

Associando directamente a mudança de conteúdos da informação veiculada à intervenção feminina, Carolyn Byerly (2004) sugere que a quantidade de mulheres nas organizações importa sobremaneira, na medida em que quanto maior for a sua força, mais as suas visões influenciarão uma reestruturação profunda da cultura masculina das empresas e das práticas enraizadas. Byerly (2004) sustenta que os avanços positivos alcançados beneficiaram de uma dupla intervenção das mulheres. Por um lado, através das acções que desenvolveram dentro das redacções, frequentemente com o apoio de outros profissionais e dos próprios sindicatos. Por outro, através das campanhas desencadeadas na esteira do activismo político, sobretudo por intermédio do movimento feminista. Um exemplo concreto da intervenção feminina no seio dos *media* é a constituição de associações de mulheres jornalistas, prontas a lutar pela igualdade de salários e capazes de transportar o activismo político para dentro das redacções. Mas a autora (2004: 126) reconhece que, apesar de já ser possível exibir algumas vitórias, a intervenção feminina está longe de ser suficiente. Contudo, em seu entender, desafiar a cultura masculina da produção de notícias não é sinónimo de levar a cabo actos subversivos isolados. É, antes, um processo que se vai desenvolvendo ao longo do tempo.

Assim tem acontecido no espectro mediático do Ocidente, mas também em outras partes do mundo, onde o acesso feminino a profissões dos *media* enfrenta acrescidas dificuldades. Entre os obstáculos mais comuns com que se deparam as mulheres indianas, por exemplo, encontram-se as barreiras comuns a todas as sociedades, mas também problemas adicionais ligados ao contexto social e cultural específico do seu país. Analisando a presença das mulheres indianas nas redacções da imprensa e da televisão, Ammu Joseph (2004) chama, designadamente, a atenção para o trabalho nocturno. Algumas mulheres prestam serviço em todos os turnos, enfrentando, por vezes, a oposição das suas famílias, por considerarem que uma tal paridade é positiva na evolução profissional. Outras hesitam, preocupadas com a sua segurança, com as suas responsabilidades familiares ou com a censura social.

A criação de *media* alternativos, capazes de difundirem uma imagem igualitária e, como tal, de suplantarem as estruturas hegemónicas que presidem à construção de produtos culturais dominantes, também não se revelou uma estratégia eficaz. Por um lado, porque, apesar de terem pro-

piciado às activistas feministas um controlo absoluto sobre a forma de transmitir as suas experiências ao mundo, a sua amplitude está longe de igualar a dos *media* de grande circulação. Por outro, porque, tal como todas as organizações mediáticas, também estes canais alternativos se deparam com o problema da sustentação financeira e da tirania dos anunciantes.

Em muitos casos, os projectos alternativos não conseguem contratar publicidade. Frequentemente, os empresários estarão convictos de que os consumidores desses *media* não têm interesse nos habituais produtos e serviços dirigidos às mulheres. Quando angariam publicidade, podem, contudo, facilmente ficar reféns de pressões para passarem uma mensagem incoerente com as suas próprias políticas e orientações (Carter e Steiner, 2004: 18). Uma das principais revistas feministas publicadas nos Estados Unidos, *Ms*, circulou sem qualquer publicidade entre 1990 e 2002 devido a um número elevado de assinaturas, porque os seus responsáveis nunca quiseram ceder às pressões do mercado.

Ainda assim, o contributo dos *media* alternativos deve ser valorizado. O envolvimento feminino na sua produção tem sido apontado como uma forma de as mulheres assumirem uma posição interventiva nos debates políticos, especialmente nas nações onde a sua voz continua a ser silenciada. Descrevendo a experiência de um desses projectos, produzido por mulheres rurais bolivianas sob a sua direcção, Cármen Ruíz (1994: 195) conta que o trabalho desenvolvido ofereceu à comunidade um veículo para expressar sentimentos, desejos e exigências, frequentemente ignorados. A autora considera que o projecto originou uma mudança significativa na relação da população feminina com o Estado, assim como no diálogo que as mulheres passaram a estabelecer consigo mesmas e com a realidade.

A diversidade de imagens alcançada pelo aumento de programas televisivos destinados à mulher ou até mesmo de canais criados especificamente para a população feminina também tem sido estudada. O III Programa de Acção Comunitário para a Igualdade (1991-1995) começou justamente por impulsionar a pesquisa dos conteúdos mediáticos dirigidos às mulheres. No entanto, assim como tem sido reconhecida a importância desses produtos, também tem sido apontado o seu alcance limitado.

A maioria dos canais, lembra Margaret Gallagher (1995b: 202), estão acessíveis apenas por cabo (caso da *Sic Mulher*, em Portugal, sur-

gida em 2003). Por outro lado, programas e canais correspondem ambos a uma estratégia de definição de audiências-chave, agindo especificamente para elas e oferecendo muito pouco de novo e revolucionário.

Numa lógica de mercado, a maioria dos programas dos canais generalistas pretende alcançar uma audiência heterogénea, pois esta traduzir-se-á em maiores receitas publicitárias. Mas a lógica comercial também impulsionou a produção de programas destinados a públicos-alvo, estruturados de acordo com as estratégias dos anunciantes. O numeroso grupo das mulheres foi, naturalmente, encarado como um nicho apetecível.

As dinâmicas do mercado têm justificado o cepticismo quando o assunto é o impacte dos conteúdos criados especificamente para as mulheres. A ficção, sustenta Margaret Gallagher (1995a: 71), encoraja a audiência feminina a seguir as heroínas submissas e sofridas. Não apenas pela narrativa, que sugere que essa é a forma de uma fêmea «arranjar o seu homem». As mulheres são também, literalmente, instigadas a comprar o mundo de fantasia daquelas heroínas, adquirindo produtos comercializados pelos produtores das séries.

Sherrie Inness (1999) nota que as revistas femininas não só popularizam novas formas de as mulheres agirem, como oferecem fantasias e desejos que os seus públicos dificilmente poderão realizar. Para além das representações estereotipadas, as imagens «perfeitas» da feminilidade encontram-se à distância dos produtos e serviços publicitados.

Mesmo quando as revistas femininas apresentam imagens de mulheres emancipadas, independentes e duras fazem-no de forma controlada, na medida em que tais imagens são, em primeira instância, uma fonte de ameaça das suas receitas e lucros. Para Inness (1999), ainda que se possa interpretar uma tal representação como promotora do «empoderamento» feminino (aquisição de poder pelas mulheres), ela é sempre um elemento que conflita com o seu discurso, pois, afinal, é no culto da feminilidade que radicam os alicerces da fundação desse tipo de produto cultural.

Evidências da pressão publicitária são claramente visíveis analisando o rumo tomado pela série norte-americana de grande audiência *Cagney & Lacey*, que apresentava como protagonistas duas mulheres polícias, lidando com situações particularmente dramáticas e, ainda assim, sempre exemplares no seu ofício. Se, originalmente, o programa desafiou os códigos de feminilidade tradicionais, a pressão do mercado,

forçando os seus produtores a granjear um maior espectro de audiência, acabou por converter a série em um produto menos alternativo e mais tradicional (D'Acci *apud* Curran, 1998: 213).

O desenvolvimento da representação da mulher nos *media* tem sido deveras paradoxal, fruto das tensões registadas ao nível da produção. A indústria das publicações tirou tanto partido do mercado das mulheres escritoras que tal conduziu a um mercado de imprensa feminina saturado. Por outro lado, enquanto muitas organizações de serviço público adoptaram políticas de igualdade, incluindo no recrutamento, também reagiram à competição comercial, reduzindo e reestruturando a sua força de trabalho. Tornou-se comum o uso de trabalho temporário, *freelancer* ou casual.

Similarmente, a concorrência e a lógica de mercado levaram à exploração de imagens sexualizadas de mulheres. A pornografia tornou-se uma indústria de receitas vultuosas, ainda que abale o conjunto de valores feministas tradicionais (Gallagher, 1995b).

3.4. Audiências e lutas de género

O estudo sistemático da recepção dos conteúdos difundidos pela comunicação de massas é recente. Enquanto o desenvolvimento dos estudos culturais e dos *media* foi bastante eficaz em testar o efeito ideológico das mensagens transmitidas, as questões relacionadas com a forma como os indivíduos recebem e usam os textos que circulam no espaço público mediatizado tardaram a ser metodicamente problematizadas. Cenário que se explica recordando que as primeiras teorias sobre a recepção assumiam que os receptores eram vítimas passivas, escravos quer do *medium*, quer das mensagens.

Recuando à investigação sobre os efeitos dos *media* produzida entre as duas guerras mundiais encontramos um modelo de comunicação de massas pensado, essencialmente, no contexto da persuasão. Era então admitido, como observa Mauro Wolf (1995: 25), que, à semelhança de uma «seringa hipodérmica», os *media* injectavam as suas mensagens no coração das audiências, sendo os efeitos inevitáveis e imensamente poderosos.

Alicerçado na psicologia de raiz behaviorista e indissociável das estratégias de propaganda em que assentavam os regimes totalitários da

época, o modelo hipodérmico era ainda influenciado estruturalmente. Sobretudo pela novidade associada à irrupção das comunicações de massas. Seria, no entanto, progressivamente superado. Trabalhos posteriores vieram mostrar que a relação entre a exposição e o comportamento perante as mensagens não é causal. Simultaneamente, foi abandonada uma concepção dos efeitos ligada à manipulação e, mais tarde, a própria concepção dos efeitos.

O modelo desenvolvido por Stuart Hall (1980), segundo o qual o processo de construção do sentido das mensagens mediáticas é partilhado por emissores e receptores, impulsionou uma viragem fundamental. Com a incorporação desse modelo na pesquisa, passam a ser questionados o implícito determinismo ideológico dos textos mediáticos e a presumível passividade dos consumidores.

Até então o poder exercido pelos *media* era incontestável, sendo os seus efeitos deduzidos através de análises da presença de definições hegemónicas da realidade nos textos difundidos. Com o entendimento da mensagem como uma estrutura complexa de significados, a recepção deixa de ser pensada como algo perfeitamente transparente.

Hoje, as audiências são consideradas agentes activos e determinantes no impacte efectivo das mensagens. O sentido é encarado como multi-referencial e não como sujeito a uma lógica determinante que os receptores, situados na ponta oposta da cadeia comunicativa, acolhem sem contestar. É admitido que possam, igualmente, aceitar e resistir ao sentido ideológico das mensagens e até mesmo que as decifrem de forma perfeitamente contrária à esperada.

À medida que a pesquisa em comunicação foi aumentando o conhecimento sobre o complexo processo da recepção, o conceito de audiências femininas activas surgiu em todo o esplendor. Em vez de supor que as mulheres assimilam as representações desiguais de género efectuadas pelos *media*, a investigação feminista lançou-se no estudo das formas através das quais as mulheres lidam com as mensagens que reforçam a sua condição de subalternidade. Afinal, já não era líquido, por mais sexistas que fossem os produtos consumidos, que consentissem a dominação masculina.

O desenvolvimento dos estudos de recepção no contexto da investigação feminista tem sido, em parte, atribuído aos resultados insatisfatórios obtidos pela pesquisa de conteúdos. O exame textual de uma

mensagem pode até mostrar com clareza a diferenciação de género e a marginalização da mulher, mas não esclarece como reagirá a audiência perante essa carga ideológica. Originalmente caracterizado como uma massa amorfa e homogénea, o público passa a ser visto como comunidades que criticam, reinterpretem, apropriam ou resistem às mensagens mediáticas consoante a sua nacionalidade, as suas experiências de vida, idade, sexo, nível socio-económico, identidade étnica e orientação sexual (Kitzinger, 2004a). Outra das limitações apontadas às análises de conteúdo prende-se com a sua incapacidade para mostrar como as audiências se relacionam com os diversos *media*. Liesbet Van Zoonen (1994: 106), por exemplo, sustenta que o estudo dos textos mediáticos nunca explicou a razão de certos produtos culturais, como as revistas femininas e as telenovelas, serem tão populares entre as mulheres. De igual forma, nunca esclareceu se essa popularidade implica uma aceitação da ideologia presente nesses conteúdos, sujeitos a elevada circulação. Para a investigadora, a pesquisa sempre ignorou como esses bens são usados no dia-a-dia, o que significam para as mulheres que os utilizam e como se relaciona o activismo feminista com os interesses e prazeres femininos.

A investigação da recepção parte do pressuposto de que ler romances, revistas e jornais, visionar filmes e programas de televisão, bem como ouvir música ou navegar na Internet são acções que encerram um duplo potencial: de reforço e de contestação das desigualdades de género. Para além disso, a construção do sentido pelas audiências não é estudada de forma isolada. A pesquisa desenvolvida tem revelado as formas através das quais as mulheres se apropriam dos *media* e o prazer associado a esse consumo.

Mary Ellen Brown (1994) mostrou que o conhecimento aprendido com as telenovelas pode ajudar as mulheres a resistir às mensagens conservadoras sobre feminilidade, embora a narrativa deste formato televisivo se apresente, frequentemente, carregada de sexismos. Brown apurou que a população feminina simpatiza com as «estórias» das novelas por delas constarem mulheres emancipadas, cujo poder é reconhecido e apreciado. Simultaneamente demonstrou que, através, por exemplo, dos clubes de fãs, as telespectadoras produzem uma crítica da relação hierárquica entre géneros. A partir das discussões desencadeadas nascem, diz a autora (1994), arenas discursivas onde as mulheres partilham e contestam experiências de subordinação. O que significa que o prazer

feminino de assistir a uma telenovela pode, ao contrário do que a crítica feminista inicialmente fazia crer, abrir espaços de conversação no âmbito dos quais as mulheres avaliam as suas vidas à luz das noções dominantes sobre feminilidade e onde pensam estratégias de contestação à lógica do sistema patriarcal.

Em causa está, pois, não o fim do reforço do estereótipo feminino tradicional, mas as implicações da apropriação dos *media* pelas mulheres e da negociação do sentido agregado às mensagens. Assim se explica que Jane Shattuc (1997) não considere os *talk shows* televisivos americanos como narrativas feministas e, ainda assim, defenda que proporcionam um fórum público de debate de questões normalmente relegadas para o espaço privado do lar. Shattuc sugere que o *talk show* televisivo oferece às audiências femininas a oportunidade de formar identidades colectivas a partir das quais estas são capazes de articular as suas experiências de subordinação de género na sociedade. Trata-se, assim, de programas com um potencial de subversão elevado, sobretudo quando dão voz a mulheres que raramente a têm no espaço público, apesar de a lógica comercial restringir a força emancipadora dessa participação. Especialmente, quando essas mesmas vozes são utilizadas para causar sensação e divertir a audiência.

Por outro lado, o desejo de inverter a lógica sexista presente na sociedade e nos formatos mediáticos tem, por vezes, estimulado acções colectivas femininas de amplitude. Assim aconteceu, em 2003, em Portugal, com o movimento *Mães de Bragança*, desencadeado por mulheres indignadas com um pretensão «roteiro do sexo» às portas das suas casas.

Um abaixo-assinado contra as casas de alterne dirigido às autoridades locais veio chamar a atenção dos *media* para a presumível existência de redes de tráfico e prostituição de jovens brasileiras naquela zona do país. Analisando a representação da mulher em algumas das mais populares telenovelas brasileiras emitidas em Portugal, bem como a presença das jovens prostitutas imigrantes nos noticiários televisivos de 2003, Isabel Ferin (2004) caracteriza a acção do auto-intitulado movimento *Mães de Bragança* como uma manobra subversiva contra as normas sociais dominantes — em concreto, contra o costume dos homens casados frequentarem bordéis.

A acção colectiva desencadeada pelas *Mães de Bragança* conduz, segundo Ferin (2004: 78), a um repensar quer das relações entre formatos

televisivos — em causa, a informação e a ficção —, quer dos efeitos cognitivos a longo prazo das mensagens mediáticas. Por um lado, o movimento insurge-se contra a mulher brasileira, retratada, simultaneamente, por noticiários e novelas com imagens alusivas à sua «sensualidade, alegria, disponibilidade e exuberância sexual». Por outro, reproduz em uma comunidade do interior situações de telenovelas que evidenciam mudanças de costumes em meios tradicionais.

À semelhança do movimento *Mães de Bragança*, muitas das acções ligadas ao consumo de massa não podem ser entendidas como actividades políticas feministas. Contudo, reflectem formas criativas de responder e interpelar os *media* e, simultaneamente, modelos de «empoderamento» das mulheres. Reconhecê-las tem sido um dos objectivos dos estudos de recepção que, ao não considerarem a audiência como mera receptora da ideologia, procuram mostrar como o consumo dos *media* é uma prática social de género que pode, igualmente, constranger e promover a participação feminina no espaço público.

Assim, ainda que, como vimos, se desenvolvam, nos textos dos *media*, tensões e negociações entre relações de género, também as audiências articulam as suas próprias visões por referência a eles. É do lado da recepção que se desenvolvem processos de identidade, sem os quais não é possível compreender os acontecimentos. Por isso, a mediação da Guerra do Golfo, em 1991, através da perspectiva cultural do Ocidente, só poderia desiludir as audiências árabes. Tal como sugere Dominique Wolton (1995: 184), quanto mais for a informação e a comunicação, mais a noção de ponto de vista é determinante.

CAPÍTULO IV

A REPRESENTAÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

4.1. A construção da realidade

Entre a experiência da realidade e o relato que dela é feito existe uma dimensão intermédia onde a apresentação dos factos é fabricada de um certo modo. A corrente de pensamento estruturalista concebeu-a como o espaço simbólico onde colocamos essa experiência no discurso, dando um uso efectivo à linguagem (Barthes, 1964; Greimas, 1973). Para a investigação dos mecanismos colectivos de produção de notícias esse lugar é, por excelência, a redacção. É lá que os jornalistas, após observarem o real — ou as «imagens» que dele lhes chegam —, o depuram com os filtros próprios da profissão e constroem discursivamente os fragmentos escolhidos através de narrativas (Tuchman, 1976; Schudson, 1988; Dijk, 1990).

A realidade existe simultaneamente como objecto e como realidade subjectiva, tal como a entendem Peter Berger e Thomas Luckman (1966). O que significa que encaramos o universo que nos rodeia como fisicamente disponível para ser vivido, apesar de a nossa percepção nem sempre ser coincidente com a dos outros. O mundo da vida quotidiana é uma construção intersubjectiva. Pressupõe processos de interacção e comunicação mediante os quais partilhamos e experimentamos a realidade com os outros.

Aos jornalistas cabe desfazer a distância entre o real vivido e o não vivido. Mas ainda que essa função de mediação lhes outorgue a responsabilidade de produzirem relatos fiéis sobre a realidade, a verdade dos factos que reportam está irremediavelmente condenada a ser, como sustenta José Luis Noriega (1997), uma verdade fabricada.

A narrativa jornalística é, por si só, uma construção. Através dela os acontecimentos são organizados segundo um nexos causal e uma temporalidade indispensáveis à vida humana. Mas qualquer «estória», nota Allan Bell (1991: 147), tem uma estrutura, uma direcção, uma focalização e pontos de vista.

Por outro lado, nem todos os acontecimentos são relatados. O trabalho do jornalista é um somatório de escolhas e de negociações, desde logo com as fontes da informação e os editores. Escolhas essas que são determinadas pela lógica de grupo em que se inserem e cujos mecanismos moldam não só a forma como a informação é apresentada (peças escritas, televisivas ou radiofónicas), como a natureza e a orientação dessa informação.

As notícias ou «estórias» são um dispositivo que dá forma a uma representação do real, construída através de um processo marcado por constrangimentos pessoais, organizacionais, sociais e culturais, que a impessoalidade, a polifonia do discurso e, especialmente, a objectividade, ajudam a mascarar (Schudson, 1988; Bird e Dardenne, 1988; Bell, 1991).

Para Tuchman (1976: 262), a notícia não é sequer uma imagem da realidade que pode ser perfeita ou deformada. É uma forma de construir rotineiramente o mundo social, inscrita num sistema institucionalizado. A relação de interdependência entre jornalistas e fontes, por exemplo, permite que os órgãos de informação difundam relatos de acontecimentos inesperados e, simultaneamente, assegurem um fluxo contínuo de notícias fiáveis, independentemente do que realmente acontece. As notícias, salienta a autora, são uma realidade construída que tem uma «validade interna».

Noticiários televisivos e jornais estão, assim, longe de ser um reflexo do mundo que nos rodeia e as notícias bem distantes de espelhar a realidade. São construções narrativas dotadas de uma intriga que confere inteligibilidade e unidade a acontecimentos desligados entre si, e de acordo com uma visão que prevalece na narração do mundo e da vida.

Através do estudo sistemático da produção de «estórias», genericamente englobado no conceito de *newsmaking*, tem sido possível captar a forma como os *media* reconstróem os acontecimentos. Se até aos anos 70 a manipulação da informação era incisivamente ligada a pres-

sões e influências externas (políticas ou económicas), a tendência seguinte é a de alargar a investigação às chamadas distorções «involuntárias» que orientam a selecção dos acontecimentos e a forma como são apresentados (Wolf, 1985: 166).

Percursor dos estudos culturais, Stuart Hall (1980) defende, por exemplo, que os *media* contribuem para reproduzir e manter a ideologia dos poderosos através das rotinas institucionalizadas. Não apenas por privilegiarem a transmissão de ideias consensuais e hegemónicas, mas também por favorecerem certos modos de criação da informação em detrimento de outros e de evidenciarem ou silenciarem determinados aspectos da realidade. Ao inscrever esta tendência na estrutura de produção de notícias, Hall (1980) iliba jornalistas e empresários dos *media* de conspirarem contra as minorias culturais. São as rotinas e as práticas enraizadas de criação de notícias que favorecem a difusão de paradigmas dominantes a partir de *frames*.

Introduzido por Erving Goffman (1974), o conceito de *frame* diz respeito à forma como organizamos a vida quotidiana. Aplicado ao estudo das «estórias», descreve Nelson Traquina (1995: 202), *frame* «é um dispositivo interpretativo que estabelece os princípios de selecção e os códigos de ênfase na elaboração da notícia». Para Gaye Tuchman (1976), é através desses esquemas básicos de interpretação que as notícias constroem definições da realidade, produzindo efeitos significativos nos públicos.

Além de ajudar a compreender o processo da criação de notícias, a perspectiva sociológica dos emissores foi importante para deslocar a investigação da cobertura mediática de casos excepcionais para o estudo do «andamento rotineiro» da produção de informação (Wolf, 1985: 166). Ao associar sucessivas «distorções» aos valores interiorizados acerca do modo de desempenhar a função de informar, o novo modelo conferiu um renovado significado à hipótese de «afinação» dos processos produtivos da comunicação de massas.

Numerosos autores têm questionado diferentes tendências de desempenho. As instituições noticiosas, sustentam Richard Ericson, Patrícia Baranek e Janet Chan (1991: 4), debruçam-se sobre o que está fora do lugar, sobre o que é desviante, equívoco e imprevisível, logo, a prática jornalística é particularmente sensível aos acontecimentos mais trágicos, que se mostram difíceis de classificar ou que contrariam as espec-

tativas sociais. Mas ao apresentarem demasiadas notícias sobre o insólito e poucas sobre o que é importante, ao anularem os tempos de reflexão entre os acontecimentos negativos e o seu relato, ao preferirem os escândalos, as catástrofes, numa palavra, o sensacionalismo, os *media* conduzem a percepções erradas, distorcidas e perigosas da realidade (Woodrow, 1996; Bourdieu, 1996; Wolton, 1997; Bertrand, 1997; Mesquita, 2003).

A teoria do *agenda-setting*, formulada no início dos anos 70 por Maxwell McCombs e Donald Shaw (1972), atribuía aos *media* não só o poder de distorcer a realidade representada, como também o de estruturar percepções do mundo, através da omissão ou inclusão de determinados assuntos nas suas agendas. Poucos anos depois, Harvey Molotch e Marilyn Lester (1974), dois estudiosos do modelo, concluíam que não se pode encarar as notícias como um espelho do que nos rodeia e as ocorrências noticiadas como sendo as partes necessariamente mais importantes de uma realidade objectiva.

Em causa não está uma concepção do poder dos *media* inspirada no paradigma dos efeitos directos e imediatos. Está, em contraste, o reconhecimento de que a comunicação mediática é um elemento fundamental do desenvolvimento das sociedades e de que o discurso elaborado pelos *media* tem uma força, porventura, muito superior à de qualquer discurso produzido por outras instituições sociais.

O discurso é ele próprio uma força de poder, pois não existe palavra inócua. A linguagem, dizem Deleuze e Guattari (1980: 96), «não é feita para que nela se acredite, mas para obedecer e fazer obedecer». O discurso jornalístico, sustenta Cristina Ponte (2004: 60) a propósito do papel que Berger e Luckmann atribuíram à linguagem, está carregado de sentidos ideológicos. O «menu noticioso» apresenta as matérias que «importa saber» através de formas que são as «naturais e certas», tomando parte activa na institucionalização da realidade objectiva, que decorre de processos de sociabilização.

O modelo de amplificação de acontecimentos desviantes não é, contudo, algo recente. Os *media*, defende Claude-Jean Bertrand (1997: 11), nunca foram melhores do que são hoje. Mas a desconfiança pública no seu serviço jamais foi tão pronunciada. Em resposta, alguns segmentos transformaram-se nos principais catalisadores da discussão ética. O negócio da auto-regulação, expresso, por exemplo, na ideia de Vic-

toria Camps (1995: 53) de que a ética também vende, pode até tornar-se um jogo perverso. Mas a deontologia profissional é considerada a única fonte disciplinar alternativa ao cerceamento legal de liberdades (Cornu, 1994; Aznar, 1999).

Um dos maiores debates ético-deontológicos alimentados pelos *media* portugueses centrou-se na cobertura noticiosa dos tumultos ocorridos em Timor *Lorosae*, em 1999. Os conflitos surgidos logo que os resultados do referendo realizado deram uma vantajosa vitória aos defensores da liberdade do território timorense foram amplificados, dramatizados e prolongados no tempo até à exaustão. Na ânsia de alimentar o fluxo de informação sobre Timor, foram fabricados falsos acontecimentos de grande impacto, como a morte de figuras de renome, pondo em causa o compromisso dos jornalistas com a verdade⁽²⁰⁾.

Ao movimento feminista tem interessado, em particular, a forma como a fabricação de notícias constrói socialmente os acontecimentos de impacto que envolvem as mulheres. Quando, no início dos anos 90, a violência contra as mulheres passou a ocupar um lugar de destaque na agenda política, as Nações Unidas promoveram uma série de iniciativas, algumas delas visando a «reeducação» dos *media*.

Além da criação de documentos, como a Declaração para a Eliminação da Violência Contra as Mulheres (1993), foram delineadas orientações dirigidas aos meios de comunicação social. A Plataforma de Acção aprovada pela IV Conferência Mundial sobre a Mulher, celebrada em Beijing, em 1995, reclama, por exemplo, o acesso igualitário às tecnologias de informação e a projecção de imagens positivas da população feminina seja qual for a natureza dos relatos.

A ideia de que os *media* fazem mais do que representar a realidade, construindo-a e ajudando a construir a percepção do mundo que nos rodeia, tem norteado a pesquisa nesse campo. Desenvolvidos na esteira dos estudos feministas em comunicação, os trabalhos vindos a público analisam a forma como é construída pelos *media* a violência masculina contra as mulheres e o seu impacte nas audiências. Em causa não estão

⁽²⁰⁾ Cfr. *Expresso*, 25 de Setembro de 1999; *Diário de Notícias*, 25 de Setembro de 1999; *Público*, 3 de Outubro de 1999; *Público*, 7 de Outubro de 1999; *Público*, 9 de Novembro de 1999.

eventuais efeitos directos da violência mediática no comportamento individual dos indivíduos. A pesquisa feminista tem estudado as formas através das quais os mitos sobre violência contra as mulheres são incorporados, confirmados ou desafiados no discurso dominante dos *media*.

4.2. A noticiabilidade do crime

As notícias são moldadas de acordo com uma concepção específica de sociedade. Caracterizá-las implica, afirma Cristina Ponte (2004: 135), ter presente a «dimensão ideológica, os modelos sobre a sociedade e os seus consensos». Os acontecimentos noticiáveis são aqueles que abalam as fronteiras desse consenso, assente em formas de acção legítimas e institucionalizadas.

O crime é, por excelência, notícia, por desafiar a ordem social, mas também porque, como defendem Stuart Hall e os seus colaboradores (1978: 66), «reafirma a moralidade consensual da sociedade; desenrola-se perante nós uma peça de moralidade moderna na qual o «demónio» é expulso tanto simbólica como fisicamente da sociedade pelos seus guardiães — a polícia e a magistratura».

Sendo um fenómeno recorrente, o crime é amplamente tratado de forma rotineira. Muitas «estórias» limitam-se a notar que uma ou outra transgressão foi cometida. A notícia do crime, sustentam Bird e Dardenne (1988), é criada sobre um pano de fundo de outras notícias sobre transgressões.

Os *media* estão, especialmente, sensibilizados para o crime como fonte de «estórias». Atribuem-lhe uma posição cimeira na escala de *noticiabilidade* dos acontecimentos, sobretudo se lhes estiver associado algum tipo de violência, o que mostra como a sua tábua de valores é directamente desproporcional da que preside ao funcionamento normativo da sociedade (Hall *et al.*, 1978: 67-68).

A análise da cobertura britânica de casos de *mugging* (assaltos a pessoas na rua), noticiados entre Agosto de 1972 e Agosto de 1973, permitiu a Hall, Chas Critcher, Tony Jefferson, John Clarke e Brian Roberts (1978: 70-76) constatar que, ao privilegiarem as notícias de crime, os *media* funcionam como um aparelho de controlo social. Institucionalizam a cobertura dos ilícitos com base em provas concedidas pela polí-

cia e pelos tribunais, legitimam a penalização desses ilícitos e criam consensos em torno da criminalidade, nos quais as instituições judiciais apoiam as suas decisões. Simultaneamente, os investigadores comprovaram a importância conferida ao valor violência, bem como ao «bizarro» na hora de seleccionar, de entre o fluxo contínuo de transgressões, aquelas que serão notícia.

Mais de duas décadas depois, o estudo realizado por Cristina Penedo (2003) sobre a forma como o crime é representado na imprensa portuguesa corrobora as perspectivas teóricas. Apesar de verificar que as rotinas institucionalizadas favorecem um tratamento pouco aprofundado dos acontecimentos, a autora considera que os *media* desempenham um papel crucial na restauração da ordem colectiva e até na pressão para introduzir reformas judiciais.

Penedo (2003: 112-113) analisou a cobertura de crimes efectuada pelo jornal de referência *Diário de Notícias* e pelo diário popular *Correio da Manhã* durante o ano 2000. A perspectiva das notícias examinadas numa e noutra publicação é quase exclusiva das fontes oficiais — polícia e tribunais. *Diário de Notícias* e *Correio da Manhã* diferem essencialmente por o crime no jornal de referência se basear no *modus operandi* das instâncias que dão informação sobre o acontecimento e a «estória» no jornal popular se centrar no *modus faciendi* da transgressão. A sobre-representação do crime, por outro lado, é mais expressiva no *Correio da Manhã*, onde a autora encontrou uma tendência acentuada para produzir notícias de crimes de sangue, apesar de esse tipo de criminalidade ser das menos expressivas, de acordo com as estatísticas criminais.

A idêntico resultado chegou Ana Margarida Peixoto (2005), após analisar durante 13 dias, de 22 de Setembro a 4 de Outubro de 2004, a presença do crime em quatro jornais diários portugueses, dois de cariz popular — *Jornal de Notícias (JN)* e *Correio da Manhã (CM)* — e dois de referência — *Público* e *Diário de Notícias (DN)*. Os crimes mais noticiados de entre o conjunto de 1.117 peças seleccionadas foram os particularmente violentos, como os homicídios e os crimes sexuais, seguidos dos crimes de terrorismo. Um sub-*corpus* de análise, constituído pelas peças que mereceram destaque pronunciado nas primeiras páginas dos jornais, atestou a predilecção. Durante o período considerado, foram identificados, de entre 21 destaques escrutinados, 12 de crimes de homicídio — cinco quer no *CM*, quer no *JN*, um no *Público* e outro no *DN*.

A importância desproporcional concedida pelos *media* ao homicídio e aos crimes sexuais chocantes encabeça o conjunto de críticas formuladas pela pesquisa feminista em comunicação (Carter, 1998; Howe, 1998; Elder, 1998; Kitzinger, 2004b; Boyle, 2005). Não é a transmissão de uma falsa ideia da realidade que preocupa os investigadores. É o impacto da distorção resultante de uma maior ênfase sobre formas extraordinárias de crime e a sua banalização que tem merecido a atenção da crítica feminista.

A pesquisa está interessada, por exemplo, em sondar o alcance das notícias rotineiras sobre casos espectaculares de violência sexual perpetrada por estranhos e do menosprezo pela menos noticiável — embora bastante mais vulgar — violência praticada por parceiros íntimos no quotidiano.

4.3. Violência e distorções sexistas

Tudo o que é acontecimento só é, em princípio, digno de ser notícia se for novidade ou, como sublinham Hall e os seus colaboradores (1978: 72), se introduzir algo de novo a um assunto previamente abordado. Mas estas dimensões não actuam solitariamente. Não basta a uma ocorrência ser datada de hoje para merecer figurar, como diria Hegel, na «oração matinal» de homens e mulheres. O insólito, o inesperado, o desvio à regra, a proximidade geográfica ou emocional do acontecido relativamente a uma audiência, bem como as suas consequências ou a notoriedade de quem o protagoniza são atributos a apreciar na hora de eleger ocorrências de entre uma infinidade de acontecimentos (Molotch e Lester, 1974).

A partir de uma perspectiva liberal, a noticiabilidade de determinados temas é também determinada pelos interesses do público e exigências das audiências. À medida que a competição entre as organizações noticiosas aumenta, a tendência para adoptar o sensacionalismo como estratégia de venda recrudescer (Bourdieu, 1997). A orientação por critérios de racionalidade económica conduziu, por exemplo, o mercado da imprensa britânica a uma pronunciada sexualização dos seus conteúdos (Holland, 1998).

Cynthia Carter (1998: 220) apurou que, em meados da década de 90, todos os diários tablóides britânicos noticiavam pelo menos um caso de violência sexual sensacionalista por semana, independentemente das

suas posições políticas e da sua audiência. Dois anos depois, a investigação de Karen Boyle (2005: 68) do *Daily Mail* documentava a existências de cinco «estórias» semanais.

A análise de 840 peças sobre violência de género publicadas ao longo de dois meses nos diários tablóides britânicos permitiu a Cynthia Carter (1998: 224-230) fazer uma descrição dos tipos de violência mais noticiados. As «estórias» mais frequentes são sobre o homicídio de mulheres, seguidas das violações, dos espancamentos, das agressões sexuais e, finalmente, dos crimes de assédio. A comparação dessas notícias com as estatísticas criminais, mostrou-lhe, por outro lado, que não há correspondência entre a ocorrência de notícias e os crimes registados na sociedade.

A novidade do estudo de Carter (1998) é que, em mais de metade dos incidentes de violência de género, o suspeito da agressão é um homem conhecido da vítima. O resultado diverge do alcançado pela generalidade da pesquisa neste campo. A violência doméstica contra as mulheres cometida por um companheiro, parente ou amigo é pouco representada, enquanto a violência praticada por estranhos, em regra, associada a crimes sexuais, recebe uma atenção desproporcional (Meyers, 1997; Elder, 1998; Boyle, 2005; McManus e Dorfman, 2005). O estudo de Karen Boyle (2005: 69), por exemplo, centrado nas notícias publicadas pelo *Daily Mail* em 2000, mostrou que perto de 60% de todas as «estórias» envolvem ataques praticados por desconhecidos.

O sensacionalismo dos ataques sexuais e dos banhos de sangue não pode, contudo, ser visto como o único factor que determina a prevalência nos *media* deste tipo de violência. Em primeiro lugar, porque nem todas as «estórias» de crime são profundamente trágicas. Muitas, lembremos o estudo de Hall (*et al.*, 1978), são relatos rotineiros. Em segundo, porque, tal como defende Mark Fishman (1980), a dependência de fontes de notícias e de comentários externos condiciona o modo como a informação é produzida. Os contactos quotidianos dos repórteres de crime com a polícia implicam uma inevitável reprodução das definições oficiais e informais das ocorrências registadas.

O estudo de Cynthia Carter (1998) sobre a violência de género nos diários britânicos permitiu-lhe verificar que a peça típica é muito breve, não mais de 300 palavras, construída a partir, sobretudo, de três fontes de informação, que aparecem, essencialmente, através de vozes masculinas: funcionários judiciais, polícia e especialistas institucionais.

Através da análise da cobertura noticiosa da violência contra as mulheres nos *media* australianos, a investigadora Catriona Elder (1998) mostrou, igualmente, que o que é relatado provém, sobretudo, das autoridades policiais, que não acompanham os casos de violência doméstica, e sim os crimes de rua. E essa é, em seu entender, uma das principais razões pelas quais a violência noticiada pelos *media* dominantes é, maioritariamente, a violência praticada por estranhos.

Para John McManus e Lori Dorfman (2005), a menor expressão dos relatos sobre violência contra as mulheres praticada por parceiros íntimos pode ser também explicada pela escassa aposta na investigação jornalística sobre o tema. Em finais dos anos 80, John Soloski (1989) mostrou que a natureza organizacional das notícias é fixada pela interacção entre o controlo exercido pelo profissionalismo jornalístico e o controlo exercido pela política editorial das empresas. Mas, hoje, nota Pierre Bourdieu (1997), é a lógica do mercado que administra todo o campo jornalístico. Neste contexto, a investigação própria, embora permita a explicação dos acontecimentos e não simplesmente a reacção aos factos sob a pressão das horas de fecho, é preterida por ser menos rentável do que os casos do dia-a-dia.

Catriona Elder (1998: 21) mostrou que a valorização diferenciada dos crimes praticados por estranhos e da violência doméstica contra a mulher é visível na distribuição do trabalho no seio das redacções. Através do estudo dos *media* australianos pôde observar que os artigos longos e aprofundados sobre violência entre parceiros íntimos são, normalmente, escritos por jornalistas mulheres que ainda não ascenderam a posições que lhes permitam escrever notícias sérias, as *hard news*, na tradição anglo-saxónica. No momento em que essas jornalistas alcançam o estatuto de seniores, passam a escrever as «estórias» rotineiras que relatam a violência de género praticada por estranhos registada pelas autoridades policiais.

A investigadora Marian Meyers (1997: 93) reconhece que a estrutura de produção dos *media* está muito mais predisposta a noticiar casos espetaculares de violência do que a relatar a violência endémica quotidiana. A violação, por exemplo, só figura nos blocos informativos das televisões locais americanas que analisou se envolver um violador em série, uma vítima muito jovem ou de idade avançada ou se os jornalistas reconhecerem circunstâncias insólitas na forma como o crime foi cometido.

A desvalorização da violência contra a mulher praticada pelo cônjuge ou companheiro e a exploração de crimes sexuais sensacionalistas apresentam, no entanto, vários perigos para a pesquisa de enfoque feminista. Cynthia Carter (1998) acredita que essa tendência está a contribuir para a normalização cultural do que até aqui era considerado «extraordinário». Perante a «rotinização» dessas notícias, a violência doméstica denunciada corre o risco de ser considerada banal, porque a base sobre a qual a atratividade de um incidente é ponderada passa a ser o fluxo rotineiro das ocorrências mais perversas. Simultaneamente, a banalização das notícias de violência de género de grande impacte convida a audiência a aceitar os crimes mais perturbantes como uma característica natural da sociedade. As mulheres, observa Carter, são encorajadas a deduzir que o risco de serem mortas ou agredidas por estranhos é elevado.

A marginalização das ocorrências de violência doméstica também ensombra a visibilidade pública adquirida por esse tipo de violência, durante séculos silenciada. No momento em que as agressões contra a mulher perpetradas pelo seu parceiro íntimo contornam a barreira que as separa da publicidade, elas não tendem a ser objecto de um profundo e aturado debate. Tal como sustenta Lisa McLaughlin (1998: 78), a violência endémica, com que mais sofrem, na realidade, as mulheres, integra o volume de *soundbites* que ocupam o espaço mediático.

Natalia Fernández Díaz (2003) considera a inibição cultural de os cidadãos se intrometerem na intimidade alheia como um dos motivos da tendência de os *media* desvalorizarem a violência doméstica. Mas os problemas, segundo a investigadora espanhola, não ficam por aqui. Para a sociedade e para as organizações mediáticas, a violência ainda é a que origina lesões visíveis. Se assim não for, deixa de ser violência. Por outro lado, apesar de reconhecer que o tratamento dos crimes de género nos *media* espanhóis evoluiu significativamente nos últimos anos, a autora sustenta que ainda se encontram expressões como a de que «a vítima foi agredida e violada».

4.4. Violência e hegemonia

Nos anos 70, Stuart Hall (et. al., 1978) surgiu que a visão hegemónica da realidade conduz a uma clara associação dos actos crimino-

tos a grupos minoritários. A história da representação da violência de gênero nos *media* do Ocidente parece confirmar essa tendência.

No Reino Unido, a violência doméstica contra as mulheres é continuamente representada como um acto individual e descontextualizado. A exceção à regra, observa Karen Boyle (2005: 92), acontece quando os agressores pertencem a grupos étnicos ou raciais marginais. Só quando os ofensores são «os outros», as práticas violentas são relacionadas com atitudes culturais endêmicas não partilhadas pela maioria dominante.

Os *media* australianos tendem a produzir apenas notícias de violência doméstica que envolvam agentes pertencentes a comunidades estrangeiras e minorias étnicas. Para Adrian Howe (1998), mesmo que mais casos de violência doméstica contra as mulheres passem a merecer ampla difusão, a tendência documentada dificilmente se inverterá, na medida em que a comunicação mediática há-de assentar sempre em uma visão hegemônica da sociedade: os crimes sexistas não são cometidos pela maioria branca, mas sim pelas subculturas.

Como a hierarquia do crime é influenciada pela notabilidade dos envolvidos (Greer, 2003), é previsível que casos de violência no seio da família sejam noticiados mesmo não envolvendo minorias se os seus protagonistas forem celebridades.

Neste contexto, a crítica feminista considera que a presença do gênero, da raça e da classe no discurso mediático sobre a violência contra as mulheres espelha a articulação do reforço de paradigmas culturais dominantes com a ideologia patriarcal. Uma das consequências desses processos, segundo Jenny Kitzinger (2004b), é a sobrevalorização da violência em contextos específicos (de famílias não brancas) e a «expulsão simbólica» da violência da sociedade considerada típica e normal.

Tem sido, igualmente, documentada a tendência para articular identidades étnicas e raciais minoritárias no discurso sobre a violência contra as mulheres praticada por agressores desconhecidos. Catriona Elder (1998) demonstrou que os crimes sexuais de gênero noticiados pelos órgãos de comunicação australianos assentam em discursos construídos a partir da visão hegemônica da população branca e da sua história específica de racismo. São frequentes os relatos noticiosos sobre este tipo de crimes que associam o perigo à masculinidade indígena, negra, chinesa ou filipina.

Karen Boyle (2004) também comprovou o interesse desproporcional do diário britânico *Daily Mail* pela violência sexista praticada por grupos culturais marginais. Normalmente, os agressores são posicionados como atacantes de mulheres brancas, o que traduz uma ruptura entre os valores hegemônicos da sociedade e as «ameaçadoras» subculturas. Esta tendência conduz, por outro lado, à invisibilidade dos crimes cometidos contra mulheres pertencentes a minorias étnicas e raciais, inibindo respostas sociais dirigidas a essas comunidades femininas.

Quando o agressor pertence à maioria dominante, a construção da notícia obedece a outros princípios. Nas «estórias» de violência sexista, sobretudo nas especialmente chocantes, o atacante é apresentado como não humano. Regra geral, sublinha Karen Boyle (2005: 63), é uma entidade monstruosa, uma «besta», um «animal», que vive à margem da sociedade. Essa «demonização» tem sido apontada como uma outra forma de obscurecer a presença da violência na vida dos grupos dominantes.

Tem intrigado alguns autores a razão pela qual os homicídios conjugais tendem a figurar de forma menos proeminente nas notícias do que os assassinatos que envolvem agentes que não se conhecem. Em princípio, matar alguém com quem se partilha a intimidade é mais perverso do que matar um estranho. Mas os valores-notícia, diz Marian Meyers (1997: 98), não são sensíveis a esse argumento. A autora sustenta que uma mulher na idade adulta que seja violada, espancada ou assassinada, independentemente do agressor, só se tomará, do ponto de vista jornalístico, relevante para as televisões se for branca e pertencer à classe média ou se o seu caso puder servir para sensibilizar outras mulheres.

4.5. A dialéctica do discurso da condenação e da absolvição

Separados não apenas temporalmente, mas também pelas circunstâncias em que se desenrolaram, os casos mediáticos de «Jack, o estripador», e de O. J. Simpson são, para a investigadora inglesa Karen Boyle (2005), exemplares da forma como a violência sexista tem sido noticiada no Ocidente. Em 1888, o assassinato de pelo menos cinco mulheres prostitutas em Whitechapel, na cidade de Londres, foram atribuídos a um assassino nunca identificado, que ficou conhecido como

«Jack, o estripador». Jack foi descrito como um homem comum, inviolável até ter cometido os crimes. Desde então, ocupa um lugar na memória colectiva britânica semelhante ao dos heróis populares, fonte de inspiração de filmes e programas de entretenimento.

Diversamente, O. J. Simpson, celebrizado como jogador de futebol americano, ídolo da América, tornou-se notícia por ser o principal suspeito da morte da sua mulher, ocorrida em 1994. A simpatia dos americanos pelo ex-jogador e comentador desportivo não foi, contudo, assolada, nem pela condição de arguido, nem pela divulgação da sua história de agressor e dos maus tratos que, durante anos, terá infligido à companheira. Durante o seu julgamento, de onde saiu absolvido, o caso foi convertido em um acontecimento com contornos marcadamente racistas: o homem negro falsamente acusado de matar a mulher branca.

Para Boyle (2005), é significativo que, quer no caso de Jack, quer no caso de Simpson, as vítimas sejam mulheres que, muito embora tenham experimentado violência de forma rotineira, permaneceram invioláveis e desprotegidas até serem assassinadas e se tornarem notícia. Expressivo é também o facto de os homens agressores terem evoluído para a condição de heróis pelos seus feitos. Jack, por exemplo, «limpou» as ruas de prostitutas; Simpson provou a sua inocência. Um e outro caso são ainda importantes porque foram construídos através de discursos que marcam fronteiras do comportamento aceitável para cada género.

As duas histórias configuram, por outro lado, aquilo que podemos considerar como a dialéctica do discurso da condenação e da absolvição presente nos textos mediáticos sobre violência contra as mulheres. As ideologias dominantes, e em particular a ideologia masculina, encontram no espaço discursivo formas de legitimação, dentre elas a culpabilização simbólica das vítimas e a absolvição dos ofensores, como bem ilustram os casos mediáticos enunciados.

Em *News Coverage Violence* (1997), a investigadora norte-americana Marian Meyers combina análises de conteúdo com entrevistas a jornalistas para melhor compreender o contexto cultural e ideológico em que as mensagens sobre violência contra as mulheres são criadas. Antiga repórter, a autora sustenta que as redacções «conspiram» para manter a dominação masculina através dos expedientes utilizados para apresentar essas «estórias». Meyers (1997) defende que a cobertura noticiosa televisiva, por exemplo, se processa através da apresentação dos incidentes de

forma isolada, descontextualizada e pautada por um discurso pejado de mitos e crenças culturais. É nas concepções culturais prevaletentes, ligadas ao domínio masculino, que a autora radica as formas de representação mediática. O homem agressor pertencente à classe dominante é como que desculpabilizado através, fundamentalmente, da associação do comportamento violento a episódios de «irracionalidade» ou da responsabilização da própria vítima. Apresentadas de forma dicotómica, as mulheres vítimas ora são boas, ora são más, ora são virgens, ora são prostitutas, ora são inocentes, ora são culpadas.

Um dos trabalhos de Meyers, de análise da cobertura noticiosa de um homicídio conjugal, seguido de suicídio do homicida, ocorrido em Agosto de 1990 em Atlanta (1994), é, nesta matéria, elucidativo. O caso foi apresentado pela imprensa como resultado de uma «aberração» individual: o amor obsessivo e incontrolável do marido pela esposa, que o deixara. Ao ser descrito como incapaz de controlar o seu amor e ciúmes, o assassino foi, sustenta a autora, desculpabilizado. Perante esse retrato, a mulher assassinada aparece como a única responsável pelo sucedido, por não ter tido habilidade para assumir o controlo da situação. A vítima é apresentada não apenas como a culpada da sua morte, como também do suicídio do marido. As duas mortes, apesar de encerrarem cargas morais diferentes, são directamente ligadas.

A forma como os *media* apresentam o agressor tem sido apontada como uma das causas do discurso de culpabilização da vítima. Quando o autor da violência não é o monstruoso «Jack, o estripador», mas sim um homem comum, decente, pertencente à maioria dominante, o motivo da sua transfiguração em um homem violento é colocado no «objecto» do seu ataque, ilibando-o da culpa. Se a vítima, sustenta Meyers (1997: 61), for uma criança ou uma mulher idosa, há a possibilidade de ser descrita como uma «verdadeira» vítima; de outro modo, a probabilidade de ser apresentada como alguém que foi responsável pelo seu sofrimento é bastante elevada.

Por outro lado, o comportamento das vítimas do sexo feminino é permanentemente escrutinado. Baseando-se na análise que efectuou da cobertura noticiosa do homicídio-suicídio ocorrido em Atlanta, Meyers (1994) sustenta que a informação pessoal que é facultada sobre a mulher assassinada contribui para que se encare o seu homicídio como um «castigo» merecido pela vítima por ter desafiado papéis

sociais de género tradicionais. As peças analisadas incluem referências à sua «animada» vida nocturna e maneira de vestir ousada, que desagradavam ao companheiro, bem como descrições da sua infância pobre e do seu casamento com o pai adoptivo.

Analisando a cobertura noticiosa britânica da história dos Wests e da sua «casa de horrores», domicílio de abusos sexuais repetidos, sado-masquismo, pornografia e matanças durante mais de 20 anos até que, em Fevereiro de 1994, a polícia tomou conta da propriedade, Maggie Wykes (1998) problematiza as noções dominantes sobre a família. A masculinidade, observa a autora, está segura por detrás das paredes do lar. Invasões sem convite são punidas pela lei; explorações dos crimes que possam acobertar são inibidas pela cultura. Quando visível, a violência é imediatamente desligada da sociedade e do poder patriarcal. É apresentada de forma episódica, articulando explicações psico-patológicas e provocações da vítima.

Wykes (1998) mostrou como a categoria género influenciou a dialéctica do discurso da condenação e da absolvição construída pelos jornais britânicos. Fred West foi representado como um homem perturbado. Os crimes que cometera não foram ligados nem à maldade, nem à cultura masculina. O seu comportamento foi patológico: um «fenómeno» que cometeu atrocidades. Rose West, por sua vez, foi retratada como uma mulher cujos comportamentos enformam um caso de feminilidade desviante. Vivia obcecada por sexo desde a puberdade; o seu desejo enquanto grávida era ter relações sexuais com mulheres; os jornais caracterizaram-na como «depravada», «violenta», «agressiva», «sórdida», um «monstro», em uma palavra a anti-mulher.

Não tem sido apenas a pesquisa desenvolvida no Ocidente a acusar os *media* de articularem nas notícias uma singular dialéctica da culpabilização e da absolvição de acordo com os estereótipos culturais prevalecentes. A investigação de Saraswati Sunindyo (1996) da forma como os *media* da Indonésia noticiaram três casos de homicídio conjugal conduziu ao mesmo resultado. Os autores dos crimes eram funcionários do Estado envolvidos num escândalo político. Na verdade, para a autora, as histórias de violência familiar só vieram a público em virtude de ter «rebentado» o escândalo de corrupção. Contudo, a visibilidade dos casos de maus tratos foi alcançada através de uma representação mediática que, do ponto de vista crítico, se desenvolveu com fragilida-

des. Em primeiro lugar, porque as cidadãs assassinadas aparecem como mulheres que fizeram por merecer o «castigo»: a sua morte. Sunindyo (1996: 99) sustenta que as vítimas foram representadas como mulheres cujos comportamentos ultrapassaram as fronteiras da feminilidade tradicional. A partir desses retratos, nota a investigadora, foi lembrado ao público que existem duas categorias diferentes de mulher, construídas, cada uma delas, com base na sexualidade: as boas e as más. Neste caso, o objecto de «demonização» foram as próprias mulheres.

Problemática é também a representação de alegadas falsas violações. Karen Boyle (2005: 74) sustenta que, na vida real e nos *media*, se a acusação não é negada pelo suspeito do crime é, pelo menos, defendido que a vítima partilha a culpa da sua vitimização. Neste sentido, a violação é, frequentemente, encarada como um acto sexual ensombrado por um problema de falta de comunicação — a mulher que primeiro consente e depois recua — e não como um crime violento.

Boyle (2005: 75) analisou uma alegada falsa violação entre namorados noticiada pelo *Daily Mail*. Conhecido na cultura anglo-saxónica como um acontecimento de «date rape», o caso foi representado através da personalização da alegada vítima e do pretense agressor. O jovem é caracterizado como um rapaz decente e com um futuro promissor, expulso da universidade que frequentava devido à má reputação que a acusadora lhe granjeou. Em contraste, a rapariga é apresentada como alguém que sofre de «distúrbios emocionais», motivados por «histeria» e «irrealidade». É afirmado, por exemplo, em uma das «estórias», que só terá feito a acusação porque é «culturalmente mais aceitável» ter sido violada pelo namorado iraniano do que ter consentido em perder com ele a virgindade.

Outra forma de deslocar a culpabilização da violência do agressor para a vítima, frisam os investigadores Phyllis Anastasio e Diana Costa (2004: 541), é questionar a razão pela qual as mulheres que revelam sofrer maus tratos não abandonam o lar, mesmo sabendo que continuarão a ter de suportar as agressões.

Provedoras regulares da matéria noticiável, as autoridades policiais e as instâncias judiciárias contribuem para reforçar estes processos discursivos (Fernandez Días, 2003). Modos de funcionamento e terminologias próprias são articulados na narração das «estórias», determinando a forma como, por exemplo, vítimas, agressores e o próprio crime são apresentados.

Em contraste com a pesquisa enunciada, a análise de John McManus e Lori Dorfman (2005) da cobertura noticiosa norte-americana de casos de violência entre parceiros íntimos não comprovou a hipótese de que os *media* responsabilizam as vítimas pela sua vitimização. Os investigadores examinaram a forma através da qual um jornal regional, *San José Mercury News* (Califórnia), e um nacional, *Los Angeles Times*, construíram, ao longo do ano 2000, a violência doméstica. De entre as conclusões alcançadas, destacamos a de que a vítima raramente é culpabilizada e os estereótipos de género só excepcionalmente estão presentes. Tendo sido circunscrito a apenas dois jornais, o estudo de McManus e Dorfman não permite uma extrapolação dos resultados para o universo mais vasto da imprensa norte-americana. Mas indicia que os mitos e as crenças enraizadas sobre violência doméstica contra as mulheres podem ser desafiados pelos jornalistas, mesmo por aqueles que trabalham em organizações lideradas por elites masculinas pertencentes à maioria branca, como é o caso dos jornais examinados.

4.6. O sexo e o género nas notícias de violência

A concluir a sua análise sobre as notícias de abusos sexuais a crianças, Paula Skidmore (1998: 216) admite que o género esteja no coração da violência sexual. Nos crimes desta natureza, observa a autora, a actividade ofensora é, sobretudo, masculina, sendo as vítimas maioritariamente mulheres. Neste sentido, a violência e a agressão remetem-nos para o quadro da masculinidade. Diversamente, a feminilidade é associada a emoção, passividade e vulnerabilidade. São estes esquemas mentais que entram em jogo quando nos confrontamos com a representação de uma mulher que comete um crime. Por conseguinte, as mulheres violentas são culpadas quer por transgredirem leis criminais, quer por violarem normas de género (Boyle, 2005: 95).

Muito embora os dados estatísticos revelem que a violência cometida por mulheres é rara, há uma certa tendência discursiva — académica e popular — para enfatizar um leque diversificado de comportamentos femininos como portadores de um potencial de violência. Tais comportamentos — da mãe que não protege a filha de ser abusada pelo pai, por exemplo, — podem, sustenta Karen Boyle (2005: 96), obscurecer e desviar

a atenção da violência masculina. Os homens, nota a autora (2005: 97), são igualmente vítimas de violência doméstica. Contudo, face ao número substancialmente mais elevado de casos de violência perpetrada por homens sobre as mulheres, é tentador considerar essa realidade uma «distracção». O discurso da igualdade de oportunidades para praticar actos violentos, sublinha Boyle, acaba por transformar o género em uma categoria invisível e irrelevante.

Aparentemente, para os *media* noticiosos o género da violência não existe. Com efeito, o género prevalece como um aspecto incómodo e de abordagem difícil nas redacções, tal como demonstra um estudo de Juana Gallego (2002) centrado na produção de notícias pela imprensa espanhola. A autora (2002) apurou que existem, essencialmente, quatro posições face ao género: os jornalistas negam-no; reconhecem-no, mas tratam-no com indiferença; desconhecem-no simplesmente; ou aceitam-no em certo sentido. A negação do género considera ofensivo, por exemplo, a discriminação positiva da mulher que alcançou uma posição de relevo num universo tradicionalmente masculino. Ao adoptar valores neutros e universais que, ao fim e ao cabo, correspondem ao masculino, essa abordagem representa para Gallego «a aniquilação da cultura» feminina.

A perspectiva de indiferença em relação ao género configura o seu entendimento como um tema irrelevante perante as prioridades do órgão de informação. Já a atitude de desconhecimento parece prevalecer nos *media* menos preocupados em definir uma política editorial rigorosa pela qual a prática jornalística se possa guiar. Tal como na atitude que nega o género, o desconhecimento da categoria, diz Gallego (2002: 411), conduz, frequentemente, a uma representação banal, minimalista ou até mesmo ridícula dos temas importantes para as mulheres. As abordagens descritas são mais maleáveis do que a sua divisão pode fazer crer. Cada uma delas traduz uma atitude dominante observada nas diferentes organizações estudadas. Só a abordagem do género a partir da sua aceitação parece não existir. O que existe são pequenas transformações, como a introdução da epígrafe *Mulheres* no *El País*, consideradas pela autora formas de adoptar enfoques de género.

O facto de os *media* reproduzirem pontos de vista e temas do interesse feminino não torna irrelevante a problematização crítica do género. Liesbet van Zoonen (1994) sustenta, por exemplo, que a feminização do jornalismo implicou que as notícias leves e brandas fossem menos uma

competência dos homens do que das mulheres. Neste contexto, Paula Skidmore (1998) defende a necessidade de se pensar o género não apenas como uma questão limitada à dupla jornalismo/mulheres, mas também como um assunto de jornalismo/homens.

Nessa linha de pensamento, alguns autores estão convictos de que a cobertura noticiosa sobre a violência contra as mulheres será significativamente melhorada se a perspectiva do género for incorporada nas rotinas profissionais (Zoonen, 1994; Gallagher, 2001; Gallego 2002; Kitzinger, 2004a, 2004b).

Adrian Howe (1998) sustenta, por outro lado, que a forma como, designadamente, a violência doméstica é colocada no discurso, neutralizando a responsabilidade dos agressores, é uma manobra discursiva que, muito embora possa ser evitada se a articulação dos géneros for um processo consciente, jamais deixará de enfrentar outros constringimentos intrínsecos às rotinas profissionais. Constringimentos de tempo e de espaço, na negociação da informação com as fontes, entre outros.

Analisando a evolução sociocultural do homem agressor na representação elaborada pela imprensa espanhola, Natália Fernández Díaz (2003) nota que essa figura discursiva atravessou dois extremos. Na década de 80, os maus tratos não eram noticiados como tal e, sim, como uma informação subsidiária de um tema que, regra geral, era a morte de uma mulher pelo seu companheiro. Os títulos das notícias de então eram, maioritariamente, frases desprovidas de sujeito responsável — «Mata a sua mulher com um martelo na cabeça». O agressor aparecia se fosse de alguma forma relevante enunciá-lo — «Um guarda civil reformado mata a sua mulher e tenta suicidar-se». Era também frequente a referência a factores que teriam contribuído para a violência, de entre eles os que culpabilizavam a vítima — «Apunhala a sua mulher porque lhe pediu dinheiro», «Mata a sua mulher porque se queria separar». Nos anos 90, com a ascensão dos maus tratos a «categoria» de tema independente, o tratamento informativo da violência doméstica contra a mulher na imprensa espanhola continuou, porém, problemático. Fernández Díaz (2003) observa que as notícias, mais do que informar, revelam novos casos de violência. A partir desse jogo mediático dos números, os jornais estão a construir a violência de forma descabida. As mulheres deixaram de ser agredidas por homens violentos para passarem a serem «vítimas de maus tratos», o que traduz, diz a autora, «um acto despojado de gente».

São as vítimas, em contraste, que ocupam o centro linguístico das frases das notícias contemporâneas. Mas como o discurso assenta nas «estórias» de sexo e não na violência sexista, a despersonalização das mulheres é frequente. Como se as fórmulas da pornografia tivessem penetrado no discurso mediático, proliferam a sexualização e o detalhe anatómico. Simultaneamente, as vítimas não aparecem como sujeitos sociais (Boyle, 2005: 79).

Considerando que a personalização da vítima de violência pode ser um indicador da sua importância na sociedade, Phyllis Anastasio e Diana Costa (2004) analisaram as notícias de crimes violentos (à excepção dos sexuais) publicadas durante os meses de Janeiro e Fevereiro de 2000 em três jornais nacionais de grande circulação nos Estados Unidos. Através de um segundo estudo, de recepção dos conteúdos, procuraram apurar até que ponto o tratamento mais ou menos personalizado evoca níveis diferentes de empatia ou de culpabilização da vítima por parte dos públicos.

Anastasio e Costa (2004) mostraram que os homens vítimas de crime são mais vezes personalizados do que as mulheres. Por outro lado, tal como previam, descobriram que as descrições mais personalizadas da vítima aumentam a empatia do público e reduzem a tendência para a sua culpabilização. As vítimas mulheres foram as que mais beneficiaram quando o tratamento foi personalizado. A empatia com a vítima aumentou, independentemente do género, nos casos em que foi, pelo menos, identificada pelo seu nome. No entanto, dado que as mulheres tendem a não ser apresentadas com informações pessoais, o dado é pouco relevante. De pouco serve às mulheres vítimas saber-se que obtêm uma maior simpatia do público quando são personalizadas se raramente o são. O discurso dos *media*, concluem os autores (2004), tende a reforçar a importância do homem relativamente à mulher, mau grado as implicações desse tratamento para uma esfera pública verdadeiramente inclusiva.

Evidências da subvalorização da mulher nos *media* portugueses foram trazidas a público por Teresa Líbano Monteiro e Verónica Melo Policarpo (2002). A análise de uma amostra de notícias impressas e televisivas relativas à temática da discriminação das mulheres permitiu-lhes comprovar a hipótese de que haviam partido. Os *media* contribuem para reforçar a discriminação feminina, sobretudo por via do tratamento «politicamente correcto» que dão ao tema. Por um lado, porque a dis-

criminação surge como um problema que, embora enraizado, não é descrito como um perigo para o desenvolvimento e estabilidade social; por outro, porque a segregação feminina é apresentada como estando em vias de resolução.

Analisando o discurso dos *media* sobre o HIV/AIDS, Cherry Grimwade (1998) mostrou que as experiências das mulheres infectadas são frequentemente marginalizadas ou simplesmente excluídas. Segundo a autora, o discurso do risco articula as identidades dos indivíduos consoante a perigosidade que representam para a sociedade. Em regra, a mulher aparece nas «estórias» pela sua sexualidade. Sob este prisma, ora é representada como vulnerável, receptora passível do HIV/AIDS, ora é uma sedutora perigosa, potencialmente responsável pela disseminação do vírus pelos seus parceiros.

CAPÍTULO V

A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NA IMPRENSA: ESTUDOS DE CASOS (1975-2002)

5.1. Explorando terreno

Desenvolvidos a partir, fundamentalmente, da articulação dos estudos dos *media* com o pensamento feminista, os primeiros trabalhos sobre a representação da violência contra as mulheres emergem no espaço anglo-saxónico na década de 1980 (Meyers, 1997: 28).

Em Portugal, a representação mediática da mulher tem sido escassamente estudada. À excepção de alguns trabalhos, a que nos referimos nos Capítulos III e IV, orientados, sobretudo, para a caracterização quantitativa de uma amostra ou centrados em análises qualitativas focadas em casos, são poucos os contributos que encontramos. A pesquisa direccionada para a cobertura noticiosa da violência contra as mulheres, se existente, tem permanecido arredada do mercado da edição.

Como vimos, os estudos feministas em comunicação enfatizam a importância do discurso mediático para os processos de transformação social. Um dos maiores contributos da teoria feminista foi justamente demonstrar que a percepção, definição e valorização da violência dependem da forma como, em cada momento, nos posicionamos face a outros discursos — sobre, por exemplo, as relações sociais, a sexualidade ou ainda a justiça criminal —, aos quais acedemos principalmente através do discurso dominante dos *media*. A análise da cobertura noticiosa sobre a violência contra as mulheres afigura-se, nesta medida, como um exercício fundamental.

Face à ausência de estudos sobre a matéria, em contexto português, a pesquisa empírica que apresentamos procura, em primeiro lugar, indagar sobre a forma como a imprensa diária, de âmbito nacional, tem vindo a representar a violência contra as mulheres ao longo das últimas

três décadas. Foi considerado um período de análise extenso — entre os anos 1975 e 2002 —, de modo a poder traçar-se um retrato global e com amplitude suficiente para um entendimento alargado da questão que nos ocupa. Foram escolhidos quatro momentos precisos de análise: os anos de 1975, 1985, 1995 e 2002.

O trabalho de campo exigiu, em uma segunda fase, a eleição de dois diários nacionais distintos nas suas opções editoriais de selecção e tratamento da informação, mas ambos de grande circulação — *Diário de Notícias* (para diante, usaremos a forma abreviada DN), considerado um jornal de referência, e *Correio da Manhã* (utilizaremos de ora em diante a abreviatura CM), diário de tendência popular.

A constituição do *corpus* de análise envolveu o escrutínio de todas as peças jornalísticas sobre violência de género encontradas nas edições do DN dos anos de 1975, 1985, 1995 e 2002 e nas edições do CM do ano 2002. Foram considerados todos os itens relativos a violência envolvendo mulheres e jovens mulheres com idade igual ou superior a 16 anos, incluindo aqueles em que o autor da agressão é do sexo feminino. Condicionaríamos, certamente, a pesquisa se tivéssemos excluído os itens em que o agressor é do sexo feminino, na medida em que omitiríamos uma parte da cobertura noticiosa. Se a violência contra as mulheres aparece nas notícias quer quando o agente agressor é uma figura masculina, quer quando o agente agressor é uma entidade feminina, é necessário reflectir sobre a representação do tema levando em conta a prevalência dos dois tipos de relatos.

Foram alvo de escrutínio todos os formatos jornalísticos presentes nos jornais — breves, notícias, reportagens, comentários, entre outros. Excluímos apenas a opinião dos leitores, porque a entendemos como menos representativa da política editorial das organizações. Cada edição do caderno principal de ambos os diários foi inspeccionada página a página, a fim de reunir, para cada um dos anos em análise, o total da matéria noticiada sobre actos de violência envolvendo mulheres. Tipificámos esses actos de acordo com as definições legais dos crimes previstos no Código Penal. Considerámos sete categorias — homicídio, ofensas corporais, maus tratos, ameaça ou coacção, coacção sexual, violação e rapto ou sequestro — a que somámos uma oitava — opressão/discriminação com base no género — que, apesar de não possuir tutela penal, é uma forma de violência que tem expressão nas notícias.

Simultaneamente, foi estabelecida uma hierarquia dos actos violentos. Parte das notícias escrutinadas envolvem mais do que um tipo de violência. A necessidade de catalogar cada um desses relatos em apenas uma das categoriais utilizadas, levou a que elegéssemos a prática mais violenta como critério de catalogação. Assim, por exemplo, no caso de uma mulher ser violada e assassinada, considerou-se a violência como homicídio e não como violação.

5.2. Jornais em análise

Para a análise diacrónica foi escolhido o DN pelas mesmas razões por que foi eleito por Cristina Ponte (2005) para, a partir desse periódico, ser desenvolvido um estudo sobre a representação mediática da infância. Trata-se de um dos mais antigos diários de informação geral, surgido em 1864, cuja história recente se entrelaça de forma exemplar com a evolução das condições de produção de notícias nas últimas décadas. De jornal de grupo privado passou a publicação de grupo multimédia; a sua redacção, inicialmente constituída por jornalistas com o saber de experiência feito, profissionalizou-se, experimentou a feminização e a juvenilização; a rede de correspondentes locais deu lugar à criação de delegações dispersas pelo país; a genérica «informação geral» foi substituída por secções especializadas, como Educação, Ciência ou Multimédia; registou mudanças na hierarquização de conteúdos e paginação e perfilhou a lógica dos suplementos; viu surgir novos concorrentes, com o aparecimento de jornais populares e de qualidade (Ponte, 2005: 147).

Na impossibilidade de examinar 27 anos de edições do DN, seleccionámos quatro momentos de análise. Não obstante a escolha ter obedecido a um critério temporal (pretendíamos avaliar a evolução do tema que nos ocupa década a década), é importante contextualizar, ainda que sumariamente, cada um dos períodos considerados. Tais contextos contribuem, como veremos, para a compreensão dos registos discursivos presentes no jornal.

O ano de 1975

Proclamado pelas Nações Unidas Ano Internacional da Mulher, 1975 é o ano da I Conferência Mundial sobre as Mulheres, promovida pela ONU na Cidade do México, onde foi instituída a Década das

Nações Unidas para as Mulheres (1976-1985) e aprovado o respectivo Plano de Acção Mundial. Portugal participa na Conferência, tendo sido feito um levantamento das discriminações contra as mulheres e apresentadas propostas de alterações legislativas, fruto, sobretudo, da acção da Comissão da Condição Feminina, novo nome dado à Comissão para a Política Social relativamente às Mulheres, criada em 1973. O ano de 1975 é também o ano das primeiras eleições livres em Portugal, tendo o regime autocrático português sido derrubado em 1974.

O ano de 1985

De 1975 a 1985 dá-se uma profunda alteração na legislação existente em Portugal, rumo à igualdade de direitos entre homens e mulheres. Em 1977, a Comissão da Condição Feminina fica ligada ao Gabinete do Primeiro-ministro e é dotada de um Conselho Consultivo no qual as Organizações Não Governamentais (ONG's) dos Direitos das Mulheres podem ter assento. Em 1977, é revisto o Código Civil segundo a nova Lei da Família, no âmbito da qual os cônjuges gozam de direitos iguais. A dependência da esposa em relação ao marido é suprimida. Em 1979, o DL n.º 392/79, de 20 de Setembro, estabelece a igualdade no trabalho entre mulheres e homens. É criada a Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, ligada ao Ministério do Trabalho, com a missão de supervisionar a aplicação daquele decreto. Em 1980, Portugal ratifica a Convenção das Nações Unidas sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres. Em 1981, a nova Lei sobre a Nacionalidade prevê um tratamento igual para os dois sexos. Em 1982, são introduzidas na lei penal inovações no que diz respeito à violência entre cônjuges e sobre menores.

O ano de 1995

A reforma penal de 1995 consagrou punições mais graves da generalidade dos crimes contra as pessoas. No capítulo dos crimes contra a liberdade e a autodeterminação sexual foram agravadas as penas, designadamente da violação e da coacção sexual. Agravadas foram também as penas do crime de maus tratos que, para além disso, passou a abarcar, ao lado dos maus tratos físicos, os maus tratos psíquicos. É publicado o primeiro Inquérito Sobre a Violência Contra as Mulheres em Portugal e são desencadeadas acções de sensibilização, nomeadamente junto de agentes policiais,

para o problema da violência doméstica. É também neste ano que a Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres — que substituiu, em 1991, a então Comissão da Condição Feminina — organiza o seminário de preparação da IV Conferência Mundial sobre as Mulheres (Pequim, 1995), promovido conjuntamente com o Gabinete de Apoio à Mulher e à Família de S. Tomé, com financiamento de agências internacionais e a participação de todos os países de língua oficial portuguesa.

O ano de 2002

Inicialmente, adoptámos 2004 como último ano de análise. Tal escolha ter-nos-ia permitido, tal como delineado previamente, examinar o DN década a década. Sendo nossa intenção comparar a prevalência da violência noticiada com a prevalência da violência registada pelas autoridades policiais, tornou-se obrigatória a consulta de dados sobre a ocorrência do crime em Portugal. À data da realização do estudo, só existiam dados criminais definitivos até ao ano de 2002, pelo que elegemos este mesmo ano como último período a considerar.

Entre os anos de 1995 e 2002, regista-se uma mudança significativa de perspectiva no que se refere à igualdade de direitos entre sexos e aos mecanismos necessários para a alcançar. A Constituição da República sofre nova revisão (1997). As alterações mais importantes em matéria de direitos das mulheres dizem respeito à promoção da igualdade de oportunidades como uma das tarefas fundamentais do Estado, a quem caberá ainda garantir uma igual participação política de mulheres e homens. Em 1999, surge o Plano Nacional contra a Violência Doméstica, englobando, entre outras medidas, a criação de uma rede de casas abrigo, de linhas telefónicas e de outras estruturas de atendimento a mulheres. Paralelamente, é reforçada a possibilidade legal de afastamento do agressor do lar. Em 2000, é criada uma pasta ministerial para a Igualdade, extinta, no entanto, um ano depois. Nesse mesmo ano, a violência doméstica entre cônjuges ou entre quem conviva em condições análogas às dos cônjuges evolui para crime público (Lei n.º 7/2000, de 27 de Maio).

Obedecendo ao critério da diversidade, procedemos, simultaneamente, à análise da produção informativa de um diário popular português. Neste caso, o *corpus* foi constituído a partir do escrutínio das peças envolvendo violência contra as mulheres publicadas no CM, publica-

ção surgida em 1980. Deste modo, para além de examinarmos a cobertura noticiosa da violência de género ao longo de praticamente três décadas, comparamos as notícias publicadas em jornais com estratégias comerciais e editoriais distintas durante o último momento da nossa análise diacrónica, o ano de 2002.

O facto de privilegiarmos a cobertura do tema em um título de referência deve-se, essencialmente, a três razões. Por um lado, quisemos evitar condicionar a pesquisa à tendência popular (a noticiabilidade da violência aumenta com a «tabloidização» dos jornais). Por outro, consideramos que são os *media* de referência que detêm um maior poder de influência na sociedade. Os níveis de circulação dos jornais populares continuam a ser os mais elevados, ⁽²¹⁾ contudo, é a imprensa associada a consumos de qualidade que forma a opinião das elites e intelectuais cujos discursos têm um maior peso junto dos outros. Finalmente, mau grado o «declínio» generalizado das notícias «sérias» são estas e não as notícias «leves», como salienta Thomas Patterson (2003: 20), que levam a maioria das pessoas a prestar atenção à informação.

A distribuição das peças, por anos, no DN e no CM foi a seguinte:

QUADRO n.º 1
Distribuição das peças pelo DN e pelo CM

Distribuição das peças por jornais	
Jornais	Peças
DN 1975	84
DN 1985	96
DN 1995	234
DN 2002	172
CM 2002	297
Total	883

⁽²¹⁾ Segundo dados da Associação Portuguesa para o Controlo de Tiragens e Circulação, só os títulos de tendência popular registaram crescimento da circulação no primeiro semestre de 2005. O CM continuou a ser o jornal mais vendido. Em contraste, o DN foi o jornal de referência que mais quebras registou.

5.3. Evolução da cobertura jornalística do *Diário de Notícias*

O interesse pela evolução, ao longo do tempo, da cobertura noticiosa da violência contra as mulheres motivou uma análise de conteúdo quantitativa, tendo ainda sido nosso objectivo interpretar o conteúdo qualitativo das peças seleccionadas.

A estratégia metodológica adoptada procurou corresponder à organização conceptual do enquadramento teórico desenvolvido. As peças recolhidas em cada um dos anos seleccionados (1975, 1985, 1995, 2002) foram sujeitas a uma categorização que nos permitiu aferir rupturas e regularidades no tratamento noticioso relativamente à pesquisa internacional a que aludimos nos Capítulos III e IV deste estudo. Avaliámos a expressão quantitativa das notícias sobre violência de género; estabelecemos uma tipologia dos crimes noticiados; apurámos quais os formatos jornalísticos utilizados; observámos a proeminência e a valorização gráfica que o jornal lhes oferece; identificámos as fontes das notícias; examinámos o enquadramento temático das «estórias»; verificámos o seu âmbito geográfico; levámos a cabo a caracterização (possível) das vítimas e dos agressores, qualificando o tipo de relação que os une ou separa; finalmente, quantificámos a produção de notícias em função da variável sexo.

5.3.1. Perfil quantitativo das notícias

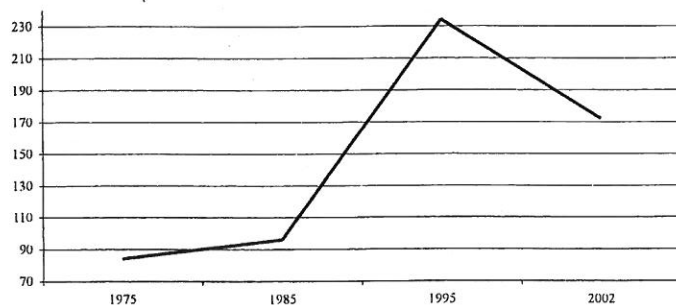
É estimado que entre um terço e um quarto da população feminina mundial seja vítima ou sobrevivente de violações, escravatura, tortura física e psicológica por pertencer ao sexo feminino. O empenho do activismo feminista e a crescente sensibilidade e intolerância face à violência contribuíram para a politização do tema. Mas esse reconhecimento político, consubstanciado na intervenção estatal, teve apenas lugar na generalidade dos Estados do Ocidente e somente a partir dos anos 90 (Pickup *et al.*, 2001: XIII).

Em Portugal, os últimos anos do século XX são, igualmente, considerados de viragem. No estudo *Violência Contra As Mulheres*, Nelson Lourenço, Manuel Lisboa e Elza Pais (1997: 13) advogam que é durante a década de 90 que principia o desmoronamento da barreira de silêncio que foi garantindo, através dos tempos, a impunidade do parceiro

agressor. É também então que começa a ser tecida com consistência uma rede de respostas jurídicas, sociais e logísticas às agredidas.

A análise da expressão quantitativa das notícias publicadas nos anos de 1975, 1985, 1995 e 2002 no DN sugere que foi também na década de 90 que a violência contra as mulheres adquiriu preponderância nas páginas do jornal. Em 1975, foram identificadas 84 peças; em 1985, encontrámos algumas mais, 96 no total; uma década depois o número de itens sobre violência quase triplica, fixando-se em 234; finalmente, em 2002, o valor baixa para 172 peças.

GRÁFICO n.º 1
Distribuição temporal das peças do DN



Formato das notícias

Ao definir este critério de análise, considerámos seis formatos jornalísticos: a notícia de desenvolvimento, a notícia, a breve, a reportagem, a entrevista e a opinião, categoria normalmente utilizada para enquadrar os editoriais, as análises, os comentários, entre outras peças, tendo sido apenas analisada a opinião produzida por jornalistas e colaboradores internos e externos do jornal.

O formato típico da notícia de violência contra as mulheres ao longo do período considerado (1975-2002) é a breve. Mais de metade das peças publicadas em cada ano são apresentadas sob essa fórmula, à

excepção das datadas de 1985 (48%). A representatividade da breve em 1985 decresce um pouco, em virtude de o formato notícia ter maior expressão (33%). Trata-se de uma pequena inversão da tendência registada dez anos antes, em que 67% de toda a violência de género aparece sob o formato da breve.

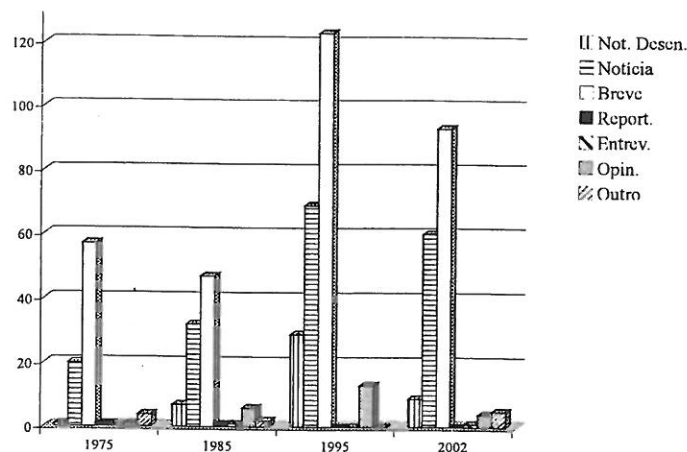
Artigo de poucas palavras, a breve corresponde a um núcleo composto apenas por um sistema de titulação (título, antetítulo e subtítulo, entre outros, dependendo das opções editoriais) e um ou dois parágrafos, onde são fornecidos os objectivos e os motivos da informação publicada. A categoria notícia, por outro lado, apresenta, para além de um parágrafo *lead*, parágrafos satélites que conduzem a «estória» em diferentes direcções. Neste sentido, a representação operada pelo formato notícia potencia a riqueza da «estória» relatada. Todavia, nem sempre a maior extensão do texto é sinónimo de espaços discursivos plurais. Com efeito, as notícias analisadas tendem apenas a responder de forma mais detalhada às tradicionais perguntas: «quem», o «quê», «quando» e «onde».

Um texto é sempre uma combinação de sentidos explícitos — o que é realmente dito — e sentidos implícitos — o que não é dito, mas que é dado por adquirido, por pressuposto. As pressuposições do texto são importantes, na medida em que posicionam os leitores relativamente a um discurso consensual (Fairclough, 1995: 10-107). Pressupor algo é, *grosso modo*, assumir que existem outros textos que são reconhecidos pelos outros e, por conseguinte, parte da intertextualidade de uma notícia reside nas omissões que nela se poderão detectar. Deste modo, pode também concluir-se que o relato da violência contra as mulheres é criado sobre um pano de fundo de outros relatos de práticas violentas, sem haver lugar à sua particularização no interior do campo mais vasto das notícias rotineiras de crimes.

A pobreza da estrutura narrativa das notícias analisadas atesta a simplicidade da representação. As peças cobrem, maioritariamente, apenas um tema ou assunto, não havendo articulação de outros elementos, como sejam a contextualização, reacções ou comentários ou ainda a ligação a outros artigos publicados em edições diferentes do jornal.

Por outro lado, o salto quantitativo ocorrido em 1995, podendo até reflectir o aumento da importância social da violência contra as mulheres, não conduziu à adopção de formatos jornalísticos interpretativos, capazes de cruzar visões alternativas sobre a violência e de oferecer a resposta ao «porquê».

GRÁFICO n.º 2
Formato jornalístico das peças do DN, entre 1975 e 2002



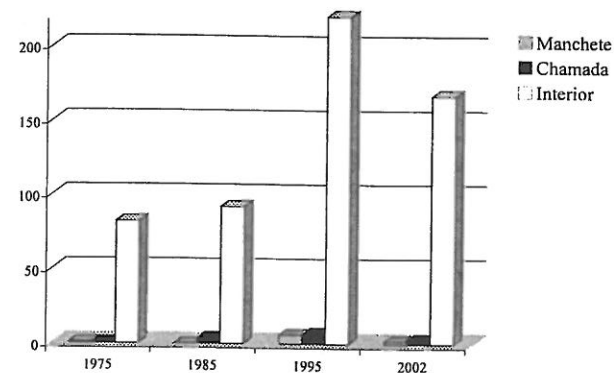
A notícia de desenvolvimento, ainda que vá granjeando expressão no jornal, é sempre o terceiro formato escolhido para apresentar a informação em cada um dos anos considerados, mantendo-se, ainda assim, a uma distância substancial da breve e da notícia: 1% em 1975; 7% em 1985; 12% em 1995; 5% em 2002. Por outro lado, a reportagem e a entrevista têm uma representatividade quase nula. Encontrámos duas reportagens e duas entrevistas num total geral de 586 peças.

Quanto à opinião, aqui considerada apenas como o espaço discursivo dos protagonistas socialmente reconhecidos como tal (jornalistas e personalidades públicas), ela é igualmente escassa: 1% em 1975; 6% em 1985; 6% em 1995; 2% em 2002. Concordando com Rita Figueiras (2003), para quem a opinião é um espaço de confronto de ideias e de argumentos sobre as matérias de interesse público, pode concluir-se que a violência contra as mulheres, embora política e socialmente relevante, é ainda incapaz de se transformar em uma presença assídua e consistente no discurso público dominante.

Proeminência e valorização gráfica

O valor da informação pode ser mensurado a partir da análise da sua presença e ausência nas primeiras páginas dos jornais. Delas consta uma espécie de reserva seleccionada de notícias, cuja importância em relação às «estórias» que figuram somente no interior da publicação é elevada. São elas que «promovem» o jornal junto dos leitores e é através delas que este determina o que deve ser, em cada dia, objecto de atenção e preocupação pública.

GRÁFICO n.º 3
Proeminência das peças do DN, entre 1975 e 2002



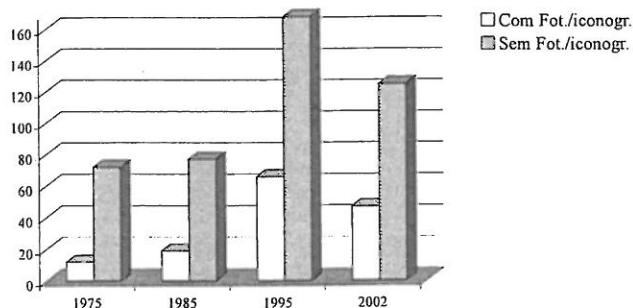
A avaliação que efectuámos permite-nos concluir que mais de 94% das peças do DN publicadas em cada um dos anos considerados não mereceram o destaque de figurar na primeira página do diário. Em termos globais, dos 586 itens sobre violência contra as mulheres surgidos em 1975, 1985, 1995 e 2002, apenas 3% obtiveram chamada na primeira página e somente 2% constituíram manchete, isto é, foram consagrados como o principal assunto dia.

A presença reduzida do tema nas primeiras páginas do DN confirma a tendência para a «normalização» da violência contra as mulheres, a que aludimos no Capítulo IV. Sobretudo se articularmos este resultado com

o facto de cerca de metade das «estórias» apresentadas serem breves. Uma das consequências desta tendência poderá ser aquilo a que Cynthia Carter (1998) chamou de banalização do «extraordinário». Face à «rotinização» dos acontecimentos, só as formas mais espectaculares de violência granjeiam mais espaço e proeminência nos órgãos noticiosos.

A valorização gráfica das peças analisadas obedece à mesma tendência. Apenas um quinto das «estórias» publicadas em 1975 surgem acompanhadas de fotografia ou iconografia. Em cada um dos outros anos analisados, a proporção é um pouco superior, em resultado das transformações gráficas sofridas pelo jornal, mas, ainda assim, somente cerca de um terço dos artigos merece ser salientado através de recurso gráfico.

GRÁFICO n.º 4
Valorização gráfica das peças do DN, entre 1975 e 2002



Sexo dos autores das peças

São escassos os estudos sobre a produção de notícias orientados pela variável género, ainda que, como refere Cristina Ponte (2005:136), a propósito da cobertura mediática da infância, seja a partir da reflexão sobre o género de quem produz as peças que «pensamos o quê e como escreve».

É de salientar que, em todos os anos considerados, mais de três quartos dos artigos não estão assinados. A percentagem de peças em que o autor

não é identificável vai, contudo, decrescendo de década para década. Passa de 99%, em 1975, para 76% em 2002. Uma das explicações possíveis para este resultado é o facto de as notícias de crime serem, como vimos, apresentadas maioritariamente sob o formato da breve ou da notícia pouco desenvolvida que, normalmente, não tem autoria visível.

Entre os artigos assinados, verifica-se uma clara prevalência da autoria feminina, em consonância com os resultados alcançados por Cristina Ponte (2005: 259) no seu estudo sobre a infância. Em 1995, 15% das peças são assinadas por mulheres e apenas 6% por homens. Em 2002, 16% têm autoria feminina e 8% autoria masculina.

Como vimos, no Capítulo III, o activismo feminista bateu-se pela integração de mais mulheres jornalistas nas organizações dos media, na esperança de a feminização conduzir a uma cobertura positiva das preocupações femininas. Neste contexto, o estudo aqui apresentado permite formular duas hipóteses distintas, mas interrelacionadas. Por um lado, as rotinas produtivas associadas ao relato do crime parecem esbater eventuais diferenças de perspectiva das «estórias» de violência contra as mulheres. Por outro, a profissionalização e a consequente institucionalização de repórteres de crime como uma das especialidades existentes no seio das redacções envolve os jornalistas, homens e mulheres, em uma teia de relações simbólicas com as organizações regularmente utilizadas para obter informação, especialmente as autoridades policiais. Isto significa que os agentes policiais são os principais definidores das notícias de crime, sendo a sua perspectiva aquela que mais está presente nas notícias, independentemente de quem as constrói.

5.3.2. Perfil qualitativo das notícias

Fontes das notícias

Examinando os tipos de fontes utilizadas na construção de notícias sobre violência contra as mulheres, observamos uma clara evolução das rotinas produtivas. Se em 1975, em 61% das peças, não há qualquer referência explícita a fontes de informação, essa percentagem vai decrescendo significativamente de década para década. Em 1985, apenas 40% da violência noticiada não menciona qualquer fonte e, dez anos depois, o valor baixa para 24%, fixando-se, em 2002, nos 19%.

Tendo registado um conjunto heterogéneo de vozes nas notícias onde as fontes são referidas e/ou citadas, decidimos não codificar as peças apenas pela fonte principal. Os pontos de vista das vítimas e dos agressores, quer através do seu depoimento, quer através de declarações prestadas pelos seus familiares ou conhecidos, embora menos expressivos, também aparecem no jornal. Considerá-los, obrigou-nos a categorizar todas as referências presentes em cada uma das peças.

Analisando os itens de violência onde as fontes são visíveis, constatamos um padrão diferente em 1975 relativamente aos outros anos considerados. Em 1975, as fontes que enquadrámos na categoria «especialistas» (sociólogos, psicólogos, assistentes sociais) são as mais mencionadas, logo seguidas dos «agentes de autoridade» (PSP, GNR e PJ). Segue-se a categoria «outros», onde incluímos todas as vozes singulares que não se enquadram em nenhuma das outras categorias, nem formam um conjunto homogéneo que seja possível aglutinar em uma mesma categoria. Abaixo destas estão as categorias «vítima» e «familiares ou conhecidos da vítima» e, ainda com menos expressão, as categorias «agressor» e «familiares ou conhecidos do agressor». As fontes que agregámos na categoria «tribunal» (juízes e advogados) têm uma expressão muito reduzida.

Já em 1985, 1995 e 2002 nota-se uma clara prevalência da categoria «agentes de autoridade» como fonte principal e mesmo exclusiva da informação. PSP, GNR ou PJ são as únicas fontes referenciadas e/ou citadas em 18% das peças de 1985, em 21% das «estórias» de 1995 e em 31% das notícias de 2002. A segunda fonte mais presente no conjunto dos três anos é a enquadrada na categoria «especialistas». Em terceiro lugar, próxima desta, figura a categoria «tribunal», cuja maior expressão relativamente a 1975 pode indiciar um maior controlo social da violência. Os funcionários judiciais e os actores ligados à justiça são os agentes que estão no fim da linha. A sua presença nas «estórias» traduz a ideia de denúncia das agressões por parte das vítimas e de punição dos ofensores.

No Capítulo IV, pudemos verificar que a polícia e as instituições judiciárias controlam muita da informação na qual o relato do crime se baseia. A dependência estrutural dos repórteres de crime de outras fontes de informação concede a esses «contactos» o poder de determinar os recursos discursivos utilizados (procedimentos, definições institucionais, entre outros), bem como o quadro referencial em que os futuros debates sobre um determinado tema tenderão a ter lugar. Um caso de homi-

cídio pode ser representado através de notícias sobre o sucedido, sobre o possível suspeito, sobre a constituição do suspeito em arguido e, finalmente, sobre a sua absolvição ou condenação.

Perceber se os pontos de vista das vítimas são privilegiados ou marginalizados em relação aos pontos de vista dos agressores foi outro dos exames efectuados. No conjunto dos quatro anos (1975, 1985, 1995, 2002), observámos que as vozes dos «agressores» e dos seus «familiares ou conhecidos» têm menor expressão do que as vozes das «vítimas» e dos seus «familiares ou conhecidos».

Quanto à prevalência da «vítima» e do «agressor» como fontes exclusivas das notícias, observámos que enquanto as «vítimas» são a única fonte da informação em 13 peças no total dos anos seleccionados e os seus «familiares ou conhecidos» em cinco, o «agressor» é-o em somente sete «estórias» e os seus «familiares ou conhecidos» em apenas uma. Contudo, se as descrições personalizadas das vítimas aumentam a empatia do público e reduzem a tendência para a sua culpabilização (Anastasio e Costa, 2004), merece realce o facto de as vítimas representadas na produção informativa analisada serem escassamente personalizadas.

Enquadramento temático das notícias

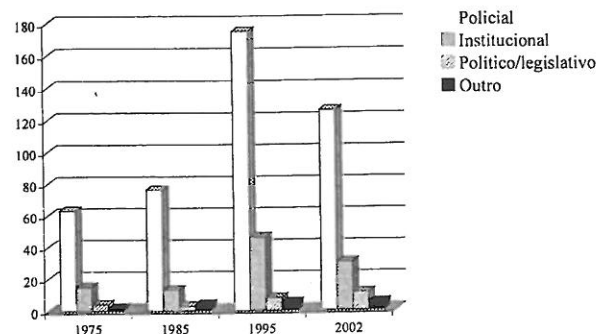
As fontes noticiosas determinam o enquadramento temático das peças. A forma como as notícias são tematicamente enquadradas mostra-nos, por sua vez, a origem da informação que é relatada e de que forma ela aparece no discurso jornalístico.

Considerámos três tipos de enquadramentos temáticos: «policial», onde incluímos todas as notícias relativas a violência ou suspeição de violência e o seu controlo; «institucional», onde enquadrámos as peças cujos promotores são os próprios jornalistas ou a sociedade civil através de instituições que se batem pela politização da violência contra as mulheres; finalmente, o «político/legislativo», na esteira do qual aglomerámos as peças construídas a partir de acontecimentos cujo promotor é o Estado ou o Governo.

O enquadramento temático policial representa, em qualquer um dos anos analisados, mais de 70% do total de notícias (75% em 1975; 79% em 1985; 74% em 1995; 73% em 2002). O segundo tipo de enquadramento temático é o enquadramento institucional, ainda que com percentagens muito abaixo do policial: 17% em 1975; 13% em 1985; 19%

em 1985; 17% em 2002. Face a estes resultados, o enquadramento político-legislativo tem, obviamente, muito pouca expressão em cada um dos anos considerados. Por conseguinte, a grande maioria das notícias de violência contra as mulheres diz respeito a casos de polícia ou de tribunal, sendo escassas as «estórias» provenientes das instituições de apoio a mulheres, do Estado e do próprio jornal.

GRÁFICO n.º 5
Enquadramento temático das peças do DN, entre 1975 e 2002



São de vária ordem as implicações dos resultados alcançados. Ao reafirmarem a legitimidade do discurso policial, os *media* desvalorizam as formulações analíticas e os quadros referenciais utilizados pelas organizações de apoio às mulheres. Isto significa que o consenso discursivo em torno da violência contra as mulheres é elaborado a partir da discursividade policial.

A inexistência de outros horizontes discursivos contribui, por outro lado, para a construção social da violência contra as mulheres como um repertório de incidentes isolados, baseados nas circunstâncias particulares dos agentes envolvidos. Desse repertório são sistematicamente excluídos aspectos relacionados com a diferença de poder social entre sexos, com a importância da categoria de género para a compreensão do problema ou ainda com a incapacidade política dos Estados para erradicar a violência.

Uma nota ainda em relação às rotinas produtivas. O declínio do jornalismo de investigação, fruto, sobretudo, do aumento da orientação comercial das redacções e da redução dos orçamentos editoriais, tem

vindo a empobrecer a produção própria dos jornais, cujas rotinas assentam, em uma grande maioria de casos, no tratamento de informação proveniente de fontes institucionais.

Tipos de violência

Mas quais são, segundo as categorias formuladas, as formas de violência mais representativas ao longo dos anos? Será que o pico registado em 1995 se deve à maior visibilidade da violência entre parceiros íntimos, ou será que, em consonância com a pesquisa citada no Capítulo IV, são as formas mais sensacionalistas de violência que predominam nas edições do jornal?

A (re)descoberta da violência na família contra as mulheres pelos *media* americanos é situada na década de 70. Até então, lembra Jenny Kitzinger (2004b: 15), a expressão violência doméstica era utilizada para designar o terrorismo registado no interior das fronteiras dos Estados Unidos. Nos *media* espanhóis, no início da década de 80, a violência praticada pelo parceiro íntimo contra a mulher ainda não era visível como prática preocupante. Natalia Fernández Díaz (2003) mostrou que ela aparecia disfarçada através de notícias que relatavam a morte ou lesões graves sofridas por mulheres na sequência de disputas conjugais.

Em 1975, no DN não se encontram «estórias» de maus tratos. Com o país em plena convulsão política, na ressaca de meio século de ditadura, a violência na família não era ainda um assunto de preocupação pública, nem os maus tratos estavam tipificados como crime. Os tipos de violência mais noticiados são as ofensas corporais e os homicídios, 37% e 23%, respectivamente, figurando em terceiro lugar a violência categorizada como ameaça/coacção (16%). Estas conclusões não significam que a violência doméstica contra as mulheres esteja ausente das páginas do jornal. O exame dos títulos das peças de homicídios e ofensas corporais permite verificar que uma parte das «estórias» resulta de práticas violentas entre parceiros íntimos, embora cada acontecimento representado constitua um caso separado dos demais.

Como mostra o Quadro n.º 2, os títulos construídos a partir de formulações descritivas muito explícitas de violência entre parceiros íntimos reportam-se a casos de maus tratos que resultaram em mortes ou em agressões físicas graves.

QUADRO n.º 2
Titulação da violência entre parceiros íntimos no DN de 1975

Presença encoberta de maus tratos nas notícias de 1975					
Tipo de violência	Diário de Notícias				
Homicídio	«Epílogo de um drama passionnal» (14-2-1975)	«Matou a mulher com um tiro de pistola» (5-4-1975)	«Matou a companheira à facada e depois enforcou-se» (16-6-1975)	«Matou a mulher a tiro de caçadeira» (30-10-1975)	«Cigana morta pelo seu companheiro» (20-11-1975)
Ofensas corporais	«Crime passionnal em Odivelas» (31-3-1975)	«Drama sangrento em Oeiras motivado por flagrante acto de adultério» (9-6-1975)	«Desavença conjugal» (24-9-1975)		

Em 1985, começamos a encontrar notícias de maus tratos, no entanto, com uma expressão ainda reduzida relativamente a outros tipos de violência: 6% contra 51% de homicídios e 19% de violações. São os seguintes os títulos das peças referentes a violência entre parceiros íntimos:

QUADRO n.º 3
Titulação dos maus tratos no DN de 1985

Diário de Notícias — 1985
«Agressor linchado à porta do hospital» (6-1-1985)
«Algemada pelo marido pediu ajuda à polícia» (20-1-1985)
«Ainda há muita mulher a sofrer os maus tratos do marido» (10-4-1985)
«As mulheres gostam de sofrer» (11-12-1985)
«As mulheres não são masochistas» (11-12-1985)
«Quanto mais me bates menos gosto de ti» (11-12-1985)

Com o aumento da representatividade do homicídio (de 23% passa para 51%) e da violação (de 8% passa para 18%), decresce a presença de violência relativa a ofensas corporais (de 31% para 5%), assim como da ameaça/coacção (de 16% para 3%). Este resultado parece indicar que formas mais brandas de crimes contra a integridade física perderam noticiabilidade de forma significativa de 1975 para 1985.

Em 1995, ano em que encontramos mais notícias de violência contra as mulheres (234), observamos, mais uma vez, que o homicídio é o tipo de violência mais representado (47%), seguido da violação (15%) e da opressão/discriminação (15%).

Apenas 4% das peças dizem respeito a maus tratos, o que sugere que a visibilidade social da violência doméstica não conduziu à valorização da violência considerada endémica como matéria noticiável.

Resta espreitar os títulos das peças noticiadas para perceber a sua evolução relativamente a 1985:

QUADRO n.º 4
Titulação dos maus tratos no DN de 1995

Diário de Notícias — 1995
«Histórias de mulheres tristes» (26-2-1995)
«Lar, triste lar» (6-6-1995)
«Afecto negativo preferido a nenhum afecto» (6-6-1995)
«O silêncio escancarado esconde-se atrás da porta» (6-6-1995)
«Mulheres são agredidas em casa pelos maridos» (6-7-1995)
«SOS para mulheres do Centro» (30-8-1995)
«A violência conjugal» (17-9-1995)
«A violência conjugal» (17-9-1995)
«Mulher agredida a pontapé e à dentada» (19-9-1995)
«Abandonados» (9-11-1995)

Dez anos depois, em 2002, o padrão altera-se um pouco. Contudo, os homicídios continuam a ser o tipo de crime mais presente nas páginas do jornal. Em 172 peças, 42% dizem respeito a assassinatos. A violação perde expressão relativamente às ofensas corporais (7% contra 11%) e é, inclusivamente, ultrapassada pelos maus tratos (9%). A importância desproporcional concedida pelos media ao homicí-

dio e aos crimes sexuais chocantes lidera, como vimos, o conjunto de críticas formuladas pela pesquisa feminista em comunicação. Preocupa os investigadores o impacte da distorção resultante de uma maior ênfase sobre formas extraordinárias de crime e a sua banalização.

QUADRO n.º 5
Distribuição dos tipos de violência no DN, entre 1975 e 2002

Tipos de violência	1975		1985		1995		2002	
	N=	%	N=	%	N=	%	N=	%
Homicídio	84	100	96	100	234	100	172	100
Ofensas corporais	19	23	49	51	109	47	72	42
Maus tratos	31	37	5	5	20	9	19	11
Ameaça/coacção	0	0	6	6	10	4	16	9
Coacção sexual	13	16	3	3	5	2	8	5
Violação	1	1	2	2	10	4	5	3
Rapto/sequestro	7	8	18	19	36	15	12	7
Opressão/discriminação	2	2	3	3	5	2	8	5
Outro	10	12	8	8	36	15	25	15
	1	1	2	2	3	1	7	4

Vale a pena, ainda, examinar em detalhe a evolução, ao longo dos anos, da violência categorizada como opressão/discriminação. Em 1975, é a quarta categoria com maior representação (12%), abaixo da ameaça/coacção (16%) e acima da violação (8%).

A incidência de peças deste tipo em 1975 não pode desligar-se do contexto histórico-político. Por um lado, os problemas das mulheres granjeiam alguma — pouca — visibilidade, a reboque das preocupações sociais em geral sentidas num país a tentar acomodar-se à democracia; por outro, sob a égide do Ano Internacional da Mulher, desencadeia-se um movimento empenhado em denunciar as várias facetas da discriminação das mulheres na sociedade.

Em 1985, a opressão/discriminação perde ligeiramente expressão no jornal (de 12% para 8%). Em 1995, ano da IV Conferência Mundial das Nações Unidas sobre as Mulheres, a representatividade desta categoria eleva-se e alcança os 15%, igualando a representatividade da violação.

Em 2002, a categoria mantém, igualmente, a proporção de 15%. É o segundo tipo de violência mais representado, a seguir ao homicí-

dio (42%), acima das ofensas corporais (11%), da violação (7%), do rapto/sequestro (5%) e da ameaça/coacção (5%).

Como seria previsível, o enquadramento temático prevaemente desta categoria de violência é o «institucional» e não o «policial». A discriminação racial ou religiosa integra os crimes contra a paz e a humanidade; já a discriminação em razão do sexo não está consignada na Lei enquanto crime autónomo, o que afasta esta matéria do discurso policial.

Vítimas e agressores

No conjunto de todas as peças analisadas, a grande maioria das vítimas são mulheres (85%). Os casos de violência que envolvem vítimas do sexo feminino e do sexo masculino representam apenas 11% da totalidade. Somente em 3% das peças a vítima pertence ao sexo masculino. Finalmente, é de salientar que apenas em 1% dos casos não é possível identificar o sexo do agredido, o que indicia uma representação centrada nas vítimas. Este padrão mantém-se em cada um dos anos considerados.

Vejamos, agora, a idade das vítimas. Em mais de metade das peças examinadas esta informação não é mencionada. Observando as restantes «estórias» é possível afirmar que, em 1975, a vítima mais comum é uma jovem pertencente à faixa etária entre os 16 e os 24 anos. Em 1985, as vítimas com 36 ou mais anos suplantam muito ligeiramente as vítimas jovens. As vítimas menos presentes são as que possuem idades compreendidas entre os 25 e os 35 anos.

Já em 1995 e em 2002, a faixa etária entre os 16 e os 24 anos volta a adquirir preponderância. A vítima típica obedece a esse perfil. As mulheres com idades entre os 25 e os 35 anos são o segundo tipo de vítimas encontradas.

No que diz respeito ao agressor, em 22% das peças não é possível constatar se pertence ao sexo masculino ou ao sexo feminino. Em 70% das peças a actividade ofensora é clara ou indirectamente associada a uma actividade masculina. As «estórias» nas quais existe um agressor do sexo masculino e outro do sexo feminino têm uma representatividade de 3%. Acima destas encontramos os casos de violência em que o agressor é mulher (5%). Esta categoria de análise não apresenta flutuações com significado de ano para ano.

Quando a idade do agressor é referida — no grosso das peças não o é (68%) — é possível observar que, em cada um dos anos seleccionados, o ofensor pertencente à faixa etária acima dos 56 anos quase não tem expressão. Em 1975 e 1985, o autor da violência é alguém com mais de 16 e menos de 56 anos. Em 1995 e em 2002 este padrão mantém-se, mas são mais evidenciadas as faixas etárias dos 25 aos 35 e dos 36 aos 55 anos, respectivamente.

QUADRO n.º 6
Relação vítima/ofensor no DN, entre 1975 e 2002

	Cônjuge ou análogo %	Familiar %	Conhecidos %	Desconhecidos %	Não referido %
1975	15	7	11	23	44
1985	21	7	17	17	39
1995	22	8	16	22	32
2002	26	6	13	25	30

No que diz respeito à relação da vítima com o agressor (cônjuge ou análogo a cônjuge, familiar, conhecido e desconhecido), é necessário evidenciar que em 34% da totalidade de peças não é possível identificar a natureza dessa relação. Quando o é, as categorias mais proeminentes são as do cônjuge ou análogo a cônjuge e desconhecidos.

A partir dos dados expostos se conclui que, embora se verifique a prevalência de notícias rotineiras sobre crimes violentos contra as pessoas, em particular, o homicídio, nos quais o agente agressor é um desconhecido, a violência praticada por parceiros íntimos também integra a representação desenvolvida pelo jornal.

Este resultado global contraria alguma tendência documentada pela pesquisa feminista. Como vimos no Capítulo IV deste estudo, numerosos trabalhos indicam que a violência entre companheiros íntimos, apesar de ser a mais expressiva na sociedade, é claramente marginalizada relativamente à violência perpetrada por estranhos. A análise do DN mostra, pelo contrário, que os desconhecidos não são os

autores, por excelência, da violência noticiada. Os parceiros íntimos igualam ou suplantam o peso dos agressores estranhos à vítima nos anos de 1985, 1995 e 2002, abaixo dos quais se situam os ofensores conhecidos e os parentes. Só em 1975 a percentagem da categoria cônjuge ou análogo a cônjuge é inferior em oito pontos percentuais à categoria desconhecidos.

Âmbito geográfico da violência

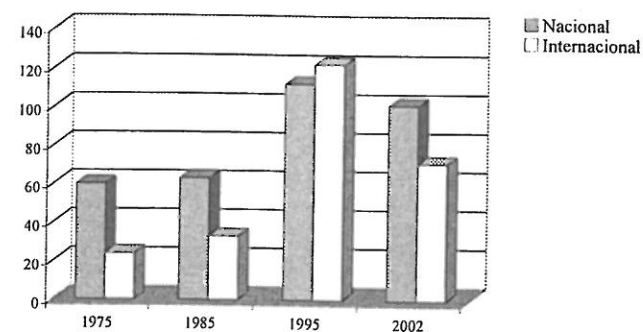
Quanto ao âmbito geográfico da violência, categorizada segundo o binómio nacional/internacional, observa-se uma maior preponderância das ocorrências registadas no país no ano de 1975 (71%). Esta proporção é menor em 1985 (65%) e inverte-se em 1995, ano em que as notícias de violência ocorrida à escala internacional ultrapassam as peças sobre violência no plano nacional (53%).

A este resultado não será alheia a IV Conferência Mundial das Nações Unidas sobre as Mulheres e os julgamentos de casos de violência altamente mediáticos, como o de O. J. Simpson, nos Estados Unidos, e o de Rosemary West, na Grã Bretanha, que decorreram em 1995.

Em 2002, as notícias de âmbito nacional voltam a adquirir uma maior proporção (58%).

GRÁFICO n.º 6

Âmbito geográfico da violência no DN, entre 1975 e 2002



Violência noticiada versus violência registada

A investigação evocada na primeira parte deste estudo sugere que os meios de comunicação social concedem uma importância desproporcional ao homicídio e aos crimes sexuais chocantes, bem como à violência perpetrada por mulheres. Será que se observa a mesma tendência no DN? Vejamos o que dizem os Registos Criminais (para diante, utilizaremos a forma abreviada RC) nos anos de 1975, 1985 e 1995. Não nos referiremos, para já, ao ano de 2002, na medida em que o faremos no ponto seguinte, dedicado à apresentação dos resultados da análise comparativa da violência contra as mulheres representada pelo DN e pelo CM ao longo desse mesmo ano.

De acordo com o Instituto Nacional de Estatística, em 1975 o número de crimes contra as pessoas ascendeu a 4.563, o que corresponde a 1,6% da totalidade de crimes registados nesse ano. Foram contabilizados um total de 159 homicídios e homicídios frustrados, todos perpetrados por homens. Os homicídios consumados foram contabilizados em 56, valor que representa cerca de 1% dos crimes contra as pessoas; as violações notificadas ascenderam a 34, pouco mais de 0,2%, tendo, nesse mesmo ano, sido condenados por violação 34 indivíduos do sexo masculino. Em 4.563 crimes contra as pessoas, 3.609 foram cometidos por homens e 954 por mulheres.

Em 1985, segundo as Estatísticas do Ministério da Justiça, foram julgados com sentença condenatória 5.635 crimes contra as pessoas, de entre eles 121 homicídios e 50 violações. No total, as autoridades mantiveram em investigação 486 homicídios, 264 violações, 309 crimes contra a família e 1.701 ofensas graves e simples à integridade física.

Relativamente a 1995, os RC revelam que o total de crimes registados pelas autoridades ascendeu a 326.572. Foram registados 408 crimes de homicídio, 534 violações e 667 crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual. Foram condenados 32.824 homens e 3.548 mulheres.

Comparando estes dados com a categoria de violência mais noticiada nos anos de 1975, 1985 e 1995 é notória a sobrevalorização do homicídio, sobretudo em 85 e 95, assim como a sobrerepresentação da violação, especialmente neste último ano, bem como das ofensas corporais. Com percentagens mais baixas na representação observada, os maus tratos não aparecem nas estatísticas da Justiça.

QUADRO n.º 7
Violência noticiada no DN versus violência registada

Tipos de crimes	DN	RC	DN	RC	DN	RC
	1975	1975	1985	1985	1995	1995
	%	%	%	%	%	%
Homicídio	23	0,01	51	0,32	47	0,12
Ofensas corporais	37	1,2	5	1	9	10,6
Maus tratos	0	x	6	x	4	x
Violação	8	0,01	19	0,17	15	0,16

Não pode, apesar de tudo, falar-se em uma cobertura noticiosa exageradamente centrada na violência perpetrada por mulheres. De facto, a proporção média de agressores mulheres nas notícias (5%) é superior em quatro pontos percentuais à proporção real, que é apenas de 1%, mas a actividade ofensora relatada pelo jornal não deixa de ser predominantemente masculina.

5.4. Análise comparativa da violência na informação diária — *Diário de Notícias/Correio da Manhã em 2002*

A segunda análise que apresentamos é a comparação do perfil quantitativo e qualitativo das notícias de violência contra as mulheres no *Diário de Notícias* (DN) e no *Correio da Manhã* (CM) durante o ano 2002. Pretendemos criar um quadro referencial contemporâneo através do qual seja possível comparar a representação do tema na imprensa portuguesa de referência e na imprensa de tendência popular.

5.4.1. Perfil quantitativo das notícias

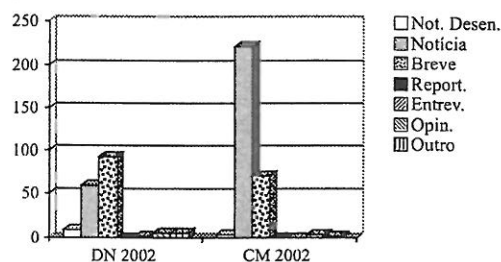
No que diz respeito ao perfil quantitativo das notícias, o jornal popular demonstra uma maior predilecção pelas «estórias» de violência. O número de itens encontrados no CM quase duplica o valor total de itens observados no DN: 297 contra 172. Um resultado previsível tendo em conta a literatura sobre a visibilidade mediática do crime. Tal como demonstrou, por exemplo, Cristina Penedo (2003), as estratégias comer-

ciais da imprensa diária popular justificam uma maior apetência pelo relato dos crimes violentos.

Formato das notícias

A tendência observada no CM manifesta-se claramente nos formatos jornalísticos predominantes. Em contraste com o DN, onde a breve é a fórmula mais utilizada, o formato prevalecente no jornal popular é, tal como mostra o Gráfico n.º 7, a notícia, cuja maior extensão permite, regra geral, fornecer aos leitores informação mais detalhada.

GRÁFICO n.º 7
Formato jornalístico das peças do DN e do CM em 2002



A maior utilização do formato notícia não é, contudo, sinónimo da problematização na informação dos processos estruturais que estão na origem da prevalência da violência. A base rotineira dos relatos continua a ser o fluxo contínuo (e muito mais expressivo) de artigos que dão resposta ao «quem», «quando» e «onde», sendo a maior evidência dos pormenores sobre o «quê» que determina a produção de narrativas mais longas. Neste sentido, o discurso noticioso é omissivo no que diz respeito à contextualização dos acontecimentos apresentados.

A maior presença e extensão dos artigos traduz, em regra, a utilização de descrições mais detalhadas sobre a violência noticiada. Uma tal tendência, mais pronunciada no jornal popular, torna impossível qualquer tentativa de compreensão analítica da violência contra as mulheres

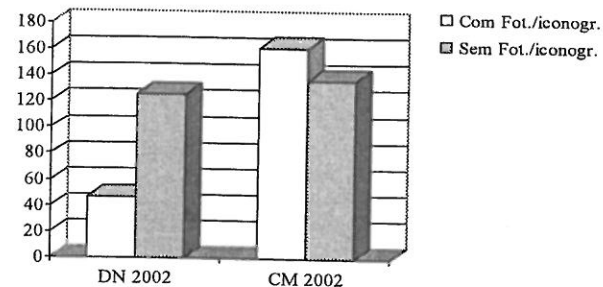
a partir da leitura dos jornais. Por outro lado, pode afirmar-se que, sendo apresentada através (quase) exclusivamente do relato de incidentes, escândalos e casos isolados sensacionalistas, a violência representada contribui para uma dupla vitimização das mulheres ofendidas, sendo as «estórias» de sobreviventes praticamente nulas.

Proeminência e valorização gráfica

Para se destacarem do fluxo contínuo de violência, os acontecimentos terão de ser verdadeiramente extraordinários. A valorização discursiva de um incidente não passa, contudo, nem pela adopção de formatos jornalísticos interpretativos, nem pela intertextualidade dos registos criados. Os acontecimentos são destacados através do recurso a um ou mais elementos gráficos, regra geral, fotografias das vítimas, ofensores ou dos cenários onde o crime violento teve lugar.

A lógica da valorização gráfica dos artigos de violência no DN e no CM apresenta significativas diferenças, como mostra o Gráfico n.º 8. O recurso à imagem é recorrente no jornal de tendência popular, enquanto no DN mais de metade dos itens surgem isoladamente. No CM, os artigos acompanhados de fotografias prevalecem, o que indicia não apenas a preponderância da componente imagem nas rotinas produtivas, como também uma certa tendência para o aproveitamento estético da violência como estratégia comercial.

GRÁFICO n.º 8
Valorização gráfica das peças do DN e do CM em 2002

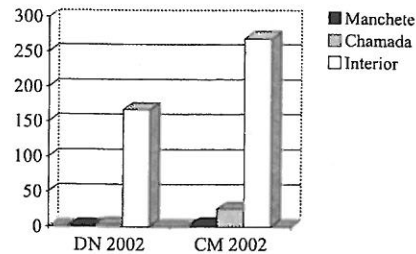


Relativamente à proeminência da violência contra as mulheres, regista-se uma notória incapacidade de ser eleita por ambos os jornais como matéria que determina, pela sua importância, a actualidade, tal como mostra o Gráfico n.º 9.

Os itens que constituíram manchetes têm uma expressão reduzida quer no DN, quer no CM. Os que mereceram ser destacados mediante o recurso a chamadas nas primeiras páginas têm, igualmente, uma representatividade muito baixa.

Ainda assim, a expressão quantitativa das chamadas no CM é mais elevada do que no DN, o que corrobora a sua maior tendência para sobrevalorizar o crime violento.

GRÁFICO n.º 9
Proeminência das peças do DN e do CM em 2002



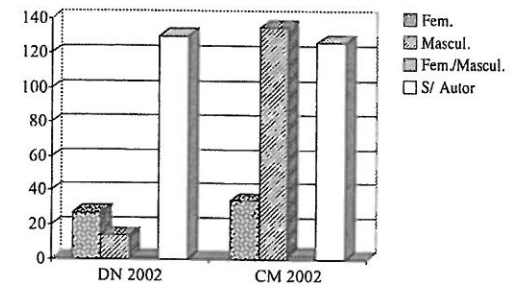
Sexo dos autores das peças

Como vimos, a produção de notícias de violência contra as mulheres no DN só muito parcamente valoriza a identificação de autoria, por assinatura. Esse é o padrão em 2002. A grande maioria das peças não tem autor, o que sugere que o relato dos acontecimentos exigiu do jornalista apenas a simples reprodução das informações transmitidas pelas fontes em formatos jornalísticos mais descritivos do que interpretativos.

Por outro lado, quando os artigos estão assinados, são maioritariamente as profissionais do sexo feminino que produzem este tipo de «estórias», o que atesta a feminização da redacção e não, como já vimos, a existência de rotinas diferenciadas consoante a autoria feminina e masculina.

No CM, a expressão das peças não assinadas também é significativa, contudo, contrariamente ao observado no DN, a maioria dos artigos sem autoria. Comparando a autoria feminina e a autoria masculina, observa-se um outro contraste em relação ao jornal de referência: é o sexo masculino que prevalece. Mas, também aqui, são imperceptíveis as diferenças de produção noticiosa. O que transparece da leitura das notícias é a universalização de um certo modo de produzir e veicular a informação, modo esse fundamentalmente ligado às opções editoriais do diário.

GÁFICO n.º 10
Sexo dos autores das peças do DN e do CM em 2002



5.4.2. Perfil qualitativo das notícias

Fontes das notícias

Comparando os tipos particulares de fontes utilizadas nas peças do DN e nas peças do CM regista-se que, em ambos os jornais, as autoridades policiais são as fontes principais da informação noticiada. PSP, GNR ou PJ são fontes exclusivas de 31% de todas as «estórias» apresentadas pelo DN e de 33% das publicadas no CM.

As duas coberturas divergem, no entanto, relativamente à hierarquia das diversas fontes. A categoria tribunal, onde integrámos os agentes ligados à Justiça, aparece como a segunda mais referenciada/citada nas peças do CM, enquanto a categoria especialistas é a segunda mais usada nas notícias do DN.

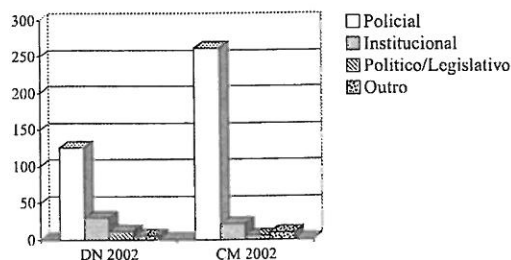
Outra diferença visível prende-se com a maior presença das vítimas e dos agressores e dos seus familiares ou conhecidos nas peças do CM. Este resultado está de acordo com a tendência do jornal popular para centrar as «estórias» nos acontecimentos violentos, sendo as descrições de testemunhas oculares, das próprias vítimas ou dos ofensores elementos discursivos recorrentes. No que diz respeito ao jornal de referência, regista-se uma maior predileção pelas fontes com uma autoridade superior, como é o caso dos especialistas em matéria de violência.

Enquadramento temático das notícias

Relativamente ao enquadramento temático das notícias, não foram observadas diferenças substanciais. Prevalece em ambos os jornais o enquadramento temático policial, em consonância com o tipo de fontes mais usadas. É, no entanto, notório no CM o aumento exponencial da diferença de proporção de peças deste enquadramento em relação à proporção dos restantes.

GRÁFICO n.º 11

Enquadramento temático das peças do DN e do CM em 2002



Para além de condicionar a articulação de perspectivas sobre o problema da violência contra as mulheres, a prevalência do enquadramento temático policial deixa adivinhar um eventual efeito cognitivo preocupante. A sobrevalorização da actividade das autoridades policiais e das instâncias judiciais conduzirá, em potência, ao reconhecimento dos

actos violentos como práticas que nunca escapam ao controlo social. Neste sentido, a enunciação da violência no espaço público mediado informa ainda de fragilidades ao nível da sua posição na ordem social, na medida em que o discurso dominante dos *media* institui consensos que desencorajam a necessidade de uma mais aturada intervenção política para erradicar o problema. A incorporação de pressuposições, mediante os já aqui discutidos processos de intertextualidade, que convocam conhecimentos prévios sobre uma evolução satisfatória das medidas de combate à violência, deixa antever, em face de tudo o que já foi exposto neste estudo, que o discurso noticioso reproduz a retórica da eficácia dos discursos oficiais.

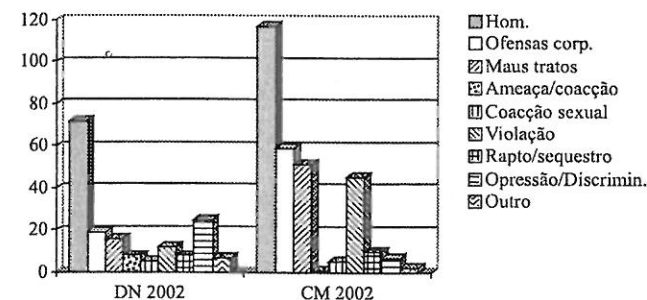
Tipos de violência

Relativamente às categorias de violência identificadas, o homicídio é a que detém maior representatividade nos dois jornais analisados, com valores muito acima dos restantes tipos de violência: 42% no DN e 39% no CM.

O segundo tipo de violência mais noticiado no DN é a opressão/discriminação (15%), seguido das ofensas corporais (11%), dos maus tratos (9%) e da violação (7%).

GRÁFICO n.º 12

Tipos de violência no DN e no CM em 2002



A hierarquia da violência no CM obedece a um padrão diferente. Logo a seguir ao homicídio, têm maior representatividade as ofensas

corporais (20%), seguindo-se os maus tratos (17%), a violação (15%) e, bem distante desta, o rapto/sequestro (3%).

Estes resultados confirmam a sobre-representação do homicídio independentemente do mercado e das estratégias editoriais dos jornais. Com efeito, o crime de homicídio tem uma representatividade ligeiramente superior no diário de referência.

Por outro lado, a categoria opressão/discriminação, cujo enquadramento temático no DN é, como vimos, sobretudo institucional, por não constituir um crime no nosso ordenamento penal e, por conseguinte, não ser uma matéria da qual as autoridades policiais se ocupem, quase não tem expressão no CM. A produção do jornal popular assenta, essencialmente, na cobertura de ilícitos tipificados. Isto não significa que a cobertura do DN seja significativamente diferente. O recurso frequente à breve faz com que o fluxo contínuo de actos de violência contra as mulheres não seja visto se não como um «continuum» de violência normalizada. Mas parece-nos que o relato de casos de opressão/discriminação, regra geral apresentados sob um leque diversificado de formatos (no DN de 2002, através de breves, notícias, notícias desenvolvidas e opinião), fornece como que uma aproximação crítica ao problema, rica em notas explicativas. Diversamente, as «estórias» rotineiras sobre o crime limitam-se a destacar acontecimentos extraordinários relativamente a um conjunto de práticas consideradas aceitáveis.

Um outro dado registado prende-se com a prevalência do crime de maus tratos. Esta categoria ocupa a terceira posição no elenco de crimes mais noticiados pelo CM, próxima da categoria ofensas corporais e acima da violação. No DN, o crime de maus tratos é a quarta categoria mais representada, quase em pé de igualdade com as ofensas corporais e de novo acima da violação.

Sendo substancialmente reduzida em relação à prevalência dos homicídios, a representação dos maus tratos, regra geral envolvendo práticas relevantes do ponto de vista mediático, aumentou de proeminência quando os acontecimentos relatados estavam directamente ligados a celebridades. Com efeito, foi escrutinado um corpo de notícias com um perfil divergente das restantes, quer ao nível da sua valoração mediática, quer ao nível do seu enquadramento temático.

Em Fevereiro de 2002, Catarina Fortunato de Almeida acusou na imprensa o seu marido, o conhecido médico José Maria Tallon, de

agressões físicas, caso que seria retomado, meses mais tarde, com novos contornos, ligados a problemas judiciais decorrentes da publicação de um livro sobre a relação conjugal violenta.

Ao todo, o DN dedicou ao caso duas peças, uma sobre a denúncia dos maus tratos (19-2-2002) e outra sobre a controvérsia em torno da publicação do livro, sendo que esta mereceu uma chamada de primeira página acompanhada de fotografia de grandes proporções em uma das edições do jornal (1-10-2002).

Mais extensamente trabalhado no CM, o caso contou, no total, com 10 peças no jornal popular, três delas publicadas em conjunto logo após o nascimento do «escândalo», com direito a ser tema de manchete (26-2-2002).

Evidência da valorização da história no CM é ainda a sua utilização, nos meses seguintes, antes e depois de os novos contornos sobre o caso tomarem forma, para introduzir assuntos ligados à violência na família, a exemplo da peça «Filhos de divórcio são 20.000 por ano» (1-9-2002).

Merece especial relevo a clara articulação da figura de Catarina Fortunato de Almeida com o tratamento noticioso posterior do tema dos maus tratos. Ela é a «celebridade» cuja história prova, afinal, que «Ricos e famosos também batem em casa», como foi noticiado a 23 de Fevereiro de 2002. De vítima, Catarina passa a «especialista» e, inclusivamente, é-lhe, mais tarde, atribuído pelo jornal o posto de «Provedora para a Violência». Facto raro no CM, o caso deu ainda origem a um artigo de opinião, assinado por um conhecido jornalista, Emídio Rangel, e intitulado «O circo de Catarina Tallon» (2-10-2002).

Efectivamente, as «estórias» publicadas não abriram novos horizontes discursivos acerca da violência contra as mulheres. O discurso mediático limitou-se a desenvolver um enredo protagonizado por figuras públicas, demasiado centrado na personalização dos seus atributos e pouco empenhado em servir-se do caso para introduzir no debate público um discurso crítico sobre a violência, sobre a sua transversalidade, a sua origem estrutural e a (in)eficácia do activismo feminista e da intervenção estatal.

Ainda no contexto da representação do crime de maus tratos, a análise de conteúdo efectuada demonstra um claro posicionamento das mulheres como vítimas e raramente como sobreviventes, bem como uma certa tendência para obscurecer ou mesmo excluir o agressor do discurso. A marginalização do papel do agente ofensor é, especialmente, operada através das narrativas construídas a partir de dados estatísticos.

Centradas na vitimização, grande parte dessas «estórias» pressupõem a existência de um conhecimento prévio acerca da violência doméstica e dos perigos que ela representa. Mas esse posicionamento discursivo não funciona como ponto de partida para uma articulação das necessidades de quem precisa de ser protegido e de quem consegue romper os níveis de protecção já existentes. Isto é, para além de despersonalizarem os agentes envolvidos na violência, as «estórias» sobre a evolução numérica dos casos de maus tratos menosprezam a importância do papel do agressor, cuja presença é considerada irrelevante.

Espreitando, a título exemplificativo, os títulos das peças sobre maus tratos publicadas no DN nos primeiros três meses de 2002 ficamos a saber:

QUADRO n.º 8

Titulação dos maus tratos no DN em Janeiro, Fevereiro e Março de 2002

Diário de Notícias — 2002

- «Violência doméstica domina em Timor-Leste» (7-2-2002)
- «Combate à violência doméstica não pode afrouxar» (17-2-2002)
- «José Maria Tallon desmente Catarina» (19-2-2002)
- «Problemas ainda por resolver» (8-3-2002)
- «Apoio à vítima sem apoio» (11-3-2002)
- «Difícil tirar polícias das suas funções diárias» (11-3-2002)
- «Violência» (21-3-2002)
- «Pai ameaça filhos com facas» (29-3-2002)

Fazendo o mesmo exercício em relação à cobertura noticiosa do CM nos meses de Janeiro, Fevereiro e Março de 2002:

QUADRO n.º 9

Titulação dos maus tratos no CM em Janeiro, Fevereiro e Março de 2002

Correio da Manhã — 2002

- «Polícias limpam poços à procura de mulher» (12-1-2002)
- «Mulheres pedem ajuda à linha 144» (23-1-2002)
- «Mais apoio a mulheres açorianas» (10-2-2002)
- «Perda de vergonha “destapa” violência doméstica» (17-2-2002)
- «Ricos e famosos também batem em casa» (23-2-2002)

Correio da Manhã — 2002

- «Médicos ameaçam pôr Tallon na ordem» (26-2-2002)
- «Segundo desmentido» (26-2-2002)
- «Queixa chega ao Ministério Público» (26-2-2002)
- «Entrou a tiro no prédio da ex-companheira» (5-3-2002)
- «Quería matar companheira» (10-3-2002)

Interessava-nos ainda examinar a representação da mulher agressora. Não nos é, no entanto, possível discutir, de forma conclusiva, sobre a construção das peças alusivas a violência perpetrada por mulheres sobre companheiros íntimos, dada a sua parca representatividade. Contudo, verifica-se, nas poucas «estórias» publicadas, exactamente o inverso daquilo que se acabou de referir. O agressor está presente no núcleo noticioso mais importante (o sistema de titulação), sendo a sua identidade sexual claramente declarada, tal como mostram os exemplos seguintes, publicados no CM:

- «Mulher bateu no marido e PSP teve de intervir» (28-11-2002)
- «Mulheres matam maridos» (11-7-2002)

Vítimas e agressores

No DN, a vítima típica é uma mulher jovem, pertencente à faixa etária dos 16 aos 24 anos. No CM, ela é, regra geral, uma mulher com idade compreendida entre os 36 e os 55 anos. Apesar de ser possível apresentar estes dois padrões, nota-se que não há uma grande disparidade entre as faixas etárias consideradas. Por outro lado, o agressor é, nos dois jornais, sobretudo o indivíduo do sexo masculino cuja idade se situa entre os 35 e os 55 anos.

No que diz respeito à relação entre vítimas e agressores, quando é possível identificá-la, observa-se que, no DN, o peso das relações de intimidade iguala o das de desconhecimento e que, no CM, o cônjuge ou análogo a cônjuge é o ofensor preponderante. Centrando a análise na categoria homicídio, por ser aquela que predomina em ambos os diários analisados, os resultados mantêm-se inalterados.

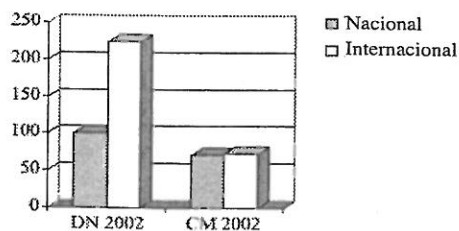
Âmbito geográfico da violência

Vejam, por fim, se há diferenças significativas entre o jornal de referência e o jornal popular quanto ao âmbito geográfico da violência noticiada.

A violência ocorrida em território português é claramente privilegiada, embora no CM a proporção de peças de violência de âmbito nacional seja significativamente mais elevada.

A maior preponderância das «estórias» de âmbito internacional publicadas no DN deve ligar-se à maior predileção do jornal de referência pela realidade externa. Nesta medida, o enquadramento da problemática da discriminação das mulheres no quadro das violações dos direitos humanos parece dar a origem a um fluxo de informação sobre práticas que contam com a complacência cultural e religiosa dos territórios geo-políticos onde têm lugar e, simultaneamente, com a desaprovação da comunidade internacional. Fornecidas por organizações não governamentais e publicadas essencialmente sob a roupagem da breve, essas «estórias» são um guião dramático muito pouco aprofundado das atrocidades cometidas contra as mulheres.

GRÁFICO n.º 13
Âmbito geográfico da violência no DN e no CM em 2002



Violência noticiada versus violência registada

Em 2002, dos 358.031 crimes quantificados nos Registos Criminais (RC), apenas 89.474 se inscrevem no capítulo dos crimes contra as pessoas. Os homicídios consumados perfizeram o total de 266 e as violações 404. Outros crimes contra a liberdade e a autodeterminação sexual

ascenderam a 728 ocorrências. Foram identificados 88.665 arguidos/suspeitos por crimes contra as pessoas. De entre estes, 81.506 pertencem ao sexo masculino e 22.017 ao sexo feminino. Relativamente à quantificação dos lesados/ofendidos, encontramos nos RC referentes a 2002 1.753 homens e 577 mulheres.

Mais uma vez, observa-se uma representação desproporcional do homicídio, da violação e das ofensas corporais relativamente a outros tipos de crime, mas não uma sobrevalorização da representação do agressor feminino, contrariamente ao documentado por alguma da pesquisa feminista desenvolvida em torno das conexões entre a violência e a vitimização femininas (Boyle, 2005).

QUADRO n.º 10

Violência noticiada no DN e no CM versus violência registada

Tipos de crime	DN	CM	RC
	2002	2002	2002
	%	%	%
Homicídio	42	39,3	0,07
Ofensas corporais	11	19,8	14
Maus tratos	9	17,1	2,3
Violação	7	15,1	0,11

QUADRO n.º 11

Agressores e vítimas no DN e no CM versus agressores e vítimas nos registos criminais

		DN	CM	RC
		2002	2002	2002
		%	%	%
Arguidos/ /suspeitos	Homens	72,6	79,1	62
	Mulheres	6,3	8	10
Lesados/ /ofendidos	Homens	2,3	5,3	52
	Mulheres	87,7	82,8	31

CONCLUSÃO

Procurou mostrar-se, ao longo deste estudo, que o discurso mediático sobre a violência contra as mulheres e, em particular, o discurso noticioso assenta em um complexo fenómeno de intertextualidade. Nesse mosaico de textos podemos identificar registos sócio-culturais que reproduzem as tensões da organização social, marcada por relações de poder e processos ideológicos; quadros referenciais institucionalizados pela normatividade jurídica; e esquemas e convenções com origem nas rotinas de produção dos acontecimentos, no âmbito das quais é negociada a articulação das diferentes lógicas discursivas.

Foi nossa intenção pôr também em evidência que a criação do saber cognitivo sobre a violência contra as mulheres se joga no espaço público mediatizado. Nessa medida, o *puzzle* da representação mediática, com as suas presenças e ausências — de fontes, assuntos e intervenientes — e os seus processos de naturalização de conceitos e de práticas, fornece aos diferentes públicos propostas de interpretação que, não sendo estanques, e achando-se em permanente confronto com outros discursos, condicionam o entendimento individual e colectivo da problemática.

Tomando parte activa na institucionalização da realidade representada, a acção dos *media* é também marcante ao nível dos processos de sociabilização das identidades. A mediação operada entre a ocorrência de eventos no espaço público e a produção de conhecimento pelas audiências na esfera privada, muito embora através de permanentes disputas de significados, é, como sustenta Maria João Silveirinha (2001), um processo político do qual dependem, entre outros processos, a construção do «eu» e dos «outros» e a legitimação de modos de funcionamento societário.

Neste sentido, as instituições mediáticas e, designadamente, as instituições noticiosas, não são simples mediadoras de grau zero. A partir de diferentes lógicas e opções comerciais, as práticas hegemónicas dos *media* interagem com a realidade, reafirmando ou contestando percep-

ções socialmente partilhadas, mas quase sempre dando origem a formas consensuais de pensar e debater os assuntos.

A análise que efectuámos da cobertura noticiosa da violência contra as mulheres desenvolvida por dois diários portugueses, distintos nas suas estratégias — *Diário de Notícias* (DN), jornal de referência, e *Correio da Manhã* (CM), diário de tendência popular —, mas ambos de grande circulação, problematiza as possíveis implicações da representação operada para a construção social do problema e para a reconfiguração política em face dos consensos criados em torno das suas dimensões.

Os resultados a que chegámos não são prometedores. A construção noticiosa da violência contra as mulheres assenta em um repertório de incidentes isolados, baseados nas circunstâncias particulares dos agentes envolvidos, sendo, em geral, pobres os horizontes de sociabilidade contidos nesses discursos.

Desse repertório de notícias sobre violência são sistematicamente excluídos aspectos relacionados com a diferença de poder social entre sexos, bem como com a aparente incapacidade política para a erradicar, apesar da intervenção jurídico-institucional. A arena discursiva mediática funciona tão-só como um fórum através do qual são definidas e redefinidas algumas identidades sociais e formadas novas identidades ligadas ao crime (vítimas, sobreviventes, agressores, suspeitos, arguidos).

A imprensa portuguesa diária diz-nos, por outro lado, que os crimes violentos contra as mulheres não escapam ao controlo social. O interesse dos jornais pela temática criminal, redimensionado nos momentos de resolução e desfecho de casos judiciais, bem como pela acção performativa das instâncias de controlo formal, traduz a ideia de denúncia das agressões por parte das vítimas e de condenação dos ofensores.

A representação da violência resume-se a um fluxo contínuo de «estórias» de crimes construídas através de narrativas com uma estrutura simples, cobrindo, em regra, apenas um assunto. A focalização do discurso no crime torna irrelevantes elementos interpretativos ou de contextualização, sendo os formatos jornalísticos prevaletentes essencialmente descritivos.

A caracterização enunciada reporta-se aos dois jornais analisados, cujas diferentes opções comerciais e editoriais não conduziram a resultados substancialmente divergentes. As diferenças encontradas dizem, *grosso modo*, respeito a rotinas profissionais relacionadas com o posicionamento político e económico do jornal e não a formas de representação

assimétricas. Neste contexto, identificámos, por exemplo, disparidades na valorização gráfica dos assuntos. O recurso à imagem é bastante mais acentuado no CM, o que traduz a preponderância da componente imagética nos modos de produção da imprensa popular.

A presença reduzida de «estórias» nas primeiras páginas de ambos os jornais parece confirmar a «normalização» da violência contra as mulheres. Só os crimes mais chocantes ou a violência que envolva celebridades merecem ser destacados como assuntos principais do dia.

As notícias construídas a partir do caso mediático de Catarina Fortunato de Almeida que, em Fevereiro de 2002, acusou na imprensa o então seu marido, o conhecido médico José Maria Tallon, de lhe infligir maus tratos configuram um dos raros momentos em que a cobertura noticiosa estudada personaliza os agentes envolvidos. Dedicando-se a um enredo dramático protagonizado por figuras públicas e investindo no aproveitamento mediático dos seus atributos, a representação, essencialmente levada a cabo pelo CM, na medida em que o DN dedica ao caso apenas duas peças, em lugar de politizar, despolitiza o tema da violência, apresentada como o fio condutor de uma intriga excitante sobre a vida de celebridades.

Não obstante a valorização do crime de maus tratos que, não tendo expressão, a não ser de forma encoberta, nas notícias do DN de 1975, vai granjeando crescente visibilidade mediática, as formas mais espetaculares de violência, significativamente menos predominantes na sociedade, recebem uma atenção desproporcional ao longo de todo o período considerado (1975-2002).

A normalização do que é extraordinário costuma ser articulada com a maior preponderância mediática da violência perpetrada por estanhos, enformando uma evidente distorção relativamente aos casos reais nos quais os companheiros íntimos são claramente os agressores mais frequentes. Diversamente, na imprensa diária examinada o peso dos parceiros íntimos iguala ou suplanta o dos agressores desconhecidos da vítima, não se confirmando os resultados documentados pela generalidade da pesquisa feminista em comunicação.

Prevalece em ambos os jornais o enquadramento temático policial, em consonância com o tipo de fontes mais utilizadas. O discurso jornalístico é, sobretudo, o discurso das instituições policiais e judiciárias. Por conseguinte, o consenso discursivo sobre a violência é elaborado a partir da discursividade dessas instâncias. A sobrevalorização da sua atti-

vidade constrói a violência como prática societária quotidiana que, contudo, não escapa ao controlo social. Uma das possíveis implicações desta representação para o espaço público é o desencorajamento de inovações na intervenção das instâncias de decisão formais face à eficácia dos procedimentos institucionalizados.

A estas fragilidades somámos uma certa tendência, em ambos os jornais examinados, para a figura do agressor ser obscurecida ou mesmo excluída do discurso. As «estórias» são centradas no papel de vítimas das mulheres, muito embora a sua personalização esteja ausente dos relatos. Neste sentido, a construção mediática da violência indicia uma dupla vitimização da mulher, posicionando ainda os públicos perante propostas de desresponsabilização do agressor, cuja presença nas notícias é, em muitos casos, considerada irrelevante. A desvalorização do papel do agente ofensor é, especialmente, operada através das narrativas sobre a violência doméstica construídas a partir de dados estatísticos.

São as «estórias» sobre discriminação das mulheres, essencialmente veiculadas pelo DN através do recurso a um leque diversificado de formatos jornalísticos, que configuram, do nosso ponto de vista, a melhor aproximação crítica ao problema da violência contra as mulheres pela riqueza das notas explicativas que apresentam.

Do ponto de vista dos processos produtivos, a análise da construção das notícias em função da variável sexo revelou uma maior preponderância da autoria feminina no DN e uma maior prevalência da autoria masculina no CM. Contudo, essa diferenciação não parece conduzir a rotinas jornalísticas diferenciadas. O que transparece da leitura das notícias é a universalização de um certo modo de produzir a informação, modo esse essencialmente ligado às opções editoriais de cada um dos diários analisados.

Não sendo generalizáveis a todo o espectro mediático, nem tão pouco oferecendo uma visão de conjunto, as conclusões alcançadas fornecem, parece-nos, algumas pistas para o entendimento da construção social da violência contra as mulheres. Por realizar fica o exame da cobertura mediática do tema em outros *media* portugueses de grande impacto, como a televisão, assim como o estudo dos emissores e das audiências, de cujo papel activo depende, em verdade, a construção do discurso público. Fica, no entanto, desde já, lançado o mote para um esforço futuro.

BIBLIOGRAFIA

- AGACINSKI, Sylviane (1998), *Política dos sexos*, Oeiras: Celta Editora, 1999.
- ALVAREZ, Ana de Miguel (2003), «El movimiento feminista y la construcción de marcos de interpretación: el caso de la violencia contra las mujeres», in *Revista Internacional de Sociología*, n.º 35, pp. 127-150.
- AMÂNCIO, Lúcia (1994), *Masculino e Feminino: A construção social da diferença*, Porto: Edições Afrontamento.
- ANASTASIO, Phyllis A. e COSTA, Diana M. (2004), «Twice Hurt: How Newspaper Coverage May Reduce Empathy and Engender Blame for Female Victims of Crime», in *Sex Roles*, Vol. 51, n.º 9/10, pp. 535-542.
- ARENDET, Hannah (1958), *A Condição Humana*, Lisboa: Relógio D'Água, 2001.
- ARNEIL, Barbara (1999), *Politics & Feminism*, Oxford: Blackwell.
- ASTELARRA, Judith (1988), «El patriarcado como realidad social», in *Mujer e realidad social*, Bilbao: Gobierno Vasco, pp. 39-59.
- AZNAR, Hugo (1999), *Comunicación Responsable — Deontología y autorregulación de los medios*, Barcelona: Ariel.
- BARBOSA, Madalena (1998), *Invisibilidade e Tectos de Vidro: Representações do Género na Campanha Eleitoral Legislativa de 1995 no Jornal «Público»*, Cadernos da Condição Feminina, n.º 51, Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres.
- BARKER, Martin e PETLEY, Julian (1998) (eds.), *Ill Effects: The medialviolence debate*, New York: Routledge.
- BEAUVOIR, Simone de (1949), *O segundo sexo*, Amadora: Bertrand, 1981.
- BELL, Allan (1991), *The Language of News Media*, Oxford: Blackwell.
- BERGER, Peter e LUCKMAN, Thomas (1966), *The Social Construction of Reality: A Treatise in the Sociology of Knowledge*, Harmondsworth: Penguin Books.
- BERKOWITZ, Leonard (1993), *Agression: It Causes, Consequences, and Control*, Palatino: McGraw-Hill.
- BERTRAND, Claude-Jean (1997), *A Deontologia dos Media*, Coimbra: Minerva Coimbra, 2002.
- BIRD, S. Elizabeth e DARDENNE, Robert W. (1988), «Mito, registo e "estórias": explorando as qualidades narrativas das notícias», in Nelson TRAUQUINA (org.), *Jornalismo: Questões, Teorias e «Estórias»*, Lisboa: Veja, 1993, pp. 263-277.
- BOSCH, Esperanza e FERRER, Victoria (2000), «La violencia de género: de cuestión privada a problema social», in *Revista de Intervención Psicosocial*, Vol. 9, n.º 1, pp. 7-19.
- BOURDIEU, Pierre (1998), *A dominação masculina*, Oeiras: Celta Editora, 1999.
- (1997), *Sobre a Televisão*, Oeiras: Celta Editora.

- BOYLE, Karen (2005), *Media and violence*, London, Thousands Oaks, New Delhi: Sage.
- BROWN, Mary Ellen (1994), «Women and Soap Opera: Resistive Reading», in Cynthia CARTER e Linda STEINER (eds.), *Critical Readings: Media and Gender*, Maidenhead: Open University Press, 2004, pp. 287-306.
- BYERLY, Carolyn (2004), «Feminist Interventions in Newsrooms», in Karen ROSS e Carolyn BYERLY (eds.), *Women and Media: International Perspectives*, Malden, Oxford, Victoria: Blackwell, pp. 109-131.
- CAMPS, Victoria (2001), *O Século das Mulheres*, Lisboa: Editorial Presença.
- CARTER, Cynthia (1998), «When the “extraordinary” becomes “ordinary”: everyday news of sexual violence», in Cynthia CARTER, Gil BRANSTON e Stuart ALLAN (eds.), *News, Gender and Power*, London: Routledge, pp. 219-232.
- e STEINER, Linda (eds.) (2004), *Critical Readings: Media and Gender*, Maidenhead: Open University Press.
- CARVALHO, Alberto Arons de, CARDOSO, António Monteiro e FIGUEIREDO, João Pedro (2003), *Direito da Comunicação Social*, Lisboa: Editorial Notícias.
- COLLIN, Françoise (1991), «Diferença e Diferendo. A Questão da Mulher na Filosofia», in George DUBY e Michelle PERROT (org.), *História das Mulheres no Ocidente*, Lisboa: Círculo de Leitores, pp. 313-347.
- CORNU, Daniel (1994), *Jornalismo e Verdade — Para uma ética da informação*, Lisboa: Instituto Piaget, 1999.
- COSTA, Adélia (1991), *Representações sociais de homens e de mulheres Portugal*, Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres.
- COSTA, José de Faria (2004), *Direito Penal Especial: contributo a uma sistematização dos problemas “especiais” da Parte Especial*, Coimbra: Coimbra Editora.
- (2005), *Linhas do Direito Penal e da Filosofia: alguns cruzamentos reflexivos*, Coimbra: Coimbra Editora.
- CURRAN, James (1998), «Repensar la comunicación de masas», in James CURRAN, David MORLEY e Valerie WALKERDINE (eds.), *Estudios culturales y comunicación. Análisis, producción y consumo cultural de las políticas de identidad y el posmodernismo*, Barcelona: Paidós.
- DELANTY, Gerard (2001), «Cosmopolitanism and Violence: The Limits of Global Civil Society», in *European Journal of Social Theory*, Vol. 4, n.º 1, pp. 41-52.
- DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix (1980), *Capitalism et schizophrénie-Mille Plateaux*, Paris: Minuit.
- DIAS, Jorge de Figueiredo (1999), «Artigo 163.º — Coacção Sexual», in *Comentário conimbricense do Código Penal, Parte Especial*, Tomo I, Coimbra: Coimbra Editora, pp. 444-465.
- (1999), «Artigo 164.º — Violação», in *Comentário Conimbricense ao Código Penal, Parte Especial*, Tomo I, Coimbra: Coimbra Editora, pp. 466-476.
- DIJER-PIERRE, Monika (2005), «Lonely at the top: Gendered media elites in Sweden», in *Journalism*, London, Thousand Oaks, CA and New Delhi: Sage publications, Vol. 6, n.º 3, pp. 265-290.
- DOBASH, R. Emerson, e DOBASH, Russel P. (1998) (ed.), *Rethinking Violence Against Women*, Thousand Oaks: Sage.
- DWORKIN, Andrea (1981), *Pornography: Men Possessing Women*, London: Women's Press.

- ELDER, Catriona (1998), «Racialising Reports of Men's Violence Against Women in the Print Media», in Adrian HOWE (ed.), *Sexed Crime In The News*, Sydney: Federation Press, pp. 12-28.
- ELIASSON, Mona (2002), «Progress and Backlash: Research on Male Violence to Women», in *Feminism & Psychology*, Vol. 12, n.º 3, London, Thousand Oaks and New Delhi: Sage, pp. 389-398.
- ERICSON, Richard, BARANECK, Patricia e CHAN, Janet (1991), *Representing Order: Crime, Law and Justice in the News Media*, Canada: Open University Press.
- ESTEVES, João Pissarra (2003), *A Ética da Comunicação e os Media Modernos: Legitimidade e poder nas sociedades complexas*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- FAIRCLOUGH, Norman (1995), *Media Discourse*, London: Edward Arnold.
- FELSON, Richard B. (2000), «The Normative Protection of Women from Violence», in *Sociological Forum*, Vol. 15, n.º 1, pp. 91-116.
- FERIN, Isabel (2004), «Da telenovela à prostituição», in *Media & Jornalismo*, n.º 5, Coimbra: Minerva Coimbra, pp. 63-80.
- FERNÁNDEZ DÍAZ, Natalia (2003), *La violencia sexual y su representación en la prensa*, Barcelona: Anthropos.
- FERRER, Myra Marx, GAMSON, William A., GERHARDS, Jurgen, e RUCHT, Dieter (2002), «Four models of the public sphere in modern democracies», in *Theory and Society*, Netherlands: Kluwer Academic Publishers, n.º 31, pp. 289-324.
- FERREIRA, Eduardo (1998), *Crime e Insegurança em Portugal: padrões e tendências 1985-1996*, Oeiras: Celta Editora.
- FERREIRA, Virgínia (2001), «Estudos sobre as mulheres em Portugal. A construção de um novo campo científico», in *ex aequo*, n.º 5, Oeiras: Celta Editora, pp. 9-25.
- (2005), «Para uma redefinição de cidadania: A sexualização dos direitos humanos», in Anabela Rodrigues et al., *Direitos Humanos das Mulheres*, Coimbra: Coimbra Editora, pp. 11-25.
- FIGUEIRAS, Rita (2003), «O espaço opinião na imprensa de referência portuguesa: 1980-1999», in *Media & Jornalismo*, n.º 2, Coimbra: Minerva Coimbra, pp. 89-112.
- FISKE, John (1987), *Television Culture*, London: Routledge.
- FISHMAN, Mark (1980), *Manufacturing the News*, Austin: University of Texas Press.
- FOUCAULT, Michel (1970), *A Ordem do Discurso*, Lisboa: Relógio d'Água, 1997.
- FRASER, Nancy (2003), «O que é crítico na teoria crítica?: Habermas e género», in *ex aequo*, n.º 8, Oeiras: Celta Editora, 2004, pp. 57-89.
- FRAZER, Elizabeth (2000), «Provavelmente a ocasião mais pública que o mundo conheceu: “público” e “privado” na cobertura de Imprensa da morte e funeral de Diana, princesa de Gales», in Maria João SILVEIRINHA (org.), *As Mulheres e os Media*, Lisboa: Livros Horizonte, 2004, pp. 29-53.
- FREYDBERG, Elizabeth Hadley (1995), «Saphires, Spitfires, Sluts and Superbitches: Afroamericans and Latinas in Contemporary Hollywood Film», in Cynthia CARTER e Linda STEINER (eds.), *Critical Readings: Media and Gender*, London: Open University Press, 2004, pp. 265-286.
- FRIEDAN, Betty (1963), *A Mística da Mulher*, Lisboa: Ulisseia.
- (1983), *La Segunda fase*, Barcelona: Plaza y Janés.

- GALLAGHER, Margaret (2001), *Gender Setting: News Agendas for Media Monitoring and Advocacy*, London, New York: Zed Books.
- GALLAGHER, Margaret (1995a), «O imperialismo de batom e a nova ordem mundial: As mulheres e os media no final do século XX», in Maria João SILVEIRINHA (org.), *As Mulheres e os Media*, Lisboa: Livros Horizonte, 2004, pp. 69-96.
- (1995b), «Progress and paradox: women and media in Europe», in *Conferencia de la U.E. preparatoria de la IV Conferencia Mundial sobre las Mujeres*, Madrid: Instituto de la Mujer, pp. 201-207.
- GALLEGO, Juana (2002), *La prensa por dentro: Producción informativa y transmisión de estereotipos de género*, Barcelona: Los Libros de la Frontera.
- GAUNTLETT, David (2002), *Media, Gender and Identity: An Introduction*, London: Routledge.
- (1997), «The Worrying influence of "Media effects" studies», in Martin BARKER e Julian PETLEY (eds.), *Ill Effects: The media/violence debate*, New York: Routledge, 1998, pp. 47-62.
- GELLES, Richard (1997), *Intimate violence in families*, Thousand Oakes, California: Sage.
- GERBNER, George (1978), «The dynamics of cultural resistance», in Gaye TUCHMAN, Arlene Kaplan DANIELS e James BENET (eds.), *Hearth and Home: Images of Women in the Mass Media*, New York: Oxford University Press.
- GIDDENS, Anthony (1994), *Modernidade e identidade pessoal*, Oeiras: Celta Editora.
- GLASSNER, Barry (1999), «The Construction of Fear», in *Qualitative Sociology*, Vol. 22, n.º 4, pp. 301-309.
- GOFFMAN, Erving (1959), *A apresentação do eu na vida de todos os dias*, Lisboa: Relógio d'Água, 1999.
- (1974), *Frame Analysis: An Essay on the Organization of Experience*, Boston: Northeastern University Press, 1986.
- (1976), *Gender advertisements*, New York: Harper & Row.
- GONÇALVES, Manuel Lopes Maia (2004), *Código Penal Português Anotado e Comentado — Legislação Complementar*, Coimbra: Almedina.
- GREER, Chris (2003), *Sex Crime and The Media: sex offending and the press in a divided society*, Devon: Willan Publishing.
- GRIMWADE, Cherry (1998), «Reckless Sex: The discursive containment of gender, sexuality and HIV/AIDS», in Adrian HOWE (ed.), *Sexed Crime In The News*, Sydney: Federation Press, pp. 56-76.
- GUNTER, Barrie (1995), *Television and Gender Representation*, London: John Libbey.
- HABERMAS, Jürgen (1989), «The Public Sphere: An Encyclopedia Article», in Eric BRONNER e Douglas MacKay KELLNER (eds.), *Critical Theory and Society: A Reader*, New York, London: Routledge, pp. 136-142.
- HALL, Stuart, CHRITCHER, Chas, JEFFERSON, Tony, CLARKE, John, e ROBERTS, Brian (1978), *Policing the Crisis: Mugging, the State, and Law and Order*, London: The Macmillan Press.
- (1980), «Encoding/decoding», in Centre for Contemporary Cultural Studies (ed.), *Culture, Media, Language: Working Papers in Cultural Studies, 1972-79*, London: Hutchinson, pp. 128-38 [1973].

- HOLLAND, Patricia (1998), «The politics of the smile: "Soft news" and the sexualization of the popular press», in Cynthia CARTER, Gil BRANSTON e Stuart ALLAN (eds.), *News, Gender and Power*, London: Routledge, pp. 17-32.
- HUDDY, Leonie (1997), «Feminists and feminism in the news», in Pippa NORRIS (ed.), *Women, media and politics*, New York, Oxford: Oxford University Press, pp. 183-204.
- INNESS, Sherrie (1999), «Pretty Tough: The cult of Femininity in Women's Magazines», in Cynthia CARTER e Linda STEINER (eds.), *Critical Readings: Media and Gender*, London: Open University Press, 2004, pp. 123-142.
- IRIGARAY, Luce (2003), «Poder do discurso, subordinação do feminino», in *ex aequo*, n.º 8, Oeiras: Celta Editora, pp. 45-55.
- JENSEN, Robert (1996), «Knowing Pornography», in Cynthia CARTER e Linda STEINER (eds.), *Critical Readings: Media and Gender*, London: Open University Press, 2004, pp. 246-264.
- JOSEPH, Ammu (2004), «Feminist Interventions in Newsrooms», in Karen ROSS e Carolyn BYERLY (eds.), *Women and Media: International Perspectives*, Malden, Oxford, Victoria: Blackwell.
- KELLY, Liz, (1996), «When Does the Speaking Profit Us? Reflections on the Challenges of Developing Feminist Perspectives on Abuse and Violence», in Marianne HESTER, Liz KELLY e Jill RADFORD (eds.), *Violence and Male Power*, Buckingham: Open University Press, pp. 34-49.
- , WINGFIELD, Rachel, BURTON, Sheila, e REGAN, Linda (1995), *Splintered Lives: Sexual Exploitation of Children in the Context of Children's Rights and Child Protection*, Ilford: Barnardos.
- KELLY, Kristin (2003), *Domestic Violence and the Politics of Privacy*, Ithaca: Cornell University Press.
- KITZINGER, Jenny (2004a), *Framing Abuse: Media influence and public understanding of sexual violence against children*, London: Pluto Press.
- (2004b), «Media Coverage of Sexual Violence Against Women and Children», in Karen ROSS e Carolyn BYERLY (eds.), *Women and Media: International Perspectives*, Oxford: Blackwell Publishing.
- LISTER, Ruth (2002), «Cidadania: um desafio e uma oportunidade para as feministas», in *ex aequo*, n.º 7, Oeiras: Celta Editora, pp. 165-179.
- LOPES DIEZ, Pilar (2005), *Segundo Informe Representación de género en los informativos de radio y televisión 2005*, Madrid: Instituto de la Mujer, Instituto Oficial de Radio y Televisión, RTVE.
- LOURENÇO, Nelson, LISBOA, Manuel, e PAIS, Elza (1997), *Violência Contra As Mulheres*, Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres.
- LOUVEAU, Catherine (2001), «Desporto, mulheres, media: o corpo desejável das desportistas», in *ex aequo*, n.º 4, Oeiras: Celta Editora, pp. 57-74.
- MACDONALD, Myra (2003), *Exploring Media Discourse*, Londres: Arnold.
- (1995), «From Mrs Happyman to Kissing Chaps Goodbye», in Cynthia CARTER e Linda STEINER (eds.), *Critical Readings: Media and Gender*, Maidenhead: Open University Press, 2004.

- MAQUEIRA, Virginia (2001), «Género, diferencia y desigualdad», in Elena BELTRÁN, Virginia MAQUEIRA, Silvina ÁLVAREZ e Cristina SÁNCHEZ *Feminismos. Debates teóricos contemporáneos*, Madrid: Alianza, pp. 127-190.
- MAYNARD, Mary (1993), «Violence Towards Women», in Diane RICHARDSON e Victoria ROBINSON (eds.), *Introducing Women's Studies: Feminist theory and practice*. London: Macmillan, pp. 99-122.
- MCCOMS, Maxwell e SHAW, Donald (1972), «The Agenda-Setting Function of the Mass Media», in *Public Opinion Quarterly*, Vol. 36.
- MCLAUGHLIN, Lisa (1998), «Gender, privacy and publicity in "media event space"», in Cynthia CARTER, Gil BRANSTON e Stuart ALLAN (eds.), *News, Gender and Power*, Londres: Routledge, pp. 17-32.
- (1999), «Para além das "esferas separadas": O feminismo e o debate dos estudos culturais/Economia Política», in Maria João SILVEIRINHA (coord.), *As Mulheres e os Media*, Lisboa: Livros Horizonte, 2004, pp. 97-122.
- MCMANUS, John e DORFMAN, Lori (2005), «Functional truth or sexist distortion?: Assessing a feminist critique of intimate violence reporting», in *Journalism*, Vol. 6, n.º 1, pp. 43-65.
- MESQUITA, Mário (2003), *O Quarto Equívoco: O poder dos media na sociedade contemporânea*, Coimbra: Minerva Coimbra.
- MEYERS, Marian (1997), *News coverage of violence against women: Engendering blame*, Thousand Oaks: Sage.
- (1994), «News of battering», in *Journal of Communication*, n.º 44, pp. 47-63.
- MILLET, Kate (1969), *Política sexual*, Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- MOLOTCH, Harvey e LESTER, Marilyn (1974), «As notícias como Procedimento Intencional. Acerca do Uso Estratégico de Acontecimentos de Rotina, Acidentes e Escândalos», in Nelson TRAQUINA (org.), *Jornalismo: Questões, Teorias e "Estórias"*, Lisboa: Veja, 1993.
- NOGUEIRA, Conceição (2000), «Mulheres na Política ou uma visão de fora», in *ex aequo*, n.ºs 2/3, Oeiras: Celta Editora, pp. 225-227.
- NORIEGA, José Luis (1997), «Procesos de creación de la actualidad», in *Crítica de la seducción mediática*, Madrid: Tecnos.
- PAIN, Rachel (1997), «Whither women's fear? Perceptions of sexual violence in public and private space», in *International Review of Victimology*, n.º 4, pp. 297-312.
- PAIS, Elza (1996), *Rupturas Violentas da Conjugalidade: Os contextos do homicídio conjugal em Portugal*, Lisboa: Universidade Nova de Lisboa/Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.
- PATEMAN, Carole (1996), «Críticas feministas a la dicotomía público/privado», in Carme CASTELLS (ed.), *Perspectivas feministas en teoría política*, Barcelona: Paidós, pp. 31-52.
- (2003), «O contrato sexual: O fim da História?», in *ex aequo*, n.º 8, Oeiras: Celta Editora, pp. 31-43.
- PATTERSON, Thomas (2003), «Tendências do jornalismo contemporâneo: Estarão as notícias leves e o jornalismo crítico a enfraquecer a Democracia?», in *Media & Jornalismo*, n.º 2, Coimbra: Minerva Coimbra, pp. 19-47.
- PENEDO, Cristina (2003), *O Crime nos Media: O que nos dizem as notícias quando nos falam de crime*, Lisboa: Livros Horizonte.

- PICKUP, Francine, WILLIAMS, Suzabbe, e SWEETMAN, Caroline (2001), *Ending Violence Against Women: A Challenge for Development and Humanitarian Work*, Oxford: Oxfam GB.
- PONTE, Cristina (2005), *Crianças em notícia. A construção da infância pelo discurso jornalístico (1970-2000)*, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.
- (2004), *Leituras das Notícias: Contributos para uma análise do discurso jornalístico*, Lisboa: Livros Horizonte.
- RAKOW, Lana e KRANICH, Kimberlie (1991), «Women as Sign in Television News», in *Journal of Communication*, V. 1, n.º 41, pp. 8-23.
- RAMONET, Ignacio (1999), *A Tirania da Comunicação*, Porto: Campo dos media.
- RICHARDSON, Diane (1993), «Sexuality and Male Dominance», in Diane RICHARDSON e V. Victoria ROBINSON (eds.), *Introducing Women's Studies: Feminist theory and practice*. London: Macmillan, pp. 74-98.
- RODRIGUES, Adriano Duarte (2001), *Estratégias da Comunicação*, Lisboa: Editorial Presença.
- ROSS, Karen e BYERLY, Carolyn (2004) (eds.), *Women and Media: International Perspectives*, Malden, Oxford, Victoria: Blackwell.
- ROTHENBERG, Bess (2002), «The Success of the Battered Woman Syndrome: An Analysis of How Cultural Arguments Succeed», in *Sociological Forum*, Vol. 17, n.º 1, pp. 81-103.
- RUBIN, Gayle (1975), «The Traffic in Women: Notes on the "Political Economy" of Sex», in REITER, Rayna (ed.), *Toward an Anthropology of Women*, New York: Monthly Review Press, pp. 157-210.
- RUIZ, Cármen (1994), «Losing Fear: Video and Radio Productions of Native Aymara Women», in Karen ROSS e Carolyn BYERLY (eds.), *Women and Media: International Perspectives*, Malden, Oxford, Victoria: Blackwell, 2004, pp. 179-197.
- RUIZ, Eva Espinar (2003), *Violência de género e procesos de empobrecimiento. Estudio de la violencia contra las mujeres por parte de su pareja o ex-pareja sentimental*, Alicante: Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes.
- SÁNCHEZ, Cristina, PEDREIRA, Elena e ÁLVAREZ, Silvina (2001), «Feminismo Liberal, radical e socialista», in Elena BELTRÁN, Virginia MAQUEIRA, Silvina ÁLVAREZ e Cristina SÁNCHEZ, *Feminismos. Debates teóricos contemporáneos*, Madrid: Alianza, pp. 75-125.
- SARACENO, Chiara (1988), «La estructura de género de la ciudadanía», in *Mujer e realidad social*, Bilbao: Gobierno Vasco, pp. 123-141.
- SCHLESINGER, Philip, DOBASH, Emerson, DOBASH, Russel e WEAVER, Kay (1992), *Women Viewing Violence*, London: BFI Publishing.
- SCHUDSON, Michel (1988), «Porque é que as notícias são como são?», in *Revista de Comunicação e Linguagens*, Lisboa: Cosmos, pp. 17-27.
- SHATTUC, Jane (1997), «Freud vs. Women: The Popularization of Therapy on Daytime Talk Shows», in Cynthia CARTER e Linda STEINER (eds.), *Critical Readings: Media and Gender*, Maidenhead: Open University Press, 2004, pp. 307-327.
- SILVA, Luísa (1995), *Entre Marido e Mulher Alguém Meta a Colher*, Celorico de Basto: À Bolina Editores Livreiros.

- SILVEIRINHA, Maria João (2001), *Indentidades, Media e Política. O Espaço Convencional nas democracias Liberais*, Lisboa: Livros Horizonte.
- (2004), «O feminismo e os estudos dos media: Em busca da ligação necessária», in *Revista Faces de Eva*, n.º 6, Lisboa: Edições Colibri, pp. 65-84.
- (2004), «Os media e as mulheres: horizontes de representação, de construção e de práticas significantes», in Maria João SILVEIRINHA (coord.), *As mulheres e os media*, Lisboa: Livros Horizonte.
- SKIDMORE, Paula (1998), «Gender and the Agenda: News Reporting of Child Sexual Abuse», in Cynthia CARTER, Gil BRANSTON e Stuart ALLAN (eds.), *News, Gender and Power*, New York: Routledge, pp. 204-218.
- SOLOSKI, John (1989), «O jornalismo e o profissionalismo: alguns constrangimentos no trabalho jornalístico», in *Jornalismo: Questões, Teoria e «Estórias»*, Lisboa: Veja, 1993, pp. 91-100.
- SQUIRES, Judith (1999), *Gender in Political Theory*, Cambridge: Polity Press.
- STANKO, Elizabeth A. (1995), «Women, crime, and fear», in *Annals of the American Academy of Political and Social Sciences*, 539, pp. 46-58.
- STARK, Rodney e MCEVOY, James (1970), «Middle Class Violence», in *Psychology Today*, n.º 4, pp. 52-65.
- STEINER, Linda (2005), «The feminist cable collective as public Sphere activity», in *Journalism*, Vol. 6, n.º 3, London, Thousand Oaks, CA e New Delhi: Sage, pp. 313-334.
- SUNINDYO, Saraswati (1996), «Murder, Gender and the Media: Sexualizing Politics and Violence», in Cynthia CARTER e Linda STEINER (eds.), *Critical Readings: Media and Gender*, Maidenhead: Open University Press, 2004, pp. 87-103.
- THOMPSON, John B. (1995), *Media and modernity: A Social Theory of the media*, Oxford: Polity.
- (2000), *O escândalo Político*, Petrópolis: Vozes.
- TORRES, Eduardo Cintra (2002), «Reality Shows — Ritos de Passagem da Sociedade do Espectáculo», in *Cadernos Minerva*, n.º 2, Coimbra: Minerva Coimbra.
- TRAQUINA, Nelson (1995), «O paradigma do "agenda-setting". Redescoberta do poder do jornalismo», in *Revista de Comunicação e Linguagens*, n.ºs 21/22, Lisboa: Cosmos, pp. 189-221.
- TUCHMAN, Gaye (1978a), *Making News. A study in the Construction of Reality*, New York: Free Press.
- (1978b), «O aniquilamento simbólico das mulheres pelos meios de comunicação de massas», in Maria João SILVEIRINHA (coord.), *As Mulheres e os Media*, Lisboa: Livros Horizonte, 2004, pp. 139-153.
- (1976), «Telling Stories», in Nelson TRAQUINA (org.), *Jornalismo: Questões, Teorias e «Estórias»*, Lisboa: Veja, 1993, pp. 258-262.
- VALLE, Norma, HIRIART, Berta e AMADO, Ana María (1996), *El ABC del periodismo no sexista*, Santiago do Chile: Fempress.
- VAN DIJK, Teun (1990), *La noticia como discurso*, Barcelona: Paidós.
- VICENTE, Ana (1998), *Os poderes das mulheres Os poderes dos homens*, Lisboa: Círculo de Leitores.

- WATKINS, Craig e EMERSON, Rana (2000), «Feminist Media Criticism and Feminist Media Practices», in *ANNALS, AAPSS*, n.º 571, pp. 151-166.
- WEAVER, Kay (1998), «Crimewatch UK: Keeping women off the streets», in Cynthia CARTER, Gil BRANSTON e Stuart ALLAN (eds.), *News, gender and power*, London: Routledge, pp. 248-262.
- WINSHIP, Janice (2004), «Cartazes de Mulheres. Publicidade, controvérsia e disputa do feminismo nos anos noventa», in *Media & Jornalismo*, n.º 5, Coimbra: Minerva Coimbra, pp. 31-62.
- WOLF, Mauro (1985), *Teorias da Comunicação*, Lisboa: Editorial Presença, 1995.
- WOLTON, Dominique (1995), «As Contradições do Espaço Público Mediatizado», in *Revista de Comunicação e Linguagens*, n.ºs 21/22, Lisboa: Cosmos, pp. 167-188.
- (1997), *Pensar a Comunicação*, Algés: Difel, 1999.
- WOODROW, Alain (1996), *Os Meios de Comunicação. Quarto Poder ou Quinta coluna?*, Lisboa: Publicações D. Quixote.
- WYKES, Maggie (1998), «A Family Affair: The British press, sex and the Wests», in Cynthia CARTER, Gil BRANSTON e Stuart ALLAN (eds.), *News, Gender and Power*, London: Routledge, pp. 233-247.
- YODANIS, Carrie (2004), «Gender Inequality, Violence Against Women, and Fear. A Cross-National Test of the Feminist Theory of Violence Against Women», in *Journal of interpersonal violence*, Vol. 19, n.º 6, pp. 665-675.
- YOUNG, Iris Marion (2003), «O género como serialidade: pensar as mulheres como um colectivo social», in *ex aequo*, n.º 8, Oeiras: Celta Editora, 2004, pp. 113-139.
- ZOONEN, Liesbet van (1994), *Feminist Media Studies*, London, Thousand Oaks, New Delhi: Sage.
- Documentos online**
- ALIAGA, Christel e WINQVIST, Karin (2003), «How women and men spend their time: Results from 13 European countries», European Communities [http://epp.eurostat.ec.europa.eu/cache/ITY_OFFPUB/KS-NK-03-012/EN/KS-NK-03-012-EN.PDF] (20-04-2005).
- AMNISTIA INTERNACIONAL (2003), «Factos e Números da Violência sobre as Mulheres» [http://www.amnistia-internacional.pt/agir/campanhas/violencia/estatisticasinter.php] (01-04-2005).
- BOYLE, Karen (1999), «Screening Violence: A Feminist Critique of the Screen Violence Debate» [http://www.skk.uit.no/WW99/papers/Boyle_Karen.pdf] (02-05-2005).
- FARRÉ, Jordi, SAPERAS, Enric e NAVARRO, Vicenç (1998), «Telediarío y Género: La presencia de la mujer en los telediaríos» [http://www.iaa.upf.es/formats/formats2/far_e.htm] (04-09-2004).
- MONTEIRO, Teresa Libano e POLICARPO, Verónica Melo (2002), «As Mulheres nos media portuguesas: um estudo exploratório», in Labcom.ubi.pt/agoranet [http://www.labcom.ubi.pt/agoranet/03/monteiro-teresa-policarpo-veronica-mulheres-nos-media-portugueses.pdf+mulheres+nos+media+hl=pt-PT] (03-07-2004).
- PEIXOTO, Ana Margarida (2005), «O crime em Destaque» [http://www.fcsh.unl.pt/deps/dcc/txt_o_crime_em_destaque.htm] (03-04-2005).

Jornais

- Correio da Manhã*, edições publicadas ao longo do ano de 2002.
Diário de Notícias, edições publicadas ao longo dos anos de 1975, 1985, 1995 e 2002.
Diário de Notícias, edição de 25 de Setembro de 1999.
Expresso, edição de 25 de Setembro de 1999.
Público, edição de 3 de Outubro de 1999.
Público, edição de 7 de Outubro de 1999.
Público, edição de 9 de Novembro de 1999.

Outros documentos

- Eurobarometer 51.0 «Europeans and their views on domestic violence against women»,
European Commission Directorate-General X «Information, Communication, Culture
and Audiovisual Media», June 1999.
Eurostat — Structure of earning statistics, 1995.
Mediawatch, 1995.
Recomendação 1582/2002 do Conselho da Europa.
Relatório do Lobby Europeu das Mulheres «Revelando os dados ocultos sobre violência
doméstica contra as mulheres», 1999.

ÍNDICES

ÍNDICE DE QUADROS E GRÁFICOS

	Págs.
Quadro n.º 1 – Distribuição das peças pelo <i>DN</i> e pelo <i>CM</i>	114
Quadro n.º 2 – Titulação da violência entre parceiros íntimos no <i>DN</i> de 1975...	126
Quadro n.º 3 – Titulação dos maus tratos no <i>DN</i> de 1985	126
Quadro n.º 4 – Titulação dos maus tratos no <i>DN</i> de 1995	127
Quadro n.º 5 – Distribuição dos tipos de violência no <i>DN</i> , entre 1975 e 2002...	128
Quadro n.º 6 – Relação vítima/ofensor no <i>DN</i> , entre 1975 e 2002.....	130
Quadro n.º 7 – Violência noticiada no <i>DN versus</i> violência registada.....	133
Quadro n.º 8 – Titulação dos maus tratos no <i>DN</i> em Janeiro, Fevereiro e Março de 2002.....	142
Quadro n.º 9 – Titulação dos maus tratos no <i>CM</i> em Janeiro, Fevereiro e Março de 2002.....	142
Quadro n.º 10 – Violência noticiada no <i>DN</i> e no <i>CM versus</i> violência registada	145
Quadro n.º 11 – Agressores e vítimas no <i>DN</i> e no <i>CM versus</i> agressores e vítimas nos registos criminais	145
Gráfico n.º 1 – Distribuição temporal das peças do <i>DN</i>	116
Gráfico n.º 2 – Formato jornalístico das peças do <i>DN</i> , entre 1975 e 2002	118
Gráfico n.º 3 – Proeminência das peças do <i>DN</i> , entre 1975 e 2002	119
Gráfico n.º 4 – Valorização gráfica das peças do <i>DN</i> , entre 1975 e 2002	120
Gráfico n.º 5 – Enquadramento temático das peças do <i>DN</i> , entre 1975 e 2002...	124
Gráfico n.º 6 – Âmbito geográfico da violência no <i>DN</i> , entre 1975 e 2002 ..	131
Gráfico n.º 7 – Formato jornalístico das peças do <i>DN</i> e do <i>CM</i> em 2002.....	134
Gráfico n.º 8 – Valorização gráfica das peças do <i>DN</i> e do <i>CM</i> em 2002	135
Gráfico n.º 9 – Proeminência das peças do <i>DN</i> e do <i>CM</i> em 2002	136
Gráfico n.º 10 – Sexo dos autores das peças do <i>DN</i> e do <i>CM</i> em 2002	137
Gráfico n.º 11 – Enquadramento temático das peças do <i>DN</i> e do <i>CM</i> em 2002	138
Gráfico n.º 12 – Tipos de violência no <i>DN</i> e no <i>CM</i> em 2002.....	139
Gráfico n.º 13 – Âmbito geográfico da violência no <i>DN</i> e no <i>CM</i> em 2002 ...	144

ÍNDICE GERAL

	Págs.
AGRADECIMENTOS	5
ABREVIATURAS	7
INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO I	
FEMINISMO, VIOLÊNCIA E CONTROLO SOCIAL	
1.1. O género como campo de conhecimento	15
1.2. Poder e ideologia	18
1.3. Violência e domínio	24
1.4. Definindo violência contra as mulheres	30
1.5. Opressão e controlo social	35
CAPÍTULO II	
ESPAÇO PÚBLICO <i>VERSUS</i> ESPAÇO PRIVADO	
2.1. Prioridade feminista: «o pessoal é político»	41
2.2. Politizando a violência contra as mulheres	45
2.3. Questionando a dicotomia público-privado	50
2.4. Mediatizando o privado	55
CAPÍTULO III	
OS <i>MEDIA</i> E A REPRESENTAÇÃO DO GÉNERO	
3.1. O feminismo e os <i>media</i>	63
3.2. Comunicando estereótipos	67
3.3. (Re)produzindo a ideologia masculina	76
3.4. Audiências e lutas de género	82
CAPÍTULO IV	
A REPRESENTAÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES	
4.1. A construção da realidade	87
4.2. A noticiabilidade do crime	92

	Págs.
4.3. Violência e distorções sexistas	94
4.4. Violência e hegemonia	97
4.5. A dialéctica do discurso da condenação e da absolvição	99
4.6. O sexo e o género nas notícias de violência	104

CAPÍTULO V

**A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NA IMPRENSA:
ESTUDOS DE CASOS (1975-2002)**

5.1. Explorando terreno	109
5.2. Jornais em análise	111
5.3. Evolução da cobertura jornalística do <i>Diário de Notícias</i>	114
5.3.1. Perfil quantitativo das notícias	115
5.3.2. Perfil qualitativo das notícias	121
5.4. Análise comparativa da violência na informação diária — <i>Diário de Notícias/Correio da Manhã</i> em 2002	133
5.4.1. Perfil quantitativo das notícias	133
5.4.2. Perfil qualitativo das notícias	137
CONCLUSÃO	147
BIBLIOGRAFIA	151
ÍNDICES	
Índice de Quadros e Gráficos	163
Índice geral	165

EXECUÇÃO GRÁFICA
COIMBRA EDITORA, LDA.
Rua do Amado
COIMBRA

